



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de 2020, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, pelas nove horas, com recurso à videoconferência, seguindo as determinações do Governo, na sequência da Declaração de Estado de Emergência. Esta medida surge em função do surto da “COVID-19”, prevista no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterado pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA;

PONTO 3 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2020; -----

PONTO 4 - REFORÇO DAS MEDIDAS DE APOIO FINANCEIRO, MATERIAL E DE LOGÍSTICA ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS/NEGÓCIOS DO CONCELHO DE CHAVES, AFETADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19. PROPOSTA N.º 72/GAP/2020. Para conhecimento; -----

PONTO 5 - MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA, NOS TERMOS DO SNC-AP) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2020. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/DGF/2020; -----

PONTO 6 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2021, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2021-2025). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO À NORMA DE CONTROLO INTERNO. PROPOSTA Nº 71/GAP/2020.

PONTO 7 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021. PROPOSTA Nº 62/GAP/2020; ----

PONTO 8 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2020 E A COBRAR EM 2021. PROPOSTA Nº 63/GAP/2020; -----

PONTO 9 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2021. PROPOSTA Nº 61/GAP/2020; -----

PONTO 10 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº78/GAP/2020; -----

PONTO 11 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDEIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. – ANO 2021 PROPOSTA N.º 74/GAPV/2020; -----

PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2020/APROVAÇÃO DE MINUTA. PROPOSTA Nº 75/GAP/2020; -----

PONTO 13 - AJUSTE DIRETO COM BASE EM CRITÉRIO MATERIAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CHAVES. PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISOS PLURIANUAIS; --

PONTO 14 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2020/2021. INFORMAÇÃO Nº50/DEAS/2020; -----

PONTO 15 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO. APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2020/2021. PROPOSTA Nº 79/GAP/2020; -----

PONTO 16 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL “SOLAR THERMAL INSTITUTE” - DECISÃO DEFINITIVA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA SOBRE O PARECER EMITIDO PELA CTAAF-PIM NO 4.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO, DE 04/08/2020 (DELIBERAÇÃO DE REUNIÃO DE CÂMARA DE 31/08/2020), - INFORMAÇÃO Nº 20/DDE/2020, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 27.11.2020; -----

PONTO 17 - ANÁLISE DO RELATÓRIO QUE COMPREENDE O 3º E 4º SEMESTRES DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 18/DDE/2020, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 26.11.2020; -----

PONTO 18 - PEDIDO DE UM LUGAR DE CARGAS E DESCARGAS – JUNTO À FARMÁCIA BARREIRO E AO CAFÉ SANDY – SANTA MARIA MAIOR – MUNICÍPIO DE CHAVES – PROCESSO Nº 406/20 - INFORMAÇÃO Nº 339/DPM/2020 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO Eng.º BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/09/2020; -----

PONTO 19 - ALTERAÇÃO AO TRÂNSITO NA ALAMEDA DE TRAJANO – REORGANIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO – RUA DO TABOLADO, SANTA MARIA MAIOR – ARMAZÉNS GALTÂMEGA, LDA – PROCESSO Nº 182/20 – INFORMAÇÃO Nº 383/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2020; -----

PONTO 20 - PROPOSTA PARA A INSTALAÇÃO DE UM SINAL NA “ZONA 20” NO BAIRRO DOS FORTES – SANTA MARIA MAIOR – CHAVES – PRACETA DOS FORTES – INFORMAÇÃO Nº 396/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO ENGENHEIRO FRANCISCO RODRIGUES ALVES, DATADA DE 05/11/2020; -----

PONTO 21 - PROPOSTA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA EM 502 E COLOCAÇÃO DE UMA PASSAGEM PARA PEÕES JUNTO AO ESTABELECIMENTO ESCOLAR – TROÇO DA ESTRADA MUNICIPAL Nº 502 EM MAIROS, CHAVES – JUNTA DE FREGUESIA DE MAIROS – PROCESSO Nº



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

839/19 – INFORMAÇÃO Nº 371/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA; -----

Presidiu a esta Sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Fernando Luíz Lopes Moreira, Nuno André Monteiro Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Domingos de Moura Alves, Maria Adalgisa Portugal Ferreira Silva Babo, José Francisco de Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Luiz Mário Alves Carneiro, Clara Maria Pinto Dias Lopes, José Manuel Sarmento Morais Caldas e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada, Anabela Maria Neves Martins, Jaime Esteves de Abreu e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha e Raúl Miguel Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Águas Frias-Rogério Amaro Alves de Oliveira; Anelhe-Arlindo Santos Costa; Bustelo-José Fernandes M. Serralheiro; Calvão e Soutelinho da Raia-António Manuel Rua Reis; Cimo de Vila da Castanheira-Lígia Maria Chaves Silva; Curalha-Alfredo Augusto Dias Gaspar; Eiras, São Julião de Montenegro e Cela-Fernando Alberto Barreira de Moura; Ervededo-André Lourenço da Silveira; Faiões-Octávio Rodrigues Bastos; Lama de Arcos-João Ramos Duro; Loivos e Póvoa de Agrações-Cecília Maria Silva A. Alves; Madalena e Samaiões-João Manuel Almeida Pinto; Mairos-Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras-António José Lopes; Nogueira da Montanha-António Lopes; Paradela de Monforte-Gilberto Santos de Jesus; Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela)-Luís Saraiva Garcia; Outeiro Seco- Carlos Alberto Batista Xavier; Redondelo-Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira-Rui Alberto Trinta Pintor; Santa Cruz/Trindade e Sanjurge-José António de Oliveira Carreira; Santa Leocádia-João Manuel Teixeira Pereira Borges; Santa Maria Maior-Hugo Manuel Alves da Silva; Santo António de Monforte-Alcino do Nascimento Santos; Santo Estêvão - Maria José Sena Barros; São Pedro de Agostém - Pedro Manuel Pereira Barroco; São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos; Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha; Travancas e Roriz – Filipe Maldonado Pinto; Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro; Valdanta-Jorge José Pereira de Carvalho; Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos-Rui Manuel Branco Rodrigues; Vila Verde da Raia -Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes-Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia-António Carvalhal dos Reis; em representação de Vilela Seca Luís Jorge Martins Fernandes; em representação de Vilela do Tâmega-Ramiro Figueiredo dos Santos.-----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição: Luís Manuel Areias Fontes, do PS; Gisela Maria Esteves Espírito Santo, do PS; Manuel Guerra Afonso, do PS; Carlos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Alberto Soares Alves, do PS; Sandra Celina Fernandes Fonseca, do PS; António Jorge Sousa Pinto Barros, do PS; Maria Inês Pereira Dias, do PSD; Francisco José Gonçalves Oliveira, do PSD; José Ferreira de Moura, do PSD; Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, do PSD; Cláudia Patrícia Quitério Bento, do PSD; Michele Alexandra Rodrigues da Costa, do PSD; e Paula Maria Morais Esteves, da CDU. -----

Faltaram a esta sessão: o membro da Assembleia Municipal, Maria Ramos Rodrigues, do PSD; e os Presidentes de Junta das Freguesias de Oura e de Vilas Boas, António Eusébio Vieira Cardoso e Paulo Nuno de Jesus Pereira, respetivamente. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu a palavra ao 1º secretário da Mesa, Anselmo José Martins, para informar do expediente entrado, até esta data, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, bem como os pedidos de substituição dos membros da Assembleia. Terminada a leitura do expediente, alguns membros da Assembleia, nomeadamente Carlos Afonso, do PSD e Gonçalo Alves do CDS, referiram que não constam do expediente informações solicitadas ao Senhor Presidente da Câmara, sobre um assunto comum – celebração de Contratos de Trabalho. No que respeita ao PSD, a resposta já foi recebida, embora não conste do expediente. -----

Sobre este assunto pronunciou-se o senhor Presidente da Câmara que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que oportunamente será dada resposta ao deputado Gonçalo Alves, do CDS e que será de idêntico teor à que foi dada ao representante do PSD. -----

Ainda no período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se intervenções dos seguintes membros da Assembleia: -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo **PS**. Começou por apresentar os cumprimentos protocolares ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, secretários da Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta, e todos os membros desta Assembleia. Apresentou o seguinte Voto de Pesar: -----

“O Grupo Municipal do PS, vem expressar uma mensagem de sensibilidade à dor, por quem tem de suportar a morte de alguém que ama, sem poder promover e prestar a homenagem que gostaria face ao cumprimento das regras sanitárias. -----

É manifesta a nossa empatia e solidariedade para quem tem de enfrentar o luto, cumprindo as restrições de manifestação de afetos, impostas por inerência nesta época de pandemia. Temos consciência clara da dificuldade e do sofrimento que enfrentam as famílias a quem faleceram os seus familiares por não conseguirem cumprir últimas vontades ou promessas, de respeito por tipo de cerimónia fúnebre, feitas em vida. O voto de pesar, assume a sua maior expressão junto das pessoas que perderam familiares infetados com COVID 19 pelas restrições impostas pelo risco intrínseco à propagação da doença. -----

O Grupo Municipal do PS vem expressar sinceros sentimentos de pesar às famílias que perderam os seus entes queridos nesta época de pandemia”. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. Após cumprimentar os membros presentes nesta Sessão, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Membros eleitos, Presidentes de Junta, a quem desejou votos de saúde, fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

“O Presidente do PSD, Dr. Rui Rio, neste momento de especial complexidade coletiva afirmou que fazer críticas à forma como o Governo lida com a resposta à Pandemia COVID-19, “não é uma postura eticamente correta” e “não é, acima de tudo, uma posição patriótica”. O Grupo Municipal do PPD/PSD acompanha e enaltece todos os esforços de profissionais, entidades e serviços públicos, privados e do setor social no combate a esta pandemia, dispensando-nos de populismos ou motivações de instabilidade política que só “dificultam o que já, de si, não é fácil de resolver”. -----

É neste contexto que o Grupo Municipal do PPD/PSD reitera estar ao serviço dos flavienses para dotar a autarquia e as juntas de freguesia dos mecanismos, autorizações e recursos tidos por urgentes ou necessários para enfrentar a pandemia e ajudar as populações afetadas, em especial as mais fragilizadas ou desfavorecidas. --- O atual contexto social (Estado de Emergência) convoca-nos a todos a um esforço adicional de cooperação, de partilha e de valentia. As lideranças vencedoras serão as capazes de unir, mobilizar e trabalhar em conjunto em prol do bem comum, muito em especial, reitero, as pessoas mais fragilizadas ou desfavorecidas. -----

As circunstâncias particularmente difíceis do nosso Concelho preocupam-nos e manifestamos perante o senhor Presidente da Câmara Municipal, Membros eleitos e Presidentes de Junta a nossa preocupação resultante das trocas de argumentos e afirmações públicas entre o Presidente da Câmara Municipal de Chaves e o Delegado de Saúde (<https://www.altotamegaemrevista.pt/news/3867-2020-12-08>) sobre a liderança, gestão e atuação perante o atual Contexto COVID19 no nosso Concelho. --- A nossa preocupação não acarreta juízos de valor. Não nos sentimos cómodos com o tratamento público dado por duas instituições relevantes na gestão do atual contexto pandémico. Sob nosso ponto de vista, apelamos publicamente ao entendimento, cooperação e coordenação entre todas as entidades (públicas, privadas e do setor social) pois todos seremos poucos para suprir o sofrimento dos familiares dos falecidos e internados em resultado desta pandemia. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD entende ainda manifestar o seu desagrado pela não resposta ao nosso requerimento de dia 02 de outubro relativo aos Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo, Contratos de Tarefa e Contratos de Avença, celebrados pelo atual Executivo Municipal, até à presente data. -----

O pedido de informação do Grupo Municipal do PPD/PSD foi exercido ao abrigo do Estatuto da Oposição e visa apurar com detalhe quem são as pessoas, com que tarefas e encargos com as quais foram celebrados Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo, Contratos de Tarefa e Contratos de Avença, celebrados pelo atual Executivo Municipal, até à presente data. -----

Foi-nos transmitido, por e-mail, que não nos é devido este esclarecimento com argumentos de cariz legal, estando a ser preparada uma comunicação formal, durante esta semana? Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, aguardamos então pela sua comunicação formal, certamente extensa e elaborada. Muito mais morosa, elaborada e complexa que a simples resposta ao pedido que lhe dirigimos: quem são as pessoas contratadas sem concurso, a função/tarefa e o custo dessa contratação. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, reconhecemos-lhe total legitimidade na decisão de celebração de contratos de Trabalho a Termo Resolutivo, contratos de Tarefa e contratos de Avença, que considere relevantes para servir os interesses do nosso Município. Todavia, a gestão dos recursos públicos é motivo suficiente para legítimo escrutínio público mais não seja, no limite, para prestação de contas e julgamento eleitoral dos eleitores. A não resposta ao nosso pedido, é registada como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

profunda tristeza e registamos com pesar o enveredar por um modelo de governação assente na comunicação do vazio e divergente com princípios como a transparência e a prestação de contas, campo fértil para o surgimento de populismos e pulsões totalitárias. Termino, reiterando a posição do Grupo Municipal do PPD/PSD em condenar todos os populismos e pulsões totalitárias corporizados em ataques aos eleitos, às instituições e à democracia; e que se aproveitam das fragilidades políticas que a gestão de uma tão complexa realidade sempre acarreta”. -----

Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. Começou por reiterar os cumprimentos “agora com uma devida correção de saudação, aos senhores vereadores e vereadora, que há pouco por lapso omitti, saudando-os e desejando que se encontrem bem de saúde. Naturalmente, queria também dizer que pessoalmente me associo ao Voto de Pesar e suas motivações, que foi expresso pelo membro desta Assembleia Municipal, Isabel Seixas eleita pelo Partido Socialista, Voto de Pesar que é devido e justo. Naturalmente, que comungo das motivações e, também, me associo a esse Voto de Pesar que, certamente, é devido é justo, põe em evidência as situações difíceis que os nossos concidadãos estão a vivenciar, devido a esta pandemia. Quanto às muitas considerações que foram feitas sobre esta matéria, aproveito para cumprimentar o membro desta Assembleia Municipal, Carlos Afonso. Quanto à primeira parte da sua intervenção, naturalmente, que subscrevo essa interpretação e esse entendimento que, de facto, em situações de catástrofe, de pandemia e de dificuldades colectivas, temos que mobilizar todas as vontades, os recursos e as capacidades existentes na comunidade. Mesmo tendo em conta e sabendo sempre que as respostas serão insuficientes e incompletas, ainda assim, a capacidade de satisfazer muitas das necessidades e de suprir muitas carências, por esta via, seja numa lógica material, seja numa lógica de definição dos caminhos, certamente que fica valorizada e enaltecida, quando o propósito é comum. E, portanto, nesse particular há uma inteira visão que nos identifica. Depois, quanto às considerações, que foram sendo ditas a propósito das questões, ainda que de forma sibilina, quanto à questão da divergência que existe entre o Presidente da Câmara e a Saúde Pública, devo notar que essa posição tem uma ligeira incorrecção: não é entre a Saúde Pública porque, tanto quanto eu sei, a Saúde Pública não tomou posição. Nem a Saúde Pública Nacional, nem a Saúde Pública Regional, nem a Autoridade de Saúde Pública Local, porque eu não vi o senhor Coordenador da Unidade de Saúde Pública Local, a tomar qualquer posição, sobre as minhas considerações críticas nalguns domínios, por parte daquilo que é a ação deste serviço de saúde. O que vi foi um médico de Saúde Pública, num programa de cariz pessoal num canal de uma TV digital, a pedir uma resposta ao Presidente da Câmara. Quanto a isso posso dizer que, naturalmente, já tomei posições institucionais, dando nota da inadequação e da incorrecção desse tipo de postura, quer ao Presidente da ARS Norte, quer à senhora Ministra da Saúde, para que possam aferir da correção ou da incorrecção deste tipo de posturas. Mal está se efetivamente o Presidente da Câmara, que é o primeiro responsável e o primeiro dos pares do seu Concelho, não dar nota pública, de situações de dificuldade e de carência de informação que lhe permitam tomar decisões de caráter preventivo. É essa posição que me parece que foi ponderada, equilibrada e doseada, relativamente à insuficiência de informação que o Presidente da Câmara, que também é o Presidente da Proteção Civil Municipal tem, designadamente, querendo saber não de forma nominativa, mas querendo saber quantos surtos existem; se são surtos localizados; se são surtos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

comunitários; qual é a dimensão dos mesmos; se de facto há ou não capacidade para a realização dos inquéritos epidemiológicos; se há capacidade de fazer o acompanhamento, ou não, que de facto é necessário, relativamente àquilo que era o sinal de preocupação da comunidade, nomeadamente os surtos nalgumas IPSS's que necessitavam de respostas especiais, enfim, saber se essas situações estavam ou não debeladas. Como não obtivemos resposta, naturalmente que houve uma posição crítica e de censura. E será reiterada, se necessário for. Porque é minha interpretação que é desta forma que estarei a cumprir o papel de Presidente da Câmara e a defender os interesses das populações, quer na dimensão da Saúde pública, quer na dimensão da proteção da saúde dos nossos concidadãos. E, portanto, não sinto aí nenhuma divergência com nenhuma instituição, porque não a há, ao que eu saiba, tendo a oportunidade de falar, quer com a senhora Diretora de Agrupamentos dos Centros de Saúde, quer com o senhor Presidente da ARS Norte. Relativamente a estas instituições, que representam as unidades orgânicas correspondentes, não há nenhuma divergência, há um alinhamento, posso até dizer que sobre esta matéria já fizemos várias reuniões. Como terão oportunidade, ou tiveram oportunidade de ler na informação que foi distribuída aos senhores membros desta Assembleia Municipal, fizemos várias reuniões extraordinárias da Proteção Civil Municipal, também do Conselho Municipal de Educação e, nesse contexto, tivemos a oportunidade de ter a presença da Saúde e, também foi possível, congregar opiniões e vontades para dar resposta adequada, com a cooperação decisiva da segurança social, a situações mais preocupantes, existentes nalgumas unidades, no sentido de prestar os cuidados devidos. E, portanto, apesar dessa crítica mais ou menos sibilina, ainda que dizendo como tomada de posição, era isto que eu gostava de dizer sobre esta matéria e que, se necessário for, o Presidente da Câmara dará nota, depois de fazer todo o trabalho interno, institucional e de retaguarda. Se não conseguir obter a informação que é relevante, seja com a Saúde, seja com a Segurança Social, seja com a Proteção Civil Distrital, seja com qualquer das áreas que for, se essa informação não chegar, faremos a tomada de posição pública, porque entendemos que a melhor forma de defender os nossos concidadãos, é pôr a nu algumas fragilidades. Devo dizer que, por ventura, ou talvez não, nós tínhamos 800 ou 900 inquéritos epidemiológicos para fazer à data e, sabendo bem o que isso significa, designadamente quem é desta área, que em termos de inquéritos, não se sabe exatamente quais foram as pessoas que foram contactadas, e que são contactos de risco, isso é um problema muito grave, porque pode suscitar um incremento muito significativo do crescimento da pandemia na comunidade. Neste momento já temos cento e poucos inquéritos epidemiológicos. Portanto, não sei se a minha posição pública ajudou ou não, a verdade é que houve um decréscimo muito significativo. Devo dizer também, e posso dizê-lo agora em primeira linha que, até então, a Saúde Pública não tinha aceitado nenhum contributo a nível de recursos humanos, e agora já aceitou (ontem) que lhe pudéssemos disponibilizar um técnico de informática. Portanto, a partir da próxima semana teremos um técnico de informática que irá apoiar algumas questões logísticas da Saúde Pública. Eu acho que afinal, este momento de censura ajudou pelos vistos a desbloquear algumas situações. E estamos disponíveis para continuar a fazer essa cooperação. Devo também dizer que, ainda ontem, numa reunião da CIM, os Presidentes de Câmara, tomámos uma posição, que foi pôr à disposição da Saúde, se necessário for, no que respeita à logística de distribuição das vacinas. Temos um frigorífico que tem a capacidade de refrigerar a menos de 80 graus centígrados, no âmbito da Aquavalor, equipamento que vai ter a capacidade de receber e armazenar as vacinas de Covid da Pfizer. Portanto, a nossa lógica é de cooperação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

de solidariedade, agora e sempre, defendendo os interesses dos nossos concidadãos. Depois dizer-lhe que sobre a questão reiteradamente colocada, da aparente e putativa falta de transparência, é exatamente o contrário. Percebo bem que o PSD, estivesse habituado a uma lógica de falta de transparência, de partilha de informação, assistimos a isto durante anos, eu fui subscritor de muitos e muitos requerimentos, e sei bem a resposta que obtive. Sabemos bem o que aconteceu nos recursos humanos, sabemos bem o que aconteceu nas dívidas, sabemos bem o que aconteceu nas participadas, enfim esse era o *modus operandi*. Felizmente esse *modus operandi*, alterou-se e, no que diz respeito a esta matéria concreta, que tem a ver com os recursos humanos, nós, no momento certo que é na prestação de contas, daremos nota detalhada, de todas as contratações feitas, da natureza do vínculo contratual, das tarefas que estão a desempenhar, mas também dos custos associados e, ao mesmo tempo, também, se têm ou não co-financiamentos associados a essas prestações. Daremos nota detalhada, muito detalhada, sobre essa matéria para que não fique dúvida nenhuma, porque nós não temos nenhum receio em explicitar as decisões que vamos tomando e, nessa perspetiva, daremos essa informação toda. Agora o que me não parece de bom-tom, mas sim antes uma forma de um abuso dos instrumentos regimentais que existem, é que depois de uma Moção que foi desatendida, tenham vindo com um requerimento em tempos ilegais, exatamente com o mesmo desidrato e com o mesmo objectivo. Sinceramente, isto parece-me um abuso dos instrumentos regimentais ao dispor dos membros da Assembleia Municipal. Ainda assim, como mais importante do que a forma, é a substância, daremos naturalmente essa informação detalhada, não só aos membros do PSD, mas a todos os eleitos da Assembleia Municipal, a todos sem excepção. Aqui fica este compromisso, naturalmente sem informação nominativa, a todos os membros da Assembleia Municipal, informação muito detalhada com 15 ou 20 páginas, que já se encontra quase elaborada”. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**. Iniciou a sua intervenção com os cumprimentos protocolares a todos os membros desta Assembleia. “O primeiro aspeto a salientar é que a CDU não foi consultada sobre este modelo de reunião, e seria possível encontrar formas presenciais de discussão, naturalmente respeitando as normas de segurança, soluções que poderiam ser diversas, mas com o prolongamento da pandemia, faz todo o sentido encontrarmos formas presenciais de discutir os assuntos, de acordo com o regular e normal funcionamento, uma vez que isto é uma forma adaptada a uma situação de crise. Não levantámos a questão em abril mas levantamo-la agora, até porque corremos o risco, como já ouvimos aqui algumas intervenções de, em nome da pandemia, se faça um enfraquecimento da democracia e isso é negativo. O segundo aspecto era dar nota que a CDU, apresentou a moção sobre a insalubridade, isso mais tarde, ficou previsto no Orçamento de Estado não exatamente nos moldes que a CDU e o PCP entendiam. Mas está e é um dado positivo e, era importante que as Autarquias da sua parte rapidamente implementassem o que foi previsto no Orçamento de Estado. O terceiro aspeto, para salientar o importante papel da CDU, do Partido Comunista e do Partido Ecologista os Verdes, na defesa da democracia. Salientar que não é com o estado de emergência que se resolvem os problemas da pandemia, nem os problemas sanitários, nem os problemas económicos e sociais. Sendo que os problemas económicos e sociais se agravam com a instituição do estado de emergência, isso é importante que fique salientado. O outro fator é a participação do Partido Comunista na viabilização de um Orçamento, que num esforço e num trabalho, que julgo todos reconhecerão, permitiu um reforço importantíssimo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Serviço Nacional de Saúde, ainda aquém das necessidades e na expectativa de que é isso que prevê a lei e a boa prática, que tudo o que foi decidido seja implementado. Mesmo que nesta Assembleia, tal como nas anteriores, muita gente tenha referido que o Partido Comunista só sabia estar no contra, esta atitude demonstra a seriedade e a continuidade da postura do Partido Comunista, que foi sempre a mesma, e que nas circunstâncias em que é necessário, não falta o contributo e a firmeza do Partido Comunista. Como não faltou o contributo e a firmeza do Partido Comunista para, com a sua autonomia, votar outras propostas em desacordo com a maioria ou, melhor dizendo, com o Partido Socialista na Assembleia da República, e propostas que colheram votos à esquerda e às vezes do PSD, que também foram aprovadas. É assim que se faz oposição, é assim que se contribui para o avanço do País principalmente nesta época de pandemia. Depois, à parte da Ordem de Trabalhos, a questão da crise que vai varrer o País, que já está a varrer o País e que implica mesmo com riscos para as Autarquias. Nós sabemos como é que as Autarquias se estão a endividar, para conseguirem dar o seu contributo na resposta a esta crise, nomeadamente em termos das micro, pequenas e médias empresas da restauração, do comércio, etc. É bom ver um pouco do que por todo o País se vai fazendo, em termos de Autarquias e encontrarmos as soluções para o nosso concelho, que permitam, não escamoteando que há responsabilidades de fundo que são do Estado, para ultrapassarmos esta curva que vai ser muito apertada. O PCP e a CDU deram um importante contributo no sentido de que é através da melhoria do poder de compra das populações, nomeadamente das pessoas que têm mais dificuldades económicas, que se pode ajudar a viabilizar o comércio e a economia local, no interior. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, justificou a razão por que a Mesa resolveu realizar, esta reunião da Assembleia Municipal, neste formato. Primeiro tinha que dizer-lhe que a sua posição é com certeza coerente, sem querer imiscuir-me nas questões políticas, não é esse o meu papel aqui, o seu papel é coerente com as decisões que o seu Partido tem tomado, nos últimos tempos. Penso, no entanto, que a democracia continua a funcionar, ninguém está inibido de tomar as suas posições, de afirmar as suas posições e, portanto, acho que no atual contexto pandémico que atravessamos, especialmente no nosso Concelho e na nossa Região, a Mesa da Assembleia entendeu que devia tomar esta posição e adotar este formato. Penso que, também, é uma forma de nós transmitirmos um sinal para a Comunidade que estamos atentos. E este formato, como já referi, não inibe nenhum elemento da Assembleia Municipal, de afirmar as suas posições com a mesma veemência como as faz na sala de reunião. Trata-se apenas de expressá-las através deste meio de comunicação. Portanto, compreendo a sua posição, senhor membro desta Assembleia, mas peço que compreenda também a nossa. Foi dentro deste contexto que nós tomamos esta decisão. Obrigada. -----

Alberto Amorim Reis Moura, pelo **PS**. Depois de cumprimentar todos os membros da Assembleia apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, um “Voto de Louvor” a todas as Entidades e Profissionais, envolvidos no combate à Pandemia provocada pelo Covid – 19. “Voto de louvor -----

A propagação, a partir do final do ano de 2019, do agente coronavírus (SARS-Cov-2), e a subsequente pandemia denominada por Covid19, deram início a um período muito difícil e sem precedentes na história portuguesa recente, que afeta toda a comunidade e tem graves consequências ao nível social, económico e financeiro, desafiando todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

os elementos e as estruturas da sociedade, mantendo ainda uma evolução preocupante por todo o mundo, sendo imprevisíveis a sua duração, intensidade e efeitos, mesmo em território português. Contudo, tem de ser apreciado e louvado o empenho, o sacrifício e o altruísmo de todos aqueles que estão na primeira linha na luta contra a pandemia, bem como a todos os agentes políticos, sociais e económicos e aos cidadãos anónimos, que mantêm serviços essenciais à vida em comunidade, quer a nível nacional, quer no concelho de Chaves. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe à Assembleia Municipal de Chaves, reunida na sessão ordinária de 16 de dezembro de 2020, a aprovação de um Voto de Louvor a todos os profissionais de saúde, às forças de Segurança e Proteção Civil, aos Bombeiros, às instituições de Solidariedade Social e Religiosas, aos Serviços administrativos, à Câmara Municipal, às Juntas de freguesia, aos Agrupamentos escolares, Professores e Auxiliares, às Empresas privadas das diversas áreas, incluindo a Comunicação Social, aos Estabelecimentos comerciais, bem como a todos os elementos, trabalhadores e colaboradores destas entidades da sociedade, e ainda aos Voluntários e aos cidadãos em geral, que, de forma abnegada e generosa, têm executado quotidianamente as ações de prevenção, de defesa e de superação contra este inimigo invisível chamado coronavírus, mantendo em funcionamento a vida social e económica no Concelho de Chaves e em todo o país, constituindo este um Voto de Louvor a todos os que vão para além daquilo que, diariamente, lhes está cometido, para salvaguarda do interesse comum”. -----

Colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**. Começou por cumprimentar todos os presentes nesta Assembleia e de seguida fez a seguinte intervenção: “Em nome da boa convivência democrática, começo a minha intervenção por dar os parabéns ao Partido Socialista e ao senhor André Silveira, pela vitória nas eleições intercalares do dia 13 de dezembro na Freguesia de Ervededo. Independentemente das circunstâncias e dos métodos de campanha utilizados, que já deveriam ter desaparecido da face do nosso regime democrático, desejo aos novos Órgãos eleitos boa sorte. Senhor Presidente da Câmara: Chaves chegou ao triste patamar de ser um dos concelhos do País com piores taxas de contágio, o que é um facto, que nos deveria envergonhar a todos, nomeadamente, quando mais de 5% da população já foi infetada e 15 pessoas já perderam a vida. Em Chaves o controlo da pandemia falhou e se falhou é culpa de todas as instituições relevantes que não cumpriram o seu papel, seja a Saúde Pública, seja a Autarquia, sejam as Forças de Segurança, etc. Não é admissível que perante canais de comunicação privilegiada entre as duas entidades, o senhor Presidente de Câmara e elementos da Unidade de Saúde Pública, se envolvam em quezílias que pouco, ou nada, ajudam a inverter o estado de coisas, revelam sim falta de liderança e de coordenação da administração pública, perante um assunto de maior importância. Se existem divergências de opinião, estas devem ser tratadas nos locais próprios, por maior frustração ou ambição que exista entre as partes. Após esta questão, tenho outra concreta para lhe colocar: nos Açores uma freguesia com 8000 habitantes, num concelho de 32 mil, com a perceção de vários surtos comunitários pelas autoridades locais e regionais de saúde, sofreu um cerco sanitário durante uma semana, para que fossem realizados 10 mil testes a toda a população, durante dois momentos distintos. Dada a existência de vários surtos comunitários em diversas freguesias do nosso concelho, pergunto-lhe se este tipo de solução está a ser ponderado pela Autarquia, em conluio com as autoridades de Saúde Locais.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Começou por cumprimentar novamente a Mesa e também o membro da Assembleia Municipal, Gonçalo Alves. Respondendo à sua intervenção disse “que já vamos conhecendo a sua forma, essa sua veia truculenta e trauliteira de fazer política, mas enfim é a sua norma. E começo por dizer o seguinte: quando se faz uma saudação, deve fazer-se de forma genuína, não se deve aproveitar para, de forma trauliteira fazer logo uma crítica. Aproveito naturalmente para saudar e cumprimentar o André Silveira, que é o Presidente da Junta eleita de Ervededo e dizer que, ele sim, foi objeto de uma campanha negra, que no dia anterior à eleição viu nas caixas postais dos seus concidadãos, uma nota ignóbil, sem ser assinada, contra a sua pessoa e à sua vida, isso sim é que é inaceitável. Igual, só foi visto noutros tempos, e por outras forças políticas que me abstenho de identificar. E, portanto, dizer sobre esta matéria que, sinceramente, devia abster-se desse tipo de comentários. Se não quer saudar e cumprimentar não o faça, agora não o faça da forma incorrecta e pouco digna, como o fez. Depois, dizer outra coisa, quanto à questão da pandemia, então senhor membro da Assembleia Gonçalves Alves, devia também começar por censurar o presidente do seu Partido que se deixou infetar, por Covid19, não é? Portanto, demonstra aqui uma incompetência, uma incapacidade atroz, em perceber a incoerência dos seus argumentos. Depois, dizer-lhe que a sua intervenção, também revela muito desconhecimento. Primeiro, como sabe, a coordenação da resposta à pandemia é feita pela Saúde, também pela Saúde Pública, mas sobretudo pelo Governo e pelo Ministério da Saúde. E, se está atento e eu sei que está, mas às vezes pode dar nota de que não está, é que os cercos sanitários não são determinados pela Câmara Municipal de Chaves ou pelos Municípios, essa não é uma nossa competência. E, portanto, aconselho-o a estudar este assunto, para que depois não faça afirmações com frases, como acabou de fazer. Depois, se antes dizia que havia aqui uma divergência ou uma situação de oposição com a Saúde Pública, a seguir afirma que é um conluio, enfim em que é que ficamos, há divergência ou há conluio? Portanto, há aqui, de facto, uma grande confusão, na sua posição. Eu percebo que, de forma populista, queira aproveitar-se da pandemia, mas neste particular tenho que saudar naturalmente o Grupo Municipal do PSD, porque sobre esta matéria tem aqui uma posição de Estado e uma posição responsável. Já percebemos todos, que a resposta a esta pandemia, faz-se não tirando dividendos políticos, nem fazendo críticas infundadas. A esta pandemia responde-se, sobretudo, fazendo uma coisa essencial que é, enquanto cidadãos, todos cumprirmos o que está ao nosso alcance e já percebemos todos que, por mais decisões administrativas que se tomem, por mais normas técnicas que se elaborem, por mais orientações técnicas que sejam produzidas, a única forma de nós conseguirmos responder a esta pandemia, é no comportamento individual e responsável. Portanto, no que respeita ao concelho de Chaves, importa dizer que esta situação epidemiológica não é do agrado de todos, porque todos temos que lamentar, mas temos todos de forma humilde dizer que somos corresponsáveis, todos sem exceção, independentemente da nossa função, porque é, sobretudo, uma questão de resposta individual e cidadã. E, por isso, o que é fundamental, é que nós não acrescentemos risco, ao risco já existente. Isso faz-se quer nas decisões individuais, quer nas decisões coletivas, com o uso de máscara, a desinfecção, não haver concentração das pessoas, e etiqueta respiratória, tudo isso que nós sabemos que temos que fazer. E, neste particular, permitam-me que também discorde da CDU, porque eu acho que de facto foram criados instrumentos legais excepcionais para permitir que reuniões desta natureza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

fossem feitas pela via telemática, e não através de qualquer concentração. Embora esta seja uma competência do senhor Presidente da Assembleia Municipal, não é da Câmara Municipal. Mas, ainda assim, dizer que eu acho que passaríamos uma mensagem errada para a população, ao promover aglomerações de 80 ou 90 pessoas. É a minha opinião, com todo o respeito por opiniões divergentes. E a terminar, lamento que o CDS, nesta veia populista em concorrência com o CHEGA, procure sempre tirar proveito político, mesmo quando teve uma boa oportunidade de apresentar um candidato à Freguesia de Ervededo e não apresentou, deixando assim de dar um contributo para o funcionamento da democracia, além de poder mostrar a força do CDS no Concelho. --

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**, no exercício do direito de resposta. ---
“Senhor Presidente da Câmara, das duas uma: ou a ligação está má e não ouviu bem, ou há aqui algum problema de comunicação entre as duas partes. Primeiro, a saudação era ao Partido Socialista e ao novo Presidente de Junta de freguesia de Ervededo. As críticas aos métodos de campanha eram dirigidas a si. E já agora, o meu comportamento está relativamente equiparado ao seu, em termos de atitude política. Relativamente à parte do Covid, eu vou-me escusar responder à questão de o Presidente do meu Partido ter sido infectado, porque essa é razoavelmente lamentável. Fiz críticas às instituições, não fiz críticas às pessoas. Depois a parte das quezílias, que eu acho que não fazem, nem ajudam os cidadãos a ficarem melhor informados. No que diz respeito ao conluio, foi relativamente a uma solução de cerco sanitário a Freguesias com surtos comunitários, e não disse que era a Câmara que os fazia. A questão, acima de tudo, é se havia este tipo de solução ou coordenação entre a Câmara Municipal de Chaves e as autoridades de Saúde. Agora vejo que a palavra conluio, pode ter sido usada de forma menos apropriada, e peço desculpa por isso. Só queria saber se foi equacionado este tipo de solução, de haver um cerco sanitário a uma freguesia, para se fazerem testes rápidos. Só isso, senhor Presidente, não precisa de ter essa atitude, não ataquei a sua Honradez”. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder a esta última questão. -----
“Aqui não há nenhum problema de comunicação, mas sim do conteúdo da mensagem. A mensagem que tem sido passada é que deve ser corrigida, pois o que caracteriza as suas intervenções é uma espécie de toca e foge, o que normalmente suscita e provoca reacções adequadas. A política deve fazer-se com elevação, de forma equilibrada e sustentada, sendo naturalmente respeitada por todos. Portanto não semeie ventos e não colherá tempestades, com certeza da minha parte. Faça todas as perguntas, todas as censuras que entenda, naturalmente, mas faça-o de forma elevada e não o faça sempre com expressões, considerações que muitas delas, acho que são desnecessárias e não acrescentam qualidade à política”. -----

Cristina Maria Inocêncio Imaginário, pelo **PS**. Após os cumprimentos protocolares, fez a seguinte intervenção: “Obras de beneficiação e requalificação do Bloco Operatório, da Unidade Hospitalar de Chaves, reclamadas há vários anos - Finalmente, já se vê luz ao fundo do túnel. Uma boa notícia para toda a região do Alto Tâmega, sendo a zona de afluência à Unidade Hospitalar de Chaves. Assim, senhor Presidente, permita-nos que lhe digamos, que tem feito um bom trabalho em prol desta população. Trabalho que resulta da sua determinação e do seu compromisso com as Gentes Flavienses, e utilizando uma linguagem futebolista, podemos dizer que não *deita a Toalha ao chão*,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

na defesa dos seus concidadãos. Destacamos, também, que não foram necessários 10 anos para que esta intervenção, no bloco operatório, se tornasse uma realidade. Este projeto de investimento, agora em curso, constitui uma esperança para o futuro, não só aumentando a capacidade instalada para o aumento de cirurgias, como contribuiu para a segurança, para a melhoria de qualidade dos cuidados oferecidos a quem deles necessita, não esquecendo também a melhoria das condições de trabalho para os profissionais. Deste modo acreditamos que, este investimento aumentará o conforto, a segurança e a humanização dos cuidados de saúde prestados à população. Salientamos, ainda, que é um reforço para assegurar a manutenção e a continuidade da Urgência Médico-Cirúrgica, pois o Despacho 10 319 /2014 determina as valências médicas obrigatórias e equipamentos mínimos, entre esses, um bloco operatório em permanência, que reúna condições para a atividade cirúrgica. Realçamos, também, que a execução destas obras não vai pôr em causa a manutenção da atividade de cirurgia, pois este propósito visa não privar as populações de cuidados cirúrgicos. Deste modo, Senhor Presidente, fica acautelada a manutenção da actividade, ficando assim, mais uma vez, demonstrado o seu compromisso para com os Flavienses. Centralizamos a nossa comunicação no Bloco Operatório, contudo não podemos deixar de referir outro investimento de enorme importância, o Serviço de Ressonância Magnética que irá contribuir para um cuidado de saúde mais eficaz e mais eficiente, quer na Urgência Médico-Cirúrgica, quer no Bloco Operatório, como também para o conjunto da Unidade Hospitalar. -----

Senhor Presidente, continue esta trajetória porque os flavienses sabem avaliar quem é que está comprometido com eles e com o desenvolvimento da região, particularmente com o concelho de Chaves. Para finalizarmos, gostaríamos também de deixar aqui uma palavra de apreço ao Governo Central, pelo reforço de investimento na Unidade Hospitalar de Chaves.” -----

André Fontoura Faria, pelo **PSD**. Começou por cumprimentar a Mesa, na pessoa do senhor Presidente, Professor Altamiro Claro, cumprimentou também todo o Executivo na pessoa do senhor Presidente Dr. Nuno Vaz, membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia e demais *staff* presente. “O Grupo Municipal do PSD não poderia, de maneira nenhuma, deixar passar esta sessão da Assembleia Municipal, sem deixar uma nota de congratulação pela aprovação da proposta do PSD, em sede de debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2021, que no fundo contempla um desconto de 50% do valor das portagens aplicáveis a um conjunto de auto-estradas, entre as quais a A24 extensível até 75% no caso dos veículos eléctricos, por cada transacção realizada. Sabemos o quão importantes são as políticas de promoção da coesão territorial e de discriminação positiva para os territórios do interior, território do qual fazemos parte e, também, a Região do Alto Tâmega. Assim, nesta senda, não poderíamos deixar de fazer esta menção, esta nota de congratulação pela aprovação desta proposta por parte da Assembleia da República, proposta que parte da iniciativa do PSD. Também, deixar uma congratulação em particular aos deputados do nosso Distrito nomeadamente ao professor Luís Leite Ramos, ao Dr. Artur Sobral Andrade, bem como à Deputada flaviense Dra. Cláudia Bento. Em sentido contrário, não posso também deixar de tecer algumas críticas e demonstrar alguma estranheza. Tecer críticas ao Governo do Partido Socialista, que afirmou que esta medida descredibiliza aquilo que é o Orçamento de Estado. O mesmo Governo que fala à boca cheia da necessidade de promoção de políticas de coesão territorial, discriminação positiva destes territórios, de encontro de uma estratégia, que confira um futuro para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

este Território. Depois, na hora da verdade e na hora de governar, furta-se a esta oportunidade que encontrou de fazer acompanhar a aprovação desta proposta do PSD que tanto representa, sabemos nós para o nosso território, escudando-se para o efeito nos custos orçamentais que eventualmente esta proposta acarretaria e que, segundo a unidade técnica de apoio orçamental, serão de 82 milhões de euros anuais. Sabemos que depois, por virtude dos seus diálogos e conversações com o Partido Comunista Português, vai fazer empolar os custos do Orçamento de Estado em cerca de 600 milhões de euros. Depois uma nota crítica, para com os parlamentares do Partido Socialista, em especial dos distritos do Interior e do nosso distrito, que ainda há uns meses atrás aprovaram uma Recomendação do Partido Comunista Português, no sentido de extinguir as portagens num conjunto de auto-estradas, entre as quais se inseria a A24, num autêntico acto circense, votando inclusive contra o próprio Governo e contra a maioria dos Deputados do Partido Socialista e agora, no momento da verdade, acabam por decidir optar por seguir a disciplina de voto não demonstrando, a coragem, nem a determinação de o fazer. Falar em nome da defesa dos interesses da Região fica, portanto, registado o posicionamento dos Deputados do Partido Socialista, do nosso Distrito em particular, no que a esta matéria diz respeito. Por último, apenas uma nota de estranheza face ao silêncio ensurdecido do senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves que, a 22 de outubro, vem congratular o Governo pela redução das portagens a 25%. Contudo, a partir do oitavo mês de utilização, afirma que na altura foi assim sentido, mas era ainda insuficiente. Portanto, senhor Presidente, parece-me que seria oportuno aproveitar esta sessão da Assembleia Municipal, para acompanhar esta nota de congratulação pela proposta apresentada pelo PSD e aprovada pela Assembleia da República, sob pena de as suas mensagens transparecerem para a sociedade civil Flaviense, mais como proclamações de defesa do Governo do seu Partido, do que narrativas de defesa dos interesses do seu território e, mais em concreto, do seu Concelho”. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. Renovou os cumprimentos a todos os presentes e um cumprimento particular também para o membro desta Assembleia Municipal, André Faria. “A matéria aqui apresentada é pertinente e revela, de facto, incongruências e inconsistências, mas essas incongruências e inconsistências não são apenas dos eleitos do PS, também são do PSD. Portanto, sobre esta matéria, permitam-me que faça aqui uma contextualização e que cada um assuma exatamente as suas responsabilidades, em cada momento. Não podia deixar de lembrar que o Pedro Passos Coelho, em 2011, dizia frases deste teor: *a posição do PSD foi defender sempre que não devia haver scuts e que as autoestradas devem ser todas portajadas*. Esta era a posição unânime do PSD. Também não posso deixar de notar que, à data, interpelado se a A24 devia ou não ser portajada, ele respondeu: *não há dúvida nenhuma que todas as autoestradas serão portajadas e não há nenhuma moratória especial*, estávamos a falar da A24. E, portanto, dizer que sobre esta matéria o PSD mudou muito, aliás mudou para uma posição diametralmente oposta, portanto, há aqui uma incoerência e uma inconsistência absolutamente crítica. E, portanto, sobre esta matéria, dizer que claramente o PSD quer vangloriar-se de uma coisa de que só fez a metade, ou melhor, só recuperou parte, ainda falta resolver os restantes 50%. Dito isto parece-me sinceramente que esta matéria, era daquelas matérias que, nem o PSD, nem o PS deviam vangloriar - se, mas sim devíamos estar todos comprometidos com o mesmo objetivo, e o mesmo objectivo, eu disse-o no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

passado e reafirmei-o quando esta proposta foi votada na Assembleia da República. Disse então à comunicação social, que me congratulava e que era o sentido certo, mas ainda não é o ponto de chegada, ainda não é suficiente. Portanto, se o senhor membro desta Assembleia Municipal, não estava atento, pois sobre esta matéria já me pronunciei e pronunciei-me há muito tempo. Disse claramente que era uma iniciativa que eu saudava, que era uma iniciativa no sentido certo, que era uma iniciativa que não faria sentido se o PSD, nunca tivesse aprovado a decisão de portajar as scuts e, podíamos bem ter ficado sem essa solução, mas ainda assim, era algo que devia ser valorizado. Portanto, sobre esta matéria, se alguém fez aqui um número circense, esse alguém foi o PSD. Também sinceramente, sobre esta matéria, se há aqui algum ato de mágica e de tentativa de engano, foi o PSD porque, primeiro aprova as portagens e agora toma a iniciativa para que sejam reduzidas as portagens nas scuts. Portanto, sobre esta matéria, dizer claramente que se há uma congratulação, ela só é a metade, porque ainda só estamos a 50%. Depois, dizer ainda mais, que é curioso quererem vangloriar-se de uma proposta, mas depois votam contra o Orçamento, no seu conjunto. Já viram que se, por exemplo, a atitude da CDU não fosse solidária com uma solução que interessa ao País e corresponsável pelo apoio aos instrumentos financeiros para 2021, de nada bastaria a proposta, de nada seria útil a proposta do PSD, se o orçamento não fosse aprovado. Já percebeu esta incoerência do PSD, que aqui está presente? Por um lado, apresentam a proposta de redução das portagens, mas depois não criam as condições para que os instrumentos financeiros, que permitam acomodar essa redução, sejam aprovados. E, portanto, de nada valia, se não fosse efetivamente o voto favorável do PCP-CDU e do PS, na aprovação global do Orçamento Geral do Estado para 2021. Portanto, fica aqui esta nota, dizendo que acredito na boa-fé do membro desta Assembleia Municipal André Faria mas, sinceramente, não lhe conheço grandes lutas pelos interesses deste território, destas gentes. Aliás, eu acho que o senhor não tem grandes condições, porque não está no Concelho de Chaves e não representa o Concelho de Chaves, representará outros, não o Concelho de Chaves, da forma veemente e determinada, como eu o faço. Não o faz no presente, não o fez no passado, e não acredito que o faça no futuro, ainda tem muito chão para andar, para demonstrar, para poder afirmar o que afirmou. Sinceramente, o que disse é uma grande incorreção e, na minha perspectiva, infundadamente, pois tenho muitos atos no passado que demonstram exatamente o meu compromisso com este território, com esta gente e com o nosso Concelho. E, portanto, não lhe reconheço autoridade para dizer que o Presidente da Câmara não faz a defesa dos seus concidadãos, fez no passado, faz no presente e há-de fazer no futuro, mesmo quando estejam em causa questões de orientação política do meu Partido, mesmo assim, descansem os flavienses que estarão na linha da frente, se eu entender que essa é a postura e a atitude que melhor defende os nossos interesses. Tenho essa opinião também, no que diz respeito a algumas medidas de coesão e tenho algumas críticas a fazer, relativamente àquilo que são as políticas de coesão e de progressão de coesão territorial e social do território, mas ainda assim não lhe reconheço a si, a autoridade para me dizer o que disse”. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo **PS**. Iniciou a sua intervenção com os cumprimentos habituais a todos os membros desta Assembleia, incluindo um cumprimento especial a André Silveira, recentemente eleito Presidente da Junta de Freguesia de Ervededo, a quem o Grupo Municipal do PS endereça os votos de um bom mandato. “A minha inscrição em relação ao período antes da Ordem do Dia, prende-se precisamente com a intervenção do membro desta Assembleia do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Municipal do PSD que me antecedeu e, a esse propósito, o Grupo Municipal do Partido Socialista, quer dizer de forma muito clara e afirmar a sua posição de saudar naturalmente a redução de 50% das portagens nas autoestradas A22, A23, A24 e A25, que integram respetivamente as conceções do Algarve, da Beira Interior, do interior Norte e da Beira Litoral, e Beira Alta, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. De recordar, a este propósito, que o Governo tinha já avançado com descontos para os utilizadores das autoestradas do Interior, nas quais estavam incluídas a A24 e a A4. Como sempre dissemos a redução é necessária, mas sempre ambicionamos, naturalmente, a isenção total das portagens. É uma questão, é um imperativo. Depois consideramos que é necessariamente uma medida justa para beneficiar as pessoas que vivem, trabalham e investem nos Territórios de Baixa Densidade e em particular do Interior e, por isso constitui, no nosso entender uma decisão fundamental em prol da coesão territorial. A coesão territorial é um mecanismo essencial, para esbater as desigualdades, para impulsionar o crescimento e dotar sobretudo o País, de um modelo de desenvolvimento sustentável que nos envolva, naturalmente a todos. No entanto, a exigência do quadro de emergência de saúde pública, económica e social que vivemos, deveria ser razão mais do que suficiente para que o momento crucial que atravessamos como comunidade, não servisse para que alguns exercitassem oportunismos Regionais ou Nacionais que, de forma avulsa, não se compadecem com o momento e com o que é preciso fazer para responder à situação. Não está, naturalmente, em causa a substância, mas sim o oportunismo político no momento em que o País precisa de responsabilidade e de resposta. Por sua parte, o PSD, que não fez no passado o que agora reivindica, não tem voz nem autoridade, na medida que sempre defendeu o princípio do utilizador pagador e, em que exigiu mesmo a colocação de portagens no Interior, venha agora tentar redimir-se com a apresentação desta proposta como uma forma de compensar o Interior. Pasmese, ao mesmo tempo que aprova os descontos nas autoestradas da Costa da Prata, do Grande Porto e do Norte Litoral que, também, se iniciarão a 1 de julho do próximo ano, renegando assim o valor no nosso entender da coesão territorial. Uma vez mais fica claro que o PSD nunca fez uma discriminação positiva do interior, a radicalização dos populismos e dos oportunismos de algum PSD, que apresenta e vota esta proposta na especialidade, mas que logo a seguir chumba com o voto contra a votação final global do Orçamento do Estado. A verdade é que esta medida que faz parte integrante do Orçamento de Estado para 2021, só foi possível graças à maioria que o viabilizou na Assembleia da República e onde ficou o voto expresso favorável e inequívoco do PS, que o aprovou.” -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**. Após os cumprimentos protocolares a todos os membros desta Assembleia fez uma intervenção sobre a Pandemia *sarscov2-covid 19* “Estamos conscientes de que quem nos afasta não é a máscara, é o covid19. A pandemia, *sarscov2-covid19* desenvolve-se em Portugal e em toda a Europa, desde o primeiro trimestre de 2020. O problema é o aumento sistemático de casos e a grande esperança é a possibilidade de se iniciar a vacinação a nível mundial antes do fim do ano de 2020, na Europa, USA, China, Rússia, Índia, etc. Por razão ainda desconhecida, a expansão em África é muito mais lenta. Em Portugal e no Alto Tâmega o futuro próximo é seguramente o aumento do número de casos, com pressão nos internamentos e cuidados intensivos, aumento de novos casos infetados, aumento nos atendimentos em urgência, aumento no número de internados, aumento progressivo das necessidades de ventiladores e recursos em cuidados atingindo o limite disponível. O número de mortos subirá e o colapso de atendimento é um cenário que não pode ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

excluído. As medidas disponíveis para a população, antes que cheguem ao Hospital, são anunciadas e resumem-se a CONFINAMENTO, USO de MÁSCARA, DISTANCIAMENTO FÍSICO, ETIQUETA RESPIRATÓRIA, HIGIENE DAS MÃOS e muito especialmente REDUÇÃO DRÁSTICA DE REUNIÕES SOCIAIS, atos religiosos, festas, casamentos, batizados, funerais, saídas noturnas para diversão, concentrações como teatros, cinemas, comícios, em resumo concentrações de elevado número de pessoas em espaços limitados, frequentemente mal ventilados. -----

A estratégia de confinamento deu resultados como primeira opção, mas necessita ser alterada para realização maciça de testagem, testes rápidos e outros, com isolamento dos casos positivos, isolamento dos contactos, quebrando as cadeias de transmissão.

O aparecimento de variantes, no Reino Unido, Brasil-Manaus, África do Sul, com transmissibilidade ainda maior que o primeiro sarascov2 veio complicar muito o controle da pandemia e abrir dúvidas, na eficácia das medidas sociais e eventualmente pôr em causa a qualidade das vacinas. Neste quarto trimestre de 2020 a pandemia evolui na Europa em crescendo, tornando ineficazes as medidas antes instituídas. Aos investigadores, técnicos de saúde, epidemiologistas, matemáticos, resta avaliar honestamente os dados estatísticos da evolução da pandemia e fornecer aos políticos e gestores públicos informação que lhes permita promover medidas de controlo, aplanando as curvas e medidas para mitigação do impacto económico e social. Continuo convencido que estamos próximo da chamada segunda vaga, que pela experiência anterior nos vai atingir com muito maior violência. Neste contexto Nacional, regional e Concelhio, dos políticos se espera capacidade de liderança, motivação, criação de esperança e concretização do que são as promessas eleitorais. -----

IMPORTA unir esforços e sem querelas partidárias, encontrar em antecipação novas formas de organização social e dos serviços que permitam responder às muitas dificuldades que vamos ter necessidade de enfrentar. -----

André Fontoura Faria, pelo **PSD**. Renovou os cumprimentos e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que “é sistemático e persistente, ouvi-lo aqui a dar aulas de catequese, nestas sessões da Assembleia Municipal, como que aqui se julgando uma espécie de sumo-sacerdote da teologia das verdades absolutas e, depois no fundo, acaba por incorrer em imprecisões e alguma iliteracia política. Sou mais novo e, apesar da nossa diferença de idades, não me importo de fazer aqui uma resenha histórica, a propósito desta matéria, e no que diz respeito às posições dos dois Partidos. Relativamente a esta questão das portagens eu lembro que a decisão de portajar, foi tomada pelo então Governo do Partido Socialista, liderado pelo engenheiro José Sócrates, através da resolução do Conselho de Ministros 75/2010. Contudo, antes disso, senhor Presidente, devo dizer o seguinte: certamente saberá melhor do que eu que esta decisão de portajar estas autoestradas constava de um memorando de entendimento, que foi assinado pelo meu Partido, pelo seu Partido e pelo CDS-PP em 2011, em sequencia do facto de o País se encontrar numa situação de pré bancarrota, depois de seis anos de governação do seu Partido. Recordo que em 2005, a dívida pública Portuguesa cifrava no 67,7% do PIB e em 2011 seis anos depois, depois de revistas as contas por parte das instituições internacionais, cifrava-se em valores próximos dos 120%. Portanto, houve necessidade de assinar um memorando de entendimento que estabelecia como uma das condições, a necessidade de portajar as autoestradas e, se isto aconteceu, foi por responsabilidade do meu Partido, do seu Partido e, também naturalmente do CDS-PP. Contudo, recordemos as circunstâncias, porque a história tem um peso e o seu Partido carrega esse peso numa maior medida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

que o meu, porque foi o seu Partido que em 2011 levou este País a uma situação recorde, de pré bancarrota. Podia aqui até fazer referência às palavras do então Ministro das Finanças do Partido Socialista, mas escuso de as fazer porque julgo que as conhecerá melhor do que eu. Quanto ao mais, senhor Presidente, francamente, não compreendo aqui o argumento de tentativa de diminuição da minha condição de flaviense, não sei por que é que o faz, ou por que é que o deixou aqui implícito, gostaria até de perceber. Quanto à questão da autoridade e da questão da legitimidade política, naturalmente que o senhor Presidente exerce funções políticas, já há vários anos, enquanto Deputado Municipal, tinha exercido antes quando Chefe de Gabinete, agora como Autarca. Sou um simples jovem membro de uma Assembleia Municipal, que procura construtivamente muitas das vezes, outras das vezes de ponto de vista crítico, sempre que assim se exige, fazer as minhas intervenções, fazer as minhas chamadas de atenção, naturalmente, que poderei fazer ou não um percurso, não é esse o meu objetivo, o meu objetivo é participar civicamente, ativamente e, portanto, se entender que a sua legitimidade política é maior que a minha, nesse sentido, não há problema nenhum. Agora tentar diminuir a condição de flaviense dos outros, não sei fundado em quê, nem em que circunstâncias, é que não sei o porquê de ter enveredado por esse argumento, só denota, contudo, e registo, a sua deselegância”. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. E começando pela última intervenção, referiu: “Se eu me arrogo de sumo-sacerdote, o senhor deve arrogar-se um deus. Porque, de facto, fala sempre de cátedra, mas curiosamente, se calhar, devia utilizar esse tipo de conhecimento para outras dimensões, porventura mais úteis e mais relevantes. Já que fala sempre com essa lógica de poder, enfim, poderá dedicar-se a ensinar ciência política, ou outro tipo de matérias jurídicas, embora mesmo aí, não lhe reconheça grande autoridade, por diversas razões, que o senhor sabe quais são. Sobre esta matéria das portagens, eu comecei por dizer que havia responsabilidades partilhadas, não sei se se recorda, assumindo, naturalmente, as responsabilidades que o PS, também tem nesta matéria. Também se lembrará, certamente, do papel que teve Eduardo Catroga, em representação de Passos Coelho, no famoso memorando da troika. E quais foram as condições impostas para isso acontecer, sendo uma delas esta questão das portagens. Portanto, não vale a pena dizer que o PSD não é corresponsável, são corresponsáveis PSD e o PS, assumo. Por isso eu comecei por dizer e reitero que a congratulação só podia ser por metade, não devia ser plena. E se algumas críticas podem ser feitas no âmbito da gestão dos fundos públicos, o que poderíamos nós dizer sobre a gestão dos fundos públicos a nível autárquico! Se quis dizer que a nível nacional o PS teve algumas responsabilidades na intervenção externa, então o que dizer o que aconteceu, ao nível das finanças municipais. Na política e, cada vez mais, para que os tais populismos não surjam, é de facto importante que nos responsabilizemos e corresponsabilizemos, que assumamos os erros. Não podemos nem devemos fazer uma espécie de branqueamento político, ou branqueamento da história, fazendo crer que efetivamente o PSD, não tem nenhuma responsabilidade, na aplicação das portagens. Tem e, como já vimos, tem responsabilidade nas condições e nos pressupostos para a sua aprovação, como também, no que diz respeito a grave incosequência. Porque primeiro propõe uma solução de redução das portagens e, ao mesmo tempo, vota contra os instrumentos financeiros que permitiriam concretizar essa solução de desagramento dos custos de mobilidade nestas scuts, que servem sobretudo o interior. Depois, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

bem notou, o membro desta Assembleia, Nuno Coelho Chaves, dizer que efetivamente há aí alguma incoerência porque, afinal, essa coesão não é apenas para o Interior, mas também para o Litoral, e aí acho que é desmedida e era desnecessária. Para finalizar, quanto à minha iliteracia política, importa dizer que todos nós temos alguma, em várias dimensões, porque não conhecemos tudo, não sabemos tudo e, curiosamente, somos mais ignorantes quanto mais sabemos. Fica esta nota em jeito de conclusão. -----

Agradeço as considerações e algum enquadramento também, da exposição feita pelo **membro desta Assembleia Nuno Coelho Chaves**, que pôs em evidência e a nu esta posição contraditória. -----

Depois, dizer que agradeço muito a intervenção do **membro desta Assembleia, Francisco Taveira**, porque de facto pôs a tónica naquilo que deve ser a responsabilidade individual de cada um e, daquilo que verdadeiramente podemos fazer, para mudar esta situação da pandemia a nível do Concelho, que de facto tanto nos desagrada e nos incomoda. Mas, o que deve ser feito na minha perspetiva com esse enfoque, que foi aqui trazido e com o qual eu concordo, deve ser nesse caminho. -----

Termino com uma consideração, relativamente à intervenção do **membro desta Assembleia, Cristina Imaginário**, para dizer que os elogios são excessivos, e que de facto essa relevância não é exclusiva do Presidente da Câmara, que tudo tem feito, naturalmente, desde a diplomacia de influência, fazendo pressão nesta matéria. Trata-se do principal dossier que tenho seguido de perto e posso dar nota que, ainda ontem, fizemos uma reunião com a senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e, também, com a senhora Diretora do ACES, para que possamos acompanhar, em cada momento, a evolução daquilo que são os investimentos em termos físicos, em termos tecnológicos, materiais, mas também em recursos humanos. Relativamente àquilo que são os investimentos que estão em curso, quer seja este, há muito esperado e agora iniciado, a intervenção de requalificação do bloco operativo, bem como do equipamento correspondente, quer das circunstâncias de ter entrado hoje em funcionamento a ressonância magnética nuclear. Será também importante dizer que vemos com muitos bons olhos outros investimentos como, por exemplo, a ampliação do serviço de hemodiálise que está neste momento em fase de projeto, e tem um investimento de cerca de um milhão de euros. Mas também vemos com muito agrado a aprovação de uma candidatura ao Norte 2020 para a criação da Unidade de Cuidados Paliativos com 20 camas, no quarto piso, que terá um investimento global de um milhão cento e oitenta e dois mil euros, e se espera que o início da contratação possa acontecer já no mês de janeiro de 2021. Da mesma forma, também vemos com bons olhos um investimento numa melhoria do funcionamento através do balcão único na Unidade Hospitalar de Chaves, que me parece importante, para dar uma nova imagem, uma nova forma de comunicar com os cidadãos, com informação actualizada. Ao mesmo tempo dar nota de que foi feita uma requalificação do serviço de internamento de Pediatria e que se aguarda que o mesmo aconteça relativamente ao serviço de Dia. Verifica-se que há uma evolução positiva nos recursos humanos, em resposta à pandemia, muito embora exista alguma preocupação no que diz respeito à diminuição da cirurgia, pois se a nível da cirurgia convencional, se verificou um incremento, nas outras componentes houve uma redução muito significativa. Dizer que no conjunto das várias áreas clínicas, nas consultas médicas também há aqui um atraso, um aumento nos tempos médios de resposta e, portanto, fica aqui esta menção. Mas dizer que de facto esta determinação relativamente a este investimento, é sobretudo mérito da senhora Ministra da Saúde, que tem sobre esta matéria uma preocupação que ainda me foi transmitida antes de ontem. Portanto, esperamos que tudo aquilo que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

iniciado possa ser concretizado rapidamente, e é tudo o que ambicionamos para que efetivamente possamos ter uma Unidade, mais capaz, e com mais respostas de serviços de saúde porque, efetivamente, também é desta forma que se faz coesão social e se aumenta naturalmente a qualidade de vida dos cidadãos. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS. “Renovo os meus cumprimentos a todos. Só muito rapidamente para responder também ao membro desta Assembleia, André Faria, que agora mudou o registo: antes estava no registo da ignorância e agora mudou o registo para iliteracia, então para a iliteracia cá vai mais uma alínea. Sabe que houve uma crise de *subprime*, antes da entrada da Troika? Soube que houve um PEC4, que estava aprovado em Bruxelas e que houve uma concertação, por assim dizer, no Parlamento Português para chumbar esse mesmo PEC? Sabe de quem é a culpa de 20 anos de despesismo, é sua e minha. Por acaso o PS e o PSD, nesse aspeto, têm muito pouco para se vangloriar. Geralmente o PS tem azar, quando há as grandes crises e mandam investir, costuma estar o PS no Governo, não sei se será algum destino, mas nós cá estamos para resolver, se for preciso. Ou, também, não se lembra quem é que implementou o memorando da Troika? É que podiam lá estar essas medidas todas, mas quem o implementou foi o PSD e o CDS. Quem fez o mapa judiciário como está? Foi o PSD e o CDS. A fusão das Freguesias como estão? Foi o PSD e o CDS. Acabar com a discriminação positiva nas autoestradas e nas scuts? Foi o PSD e o CDS. É só para lhe relembrar mais algumas coisas. E agora mudando de assunto se me derem oportunidade. -----

A Câmara Municipal de Chaves, no âmbito do atual contexto epidemiológico do novo Coronavírus, tem vindo a implementar medidas preventivas para redução dos riscos de contágio da COVID-19 e a promover programas de apoio à comunidade, a fim de atenuar os impactos socioeconómicos desta pandemia. Uma pandemia que pressupõe o aumento da precariedade no emprego, o decréscimo da produtividade e da atividade económica, assim como a diminuição de rendimentos nas famílias e, em geral, o agravamento das condições sociais. No Concelho de Chaves já se verifica a existência de respostas prestadas pela Autarquia e pelas várias entidades Públicas e do setor Social, todavia importa acautelar, desde logo, o reforço dessas respostas para colmatar as novas necessidades decorrentes da atual conjuntura. Ao universo de municípios em situação de carência já conhecido e acompanhado, bem como das respostas municipais no âmbito do apoio às famílias - crescem, no panorama atual, outros municípios que, nunca tendo recorrido a apoios desta natureza, irão agora precisar de ajuda. Já no pretérito mês de abril a Câmara de Chaves criou um conjunto de medidas económicas e financeiras de apoio a cidadãos e empresas afetados pela pandemia. No conjunto das três dimensões, às famílias e cidadãos, às empresas e no apoio à proteção civil, essas medidas assumiram um valor de perto de um milhão de euros. O Município criou um fundo de emergência social no valor de 100 mil euros, destinado a dar resposta à população mais vulnerável economicamente, como pessoas idosas ou portadores de deficiências. No apoio às famílias, a Autarquia decidiu pela suspensão do pagamento de rendas em todos os fogos municipais (habitações sociais) até 30 de junho, com a possibilidade de o pagamento ser feito até final de 2021, sem qualquer juro de mora ou penalização, e ainda de todas as famílias poderem solicitar a reavaliação do valor das rendas. Também os estabelecimentos comerciais instalados em espaços municipais, que tenham sido encerrados por imperativo legal, ficaram isentos de pagamento da renda enquanto decorrer o estado de emergência. Os consumidores domésticos e não-domésticos que, comprovadamente, tenham visto uma diminuição superior a 30% dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

rendimentos, tiveram um desconto de 10% na fatura da água/saneamento/resíduos sólidos entre abril e junho. As empresas encerradas por imperativo legal ficaram ainda isentas do pagamento da componente fixa da tarifa de água/saneamento/resíduos sólidos. -----

A autarquia decidiu, ainda, pela isenção durante todo o ano de cobrança das taxas municipais de esplanadas e publicidade de todos os estabelecimentos comerciais, à exceção de bancos, instituições de crédito, seguradoras, supermercados, hipermercados e farmácias. Os feirantes, vendedores ambulantes e operadores do mercado municipal, com sede fiscal em Chaves, ficaram também isentos do pagamento de taxas e o município abdicou ainda da derrama de 2020 de todas as empresas com sede no concelho, com volume de negócios inferior a 150 mil euros. -----

Quanto às medidas para a proteção civil, a Câmara de Chaves reforçou os meios humanos, materiais e logísticos ao Gabinete de Proteção Civil Municipal. Assim, em complemento às medidas de âmbito municipal que têm vindo a ser implementadas, a Câmara Municipal pretende criar um conjunto de medidas de apoio financeiro excepcional e temporário a atribuir a agregados familiares em situação de emergência, suprimindo assim as suas dificuldades, para fazer face a despesas essenciais do dia-a-dia, bem como às empresas locais, de que falaremos a seguir. -----

A Câmara Municipal de Chaves tem mantido toda a disponibilidade e capacidade de gestão política, técnica e operacional, para trabalhar em equipa com todas as entidades públicas e privadas prestadoras de serviços públicos essenciais (como o Hospital de Chaves e o Centro Hospitalar, o Agrupamento de Centros de Saúde e a sua Equipa de Saúde Pública, Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar, Cruz Vermelha, as Autoridades Policiais – PSP, GNR, o Exército, entre outras), assim como com as Juntas de Freguesia, no âmbito das suas competências e na execução da cooperação institucional definida nos Protocolos de Delegação de Competências com a Câmara, assim como com as Empresas Privadas, nesta fase tão crítica como a que vivemos. O Presidente da Câmara tem reunido frequentemente com as autoridades de Saúde locais, regionais e nacionais, tem reunido extraordinariamente com o Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Educação, Unidade de Saúde Pública do Alto Tâmega, Comissão Municipal de Proteção Civil, Santa Casa da Misericórdia de Chaves, Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real, Proteção Civil Distrital, entre outras. Não tem estado a assistir, nem a dormir, mas os instrumentos principais são da responsabilidade das autoridades públicas de Saúde, como se sabe. Todos os instrumentos necessários a este combate, e que dependem da ação da Autarquia, estão ativados, sendo que o contributo individual de cada um e de todos os cidadãos é fundamental para que haja sucesso nesta luta, que é de todos.” -----

André Fontoura Faria, pelo PSD. “Só três notas muito breves, pois penso que não vale a pena alargarmo-nos muito sobre este propósito. Relativamente às palavras aqui ditas, pelo membro desta Assembleia, Rogério Moura, dizer-lhe apenas o seguinte: O memorando e o seu cumprimento, resultou de um compromisso assumido pelo PSD, pelo CDS e pelo PS, corresponsabilizava estes três partidos, portanto, o PSD, honrou. O certo é que em 2015, saímos numa reta de crescimento económico da qual beneficiou depois, e muito o PS. Julgo que temos que nos orgulhar do trabalho desenvolvido pelo Governo do Dr. Pedro Passos Coelho, muito difícil, muito duro, certamente que nenhum Governo teria o interesse em fazer executar. Relativamente ao senhor Presidente da Câmara, duas notas também muito breves. Dizer apenas que o PSD, não aprovou o Orçamento de Estado, nem tinha que aprovar, conforme referiu o senhor Primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Ministro, António Costa: o PSD, não serve e não serviria, para evitar uma crise política. Portanto, se o PSD não serviria para evitar uma crise política, também não serviria para fazer aprovar um mau Orçamento. O que o PSD procurou fazer, foi em sede de debate de especialidade introduzir algumas medidas de relevo nesse Orçamento, nomeadamente esta que é muito benéfica para os territórios de interior e em particular para a Região do Alto Tâmega e, também, para o Concelho de Chaves. Por último, apenas registar então que o senhor Presidente da Câmara subescreve esta nota de congratulação, deixar-lhe apenas um apelo, através das suas redes sociais embora sejam suas, naturalmente, mas na qualidade de autarca e podendo fazer uso delas, até para veicular mensagens positivas, e chegar a mais pessoas, até porque hoje assumem maior relevância através das quais muita gente procura socorrer-se, para poder ter acesso a informação. Posso então também fazer estas notas de congratulação não só quando estas propostas positivas para a região partem de iniciativas do Governo, mas também quando partem de iniciativas da oposição, neste caso do PSD. Julgo que ficaria bem ao senhor Presidente, que seria capaz de despir a sua qualidade de Militante do Partido Socialista e, julgo que as pessoas veriam, numa melhor medida, que de facto está aqui para representar efetivamente os interesses exclusivos dos flavienses. É, apenas, uma nota, julgo que ficaria bem a si, e que os flavienses reconheceriam”. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efectuar alguns esclarecimentos. “Renovo os cumprimentos. Naturalmente, não vou envolver-me outra vez nesta discussão dialéctica sobre quem é que tem culpa, e quem a não tem, mas reitero aquilo que disse antes: acho que as responsabilidades são repartidas e, portanto, não vale a pena cada um retirar apenas os méritos e esquecer os deméritos, é importante nestas questões assumir que há responsabilidades recíprocas, podendo utilizar-se uma boa regra do Direito: quando não se sabe exatamente a medida da culpa, esta é repartida em 50%. Portanto, esta é a minha sugestão. Quanto às outras considerações sobre esta matéria, noto que o senhor membro desta Assembleia Municipal, segue as minhas redes sociais pessoais, noto e percebo que afinal são importantes, mas como disse e bem é o meu Facebook pessoal, e não o do Município. Como sabe em termos institucionais o Município tem um *site* e um *Facebook*, e, portanto, é nesses contextos que naturalmente será feita toda a divulgação da comunicação que seja relevante para o Concelho. Na minha página pessoal, como perceberá, esse é um espaço das redes sociais que eu giro com critérios muito próprios. Naturalmente que sobre isso, não me viu a mim dizer que o senhor membro desta Assembleia, insira nas suas redes sociais e nas suas interações, aquilo que eu gostaria também de lá ver. De qualquer das formas denoto aqui, que se preocupa muito com as minhas interações sociais, pois já percebi que têm relevo, que têm dimensão e que chegam a muita gente, e também já percebi que isso o preocupa. Dizer que, sobre essa gestão, essa é uma gestão pessoal é minha, enquanto cidadão, e não enquanto Presidente da Câmara. Enquanto Presidente da Câmara faço naturalmente as comunicações que entendo fazer quer no *site*, quer no *Facebook institucional*, para não confundir papeis. Porque, como sabem, o Presidente de Câmara, também tem uma dimensão de cidadania, que quer naturalmente manter, além de ser, como sabem também, Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista. Portanto, são essas três dimensões que, naturalmente, procura não comprometer e não contagiar, comunicando sempre em diferentes contextos, para que as pessoas percebam verdadeiramente qual é a qualidade em que se fazem. Para concluir, dizer-lhe que não o vou fazer na minha conta pessoal, também porque a minha conta pessoal é utilizada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

de forma muito comedida, com poucas publicações. Faço apenas publicações sobre aquilo que, em cada momento, é objecto da minha reflexão. Se eventualmente quiser fazer uma reflexão sobre isto, provavelmente, a minha reflexão não será um voto de congratulação como foi feito, mas será a minha visão enquanto cidadão sobre esta matéria”. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. “Serei breve. Pretendo fazer aqui, de alguma forma, um apelo ao consenso, e à união em torno de temas estruturantes. Esta nossa vontade, de que a auto-estrada não tenha portagens, já vem de longe; que o Hospital tenha serviços, sérios e competentes é, também, de todo o interesse. Portanto, só dava aqui como exemplo, uma Moção aprovada em 2 de junho de 2004, em que, na sequência de notícias vindas a público, sobre a possibilidade de existência de portagens na Autoestrada A24, foi aprovada por unanimidade uma Moção, que tinha nos seus considerandos: *recusamos liminarmente qualquer solução que passe pelo pagamento de portagens no território do nosso Concelho*. Foi subscrita na altura, pelo membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, líder do Grupo Municipal do PPD/PSD, mas foi acolhida em nome do PS, pelo membro desta Assembleia, Fernando Luís Lopes Moreira e em nome da CDU, pelo membro desta Assembleia, Maria José Teles Grilo. Portanto a Moção acabou por ser subscrita por todos os Grupos Municipais e passou a ser, de facto, uma Moção da Assembleia Municipal. Penso que os pequenos ganhos que cada um dos Executivos vai concedendo, as pequenas conquistas, são boas para todos nós. Reafirmamos, aqui, o nosso sentido da disponibilidade para o consenso, quer sobre temas estruturantes como é o Hospital, quer na Auto-estrada, e obviamente no papel de Chaves no contexto do Alto Tâmega. Penso que sairemos todos a ganhar e cada um terá de dizer, depois, sobre isso o que melhor entender. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo **PS**. Renovo os cumprimentos, a todos e o motivo da minha intervenção, face à persistência e à insistência do senhor membro desta Assembleia Municipal, André Faria, em relação à congratulação e à necessidade do senhor Presidente da Câmara, de se congratular com a medida, aprovada de redução das portagens. Recordar que o Grupo Municipal do Partido Socialista, naturalmente saudou a redução das portagens em particular na A24, mas também, aguardamos naturalmente em sentido contrário, porque quando se estava no debate de forma séria, devemos também fazer, em relação a outras matérias. E, ao contrário e tendo em conta aquilo que foi dito e a compreensão que o senhor membro desta Assembleia, acompanha nas redes sociais do senhor Presidente da Câmara, acompanhará seguramente também de outros membros do Partido Socialista. Dizer-lhe, que nós também acompanhamos a sua rede social. O senhor membro desta Assembleia, em relação ao Hospital de Chaves e às obras que tiveram início recentemente, dizer-lhe o seguinte: que ao contrário daquilo que afirmou na sua rede social, que a perspetivada requalificação do bloco operatório de Chaves que finalmente teve início e, que já havia sido sucessivamente prometida pelo governo do PS desde 2017. Quero aqui recordar-lhe que essa obra já é uma promessa que tem mais de 10 anos, inclusive reiterada também pelo Governo do seu Partido. No, entanto, dizer-lhe que esta obra não inicia, ao contrário daquilo que diz nas suas redes sociais, pela pressão política exercida pelos deputados do PSD, professor Luís Ramos, doutor Artur Andrade e pela doutora Cláudia Bento. Esta obra, tem início, porque há um Governo liderado pelo Partido Socialista e há um Executivo Autárquico, liderado pelo Partido Socialista, como bem o senhor Presidente da Câmara de forma humilde, também, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

reconheceu. Tem exercido diplomacia de influência, para que a nível do Hospital de Chaves haver melhorias. Felizmente as obras, já iniciaram e aguardávamos com expectativa, essa posição de congratulação por parte do Grupo Municipal do PSD, em relação a esta nota e que ao contrário não se afirma-se que isto resulta do trabalho político, naturalmente que será relevante dos deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral de Vila Real, mas compreenderá e compreenderão seguramente, todos que as obras não se iniciam pelo número de perguntas que os deputados do PSD, colocam ao Ministério ou em particular à senhora Ministra da Saúde, na Assembleia da República.”

André Fontoura Faria, pelo **PSD**. “Brevemente para dizer o seguinte, no que diz respeito à intervenção do membro desta Assembleia, Nuno Coelho Chaves, do PS. Relativamente, à questão do Bloco Operatório, naturalmente que saudamos, essa questão e não posso desvincular-me aqui ao Grupo Municipal, contra estes meios problemáticos, mas estamos todos em conjunto. Pessoalmente digo-lhe que sim, que acho que é uma mais valia, para o território, para a Cidade, é extraordinário, simplesmente peca por tardia. Aquilo que quis destacar foi a persistência, porque foi de facto incansável por parte dos nossos parlamentares, com sucessivas interpelações e quis destacá-lo pela positiva, porque acho que foi muito importante, simplesmente isso. De resto julgo que, sim, é uma obra que beneficia a nossa Cidade. Não tenho qualquer problema em reconhecê-lo. De facto, é ótimo nesse sentido, peca pela tardia, não há problema nenhum, temos que ter esse reconhecimento e essa humildade”. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----- Gostaria de dar duas notas finais. Naquilo que foram as palavras que proferidas pelos membros desta Assembleia, André Faria e Carlos Afonso, dizer que tem que haver depois coerência, ou seja, efetivamente se queremos todos ter uma posição coerente, se queremos efetivamente ter compromissos temos que os preparar antes. Portanto, não é depois em contexto de Assembleia Municipal, nesta tentativa de discussão de esgrimir argumentos para pôr em evidência pretensos méritos ou deméritos que se devem fazer. Se verdadeiramente as questões, que foram enunciadas, relativamente às questões de mobilidade traduzidas na dimensão por exemplo da redução dos custos de circulação nas antigas scuts, seja no reforço da resposta de saúde na Unidade Hospitalar Chaves e da sua relevância no contexto do Cento Hospitalar, seja naquilo que possa ser o papel agregador, mobilizador e referencial do Município de Chaves no contexto do Alto Tâmega. Se verdadeiramente, esses são os compromissos que o PSD, deve assumir podemos fazê-lo e podemos fazê-lo de forma autónoma fora deste contexto, desta discussão e deste esgrimir de argumentos político-partidários, porque não podemos fazer apenas com mensagens que têm uma motivação muito boa, e depois não têm nenhuma consequência e, depois não podemos em cada momento querer tomar posições que são contradições constantes. E, portanto, dizer sobre estas matérias dizer claramente o seguinte, se queremos entender-nos é sobre as scuts a responsabilidade pela colocação das scuts, foi uma responsabilidade conjunta a responsabilidade pela sua redução dos custos é, também, uma responsabilidade conjunta. Quer numa primeira decisão do Governo em reduzir é certo de forma comedida e de forma ainda tímida a redução por parte de alguns utilizadores da autoestrada quer esta decisão de redução de 50% de todos quer outra que nós e penso que comungamos todos que é de uma redução total e absoluta de pagamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

portagens nas autoestradas e aí sim. Se eu visse aqui uma proposta e uma moção nesse sentido acho que a devíamos votar novamente, portanto, eu estava à espera de uma moção desta natureza, não uma nota de congratulação, mas sim uma moção de reivindicarmos mais. E essa, penso que tinha condições para ser subscrita por todos, acho eu. Relativamente ao Centro Hospitalar, sinceramente e eu disse-o há pouco o mérito destas decisões, são primeiro da senhora Ministra da Saúde, depois do Conselho de Administração e de todos aqueles que ajudaram a esta decisão, nos bastidores em termos de influência, enfim, que procuraram corrigir algo que demorava em acontecer. Também é verdade que por exemplo a esta questão este processo, foi um processo que demorou, porque? Porque teve um contencioso, esteve mais de um ano parado em Tribunal, não nos podemos esquecer desse aspeto e aí uma nota positiva para com este Conselho de Administração que empenhadamente entendeu que esta é uma decisão estruturante e estratégica para esta Unidade Hospitalar. Depois, dizer outra coisa se de facto queremos que Chaves assuma e eu acho que o tem que assumir já o tem vindo a assumir e está reconhecido claramente um papel central naquilo que são as lógicas de afirmação deste território e da definição das políticas públicas, com certeza naturalmente podemos fazê-lo e discuti-lo fora em contexto não em contexto de debate e de contexto de querela política porque não é o local apropriado. Portanto, se essa vontade existe e é genuína temos agora é que passar às fases subsequentes e dar-lhe tradução. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DE ATA DA SESSÃO ANTERIOR -----

A ata número quatro, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 30 de setembro de 2020, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. Raúl Miguel Matos Cunha, Gilberto Gomes Alves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura e José Manuel Sarmiento Morais Caldas, membros desta Assembleia, não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Posta à votação, foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro desta Assembleia, André Fontoura Faria, pelo facto de não ter lido os documentos, por dificuldades informáticas -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, solicitou à Assembleia autorização para alterar a ordem de trabalhos. O Ponto 3 da Ordem do Dia será discutido, antes do Ponto 2, em virtude de o 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, ter alguma urgência na apresentação da Informação Relativa às Atividades Desenvolvidas no Ano de 2020, pelo facto de a seguir ter outras reuniões. Alteração que a Assembleia autorizou. -----

PONTO 3 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2020. -----

O 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, fez a intervenção inicial para a apresentação da Informação Relativa às Atividades Desenvolvidas no Ano de 2020. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Muito bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e os restantes membros da Mesa, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, cumprimento os senhores vereadores e os senhores membros desta Assembleia. É com muito gosto que estou com vocês nesta contingência que temos e subscrevo todas as soluções, todas as opiniões que foram já dadas e as nossas preocupações em relação à situação de Covid e, aos efeitos que está a provocar, também na nossa região do Alto Tâmega. Tinha previsto uma apresentação, mais longa, mas vou tentar ser mais sucinto, os senhores membros da Assembleia terão recebido o relatório de atividades da Comunidade Intermunicipal, relativo ao ano de 2020. Vou tentar, sobretudo, focar-me naquilo que são os principais pontos e, com certeza estarei disponível no final para as questões que julgo serem convenientes para poder esclarecer. A Comunidade Intermunicipal durante este ano de 2020, prosseguiu o seu objetivo. Como todos os membros desta Assembleia Municipal, sabem a Comunidade Intermunicipal tem como objetivo principal a gestão dos Fundos Comunitários no que diz respeito à interface, ou seja, entre aquilo que é o Programa Operacional Regional do Norte 2020, que é o que está em curso, com aquilo que é a intervenção dos Municípios. Gerimos um Pacto de Desenvolvimento para a região que foi aprovado no início deste Quadro Comunitário de Apoio e, que se consubstancia sobretudo na avaliação das candidaturas, que os Municípios fazem dentro dos diferentes temas que estão previstos nesse Programa Operacional e, também, depois a validação dos pedidos de pagamento que são efetuados. Há depois uma intervenção que se liga sobretudo às IPSSs, da região e, que tem uma dimensão de equipamentos sociais que é uma das dimensões ligadas ao Pacto de Desenvolvimento. Também, há uma outra intervenção, que nos parece ser muito relevante tem a ver com a ligação às nossas empresas, sobretudo, pequenas e médias empresas, numa verba que está inscrita no Pacto e no passado serviu para suportar uma iniciativa que se chamou SI2E. Esperemos que, dentro em breve apareça o Programa que está suportado, na iniciativa Mais Coeso e Investimento e que permita, também fazer chegar às nossas empresas verbas muito relevantes que são muito necessárias para que elas possam realmente evoluir em relação àquilo que é a dimensão mais privada, no que diz respeito ao território. A Comunidade Intermunicipal tenta, também, sempre e, é o seu objetivo passar uma dimensão de Supra Municipalidade. Ou seja, olhar para o Alto Tâmega como um todo, com os seis Municípios numa perspetiva de gerar escala, para podermos aceder a outro tipo de verbas que possam vir para a região. É algo que tem sido feito e que continua a ser feito este ano com bastante substância. A Comunidade Intermunicipal, como todos saberão neste momento tem 4 Unidades Orgânicas de 3º nível, perfeitamente bem estruturadas, que acomodam aquilo que tem sido também as competências que, temos recebido através do processo de descentralização em curso. Nesse sentido, o relatório que foi entregue aos membros desta Assembleia tem, sobretudo, aquilo que foi consubstanciado, projeto a projeto com os seus objetivos, as suas verbas envolvidas e, também, de que forma é que isso contribui para a estratégia que foi desenhada para a região no passado e, que foi agora recentemente atualizada. Estratégia, essa que irá em princípio ser hoje aprovada no Conselho Regional que se realiza à tarde da CCDRN, em relação àquilo que é o posicionamento do Norte para 2030. Referir um conjunto muito alargado de atividades. Primeiro começar, por aquilo, que é a nossa atividade, numa unidade que trabalha sobretudo na floresta, transportes e ambiente. Aqui gostava de destacar dois aspetos, muito relevantes nós temos neste momento no território duas Brigadas de Sapadores em ação, no que respeita àquilo que nós chamamos prevenção florestal. Foi possível durante o ano de 2020, devido aos grandes resultados que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

tivemos com a primeira Brigada de Sapadores constituir uma segunda Brigada de Sapadores que tem 14 homens e um líder. Está neste momento sediada em Vila Pouca de Aguiar e que permitiu que as duas Brigadas, pudessem, ter dimensões diferentes de atuação ou seja a Brigada que está a Norte e está sediada em Chaves, faz a cobertura para Boticas, Chaves e Montalegre e a Brigada que está sediada em Vila Pouca de Aguiar faz a cobertura para Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e para Ribeira de Pena. Tudo, isto é muito relevante, porque permite-nos aumentar e duplicar a nossa carga de trabalho em termos de limpeza florestal. -----

Os senhores membros desta Assembleia, provavelmente não saberão, mas cada uma delas tem o objetivo de limpar 0,72hectares/dia de trabalho e, nós temos uma monitorização completa daquilo que é feito, os polimos são registados numa aplicação do Google Earth e nós sabemos em cada instante o que é que a Brigada consegue fazer. Este modelo foi muito reconhecido pelas instâncias governamentais o que nos permitiu aceder a esta segunda Brigada. Por outro lado, não só, a nível da prevenção em termos florestal, nós também temos trabalho, hoje em dia no que diz respeito a uma iniciativa muito relevante e que se destina a dotar o território de pontos de água que nos permitam em caso de catástrofe de incêndios. A nossa região tem uma das maiores manchas de pinheiro bravo que existe na Península Ibérica e como sabemos todos nós esse desordenamento digamos assim, florestal subsiste. E, portanto, a cada passo nós somos fustigados com incêndios e é preciso estar preparados para termos todos os meios disponíveis para quando os incêndios aconteçam. Está neste momento em ação uma iniciativa nesse sentido. Gostava, também, de dar nota dos transportes talvez o dossier mais complexo que a Comunidade Intermunicipal, teve durante o ano de 2020 já tinha sido um dossier muito complexo em 2019 e, julgo que vai ser um dossier muito complexo nos próximos anos. Todos nós sabemos que temos um decréscimo de população e, que temos um território absolutamente grandioso e, portanto, há uma grande dificuldade em suportar todas as necessidades de transporte público regular por todas as nossas aldeias e localidades. Aquilo que está em curso neste momento é uma reorganização de toda a rede de transportes do Alto Tâmega. A Comunidade Intermunicipal, como todos saberão é a Autoridade de Transportes dentro do Alto Tâmega e, estamos não só a redesenhar toda a rede, mas também a tentar identificar o que é que será o futuro desta rede porque? Porque infelizmente para nós haverá no futuro cada vez mais transporte a pedido e menos transporte público regular, conforme está desenhado até à data. É um dossier muito complexo, vai agora terminar com o lançamento de um Concurso Público Internacional para a concessão para os próximos 5 anos. Temos que, fazer um equilíbrio entre aquilo que é as necessidades do Território e por outro lado aquilo que será porventura o interesse dos operadores em poderem querer subscrever este mesmo processo de concessão, porque? Porque o processo de concessão não será fácil para que algum operador se possa interessar por ele porque infelizmente, não temos tanta gente assim para poder transportar e, portanto, é um processo deficitário à partida para qualquer um dos operadores que julgue poder participar dele. Transportes é uma atividade muito relevante, dentro da Comunidade Intermunicipal e, portanto, tem sido feito um trabalho no sentido de estarmos preparados para lançar este processo, que é um processo como já referi anteriormente, bastante complexo. No que diz respeito a uma dimensão um pouco mais estratégica, têm sido tomadas muitas iniciativas no que diz respeito ao ambiente, sobretudo, no que diz respeito à evolução das alterações climáticas e naquilo que isso vai poder provocar, ou não, no que diz respeito ao nosso desenvolvimento da nossa atividade dos produtos endógenos. Temos três trabalhos que estão em fase de conclusão, muito interessantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

e muito relevantes dos quais iremos fazer apresentações públicas mal elas possam ser feitas, ou então digitalmente se não tivermos essa possibilidade nessa altura porque há um conjunto de produtos endógenos que vão ter que mudar significativamente de forma como são produzidos no que respeita o seu processo produtivo, porque as alterações climáticas têm tido esse peso significativo. Saltando agora desta Unidade e passando para uma Unidade que toca sobretudo as questões da educação, do turismo e da economia, também, com um tópico muito ligado à cultura. Eu gostava de dar conta de três ou quatro *EyeLights* que me pareceram ser os mais relevantes para o Alto Tâmega. Por um lado, no que diz respeito à educação nós continuamos a fazer em articulação com os Agrupamentos de Escolas aquilo que é o planeamento da rede de oferta de ensino profissional da região e, posso neste momento garantir aos senhores membros desta Assembleia neste momento no Alto Tâmega, só se ministram cursos de ensino profissional que estão alinhados com a estratégia da própria região. Ou seja, temos uma articulação perfeita entre aquilo que é a estratégia da região e aquilo que são os posicionamentos dos diferentes Agrupamentos, para que estes jovens que seguem este tipo de ensino profissional possam ter empregabilidade dentro da própria região. Ao mesmo tempo, gostava de destacar o projeto Aquavalor, que me parece a mim, enquanto, membro da Comunidade Intermunicipal, ser o projeto dos projetos de tudo aquilo que nós fizemos até ao momento. O Aquavalor, tem neste momento em curso projetos comunitários no âmbito, quer da instalação de laboratórios, quer da instalação e de captação de recursos humanos altamente qualificados, verbas muito próximas dos 4 milhões de euros. Como todos saberão, é um projeto que está em curso, a instalação, as obras no antigo edifício do Magistério Primário de Chaves estão concluídas, os laboratórios estão todos a serem instalados, os investigadores vieram para o Aquavalor no início de setembro e, portanto, temos neste momento 8 investigadores altamente qualificados, vieram das diferentes partes do País, alguns da região, outros fora da região e a sua atividade em termos de Aquavalor, com respeito à prestação de serviços, transferindo a tecnologia no domínio tão importante como é a água. A água como sendo elemento central de toda a estratégia do Alto Tâmega, iniciar-se-á no início de 2021. Gostava, também de destacar dentro do Aquavalor, dois ou três aspetos que é, como todos sabem e eu tive oportunidade de referir isso numa Assembleia anterior em que estive presente o Aquavalor, vem permitir-nos aceder a um determinado tipo de Fundos Comunitários que até à data não era possível aceder. Existem linhas de Fundos Comunitários ligados para a investigação e transferência de tecnologia, aonde só instituições de ensino superior e de investigação podem aceder. O Norte 2020, por exemplo já tinham sido gastos no ano passado cerca de 300 milhões de euros nestas linhas e o Alto Tâmega tinha, absolutamente zero. E tinha zero porque, não tinha nenhuma instituição que sequer pudesse concorrer, não era depois em projetos competitivos poder ou não aceder aos fundos pelo mérito. Neste momento nós temos essa instituição. Também, no relatório que entreguei, tem o elencar de todas as candidaturas em que o Aquavalor neste momento já está envolvido. O Aquavalor está a executar cerca de 3 milhões e meio de euros, mas neste momento já se candidatou a mais 4 milhões de euros de Fundos Comunitários para poder desenvolver a sua atividade. É nosso objeto a partir do momento em que o Aquavalor tenha atividade verdadeira de prestação de serviços poderem os senhores Presidentes, apresentar publicamente o projeto e, também, dar conta de quantos são os serviços e da forma como vai ser suportada a estrutura que está definida num plano económico que foi definido para 21 anos de existência desta infraestrutura. Depois gostava, ainda, de destacar o papel que também a Comunidade Intermunicipal tem tido, e que vai ter no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

próximo ano e que tem tido este nas candidaturas, no que diz respeito à necessidade de haver capacitação ao nível dos Municípios. Neste momento a Comunidade Intermunicipal é responsável pelo projeto, que vai injetar capacitação nos técnicos dos Municípios e fá-lo de forma integrada, ou seja, os técnicos dos Municípios acederão a pós-graduações e a cursos de formação profissional, participando em turmas conjuntas e não em turmas isoladas divididas por cada um dos diferentes Municípios. Numa outra dimensão que nos parece ser muito relevante e, que talvez foi a última dimensão em que nós tivemos ação digamos assim é a dimensão cultural, a cultura ainda não é uma competência que esteja de alguma forma descentralizada na Comunidade Intermunicipal, mas a cultura tem sempre em aberto um conjunto de iniciativas às quais as diferentes entidades podem concorrer. Em boa hora os senhores Presidentes entenderam que a Comunidade Intermunicipal, deveria candidatar-se a programas de âmbito cultural e, portanto, nós neste momento temos previstos ter duas iniciativas para o próximo ano perfeitamente provadas que irão apoiar os nossos espaços museológicos, mas também irão apoiar as nossas bandas musicais e os nossos grupos de teatro, que são pessoas como todos sabemos ficaram praticamente sem atividade, fruto daquilo que foi a consequência do Covid. Ou seja, aquilo que eu gostava de destacar neste ano é que a Comunidade Intermunicipal neste momento começa a ter condições para além de gerir Fundos Comunitários que são afetos por Programas Regionais, de uma forma, perfeitamente bem definida e restritiva para cada uma das Regiões NUT3. A Comunidade Intermunicipal, neste momento comporta-se como um elemento que tenta juntamente com os 6 Municípios, acorrer, candidatar-se de forma competitiva a Fundos Comunitários que existam noutros temas e, com isso e com a escala dada pelos 6 Municípios conseguir angariar verbas que não estão definidas para o Alto Tâmega mas, que nós temos obrigação de ir tentar capturá-las em competição com outras regiões que concorrem contra nós. Por último, gostava também de destacar que há uma Unidade mais administrativa, mais transversal que faz toda a parte do controle administrativo. Há também uma Unidade de Gestão de Fundos Comunitários. Em relação à gestão de fundos comunitários como puderam ter-se apercebido o Alto Tâmega tem neste momento uma taxa de compromisso do Programa Norte 2020 que vai terminar em 2023, de 67% de execução, já contabilizando tudo aquilo que foram todos os apegreites, feitos por reforços de verbas e temos neste momento uma taxa de pagamento que se cifra à volta de 33% estamos em linha com aquilo que são os diferentes desempenhos das NUTs da Região Norte. No que respeita à parte do compromisso estamos em terceiro lugar das oito, no que diz respeito à taxa de execução estamos em sexto lugar das oito. Portanto, isto para nós é muito relevante, pois como todos saberão um bom desempenho dos Fundos Comunitários permite-nos normalmente aceder a fundos de *overbooking* e fundos de *overbooking* é coisa que vai haver no próximo ano, onde as Comunidades Intermunicipais possam executar mais ou tentar capturar dinheiros que não são gastos por outras regiões e isso é um exercício que nós não gostaríamos nunca que acontecesse no Alto Tâmega, antes pelo contrário queríamos sobretudo verbas que não sejam gastas por Comunidades Intermunicipais aqui à nossa volta. Gostava também de destacar dois aspetos que me parecem ser muito relevantes para o ano de 2021 por um lado e desculpem-me o desabafo, por fim está na ADC o rolamento para o mais coeso investimento que se vai chamar Programa de Apoio à Produção Nacional, onde a Comunidade Intermunicipal tem mais de 7,5 milhões de euros para apoiar as nossas pequenas empresas com um sistema muito parecido daquilo que foi o SI2E. Nós temos um problema no Alto Tâmega que tem a ver com a capacitação do nosso setor privado, ou seja, o nosso setor privado não consegue



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

ou raramente consegue aceder aos programas temáticos nacionais o que leva a que quase sempre e, quando nós vamos ver a distribuição de fundos a nível nacional com a nossa região, ela esteja abaixo do que deveria ser desejado. Este programa que apoia pequenas iniciativas de negócios é para nós uma das nossas melhores iniciativas, porque? Porque permite que as nossas pequenas empresas possam fazer investimentos que vão ser financiados até 60% e, permite que na nossa opinião é bastante saudável para aquilo que elas possam fazer. É um programa que já está adaptado às condicionantes do Covid e, portanto, vai ter apenas como garantia ou como pressuposto que as empresas se obriguem a manter os postos de trabalho durante o período de execução de investimento. Mas que em face da tão grande solicitação que tem vindo a ser feita junto da Comunidade Intermunicipal por parte das nossas empresas que nós julgamos que é muito relevante. Este programa esperamos que possa abrir o quanto antes sabemos que o aviso já está na ADC e, portanto, nas próximas semanas de certeza que será publicado para nós podermos iniciar essa disseminação. Quase finalizando gostava também de destacar dois ou três aspetos para o ano de 2021 e que tem a ver com a própria evolução do Aquavalor para além deste programa muito importante de apoio às empresas e também um aspeto que nos parece ser crítico em 21 vai-se fechar tudo aquilo que é negociação do Programa 2127, que como já sabemos também devido ao atraso do programa do período temporal de execução de Fundos Comunitários 2127, já se vai chamar 2130, ou seja, iremos até 2030. Esta negociação é uma negociação muito dura, os senhores Presidentes têm feito trabalho de pressão junto da CCDRN, para que possamos ter uma gestão de Fundos Comunitários no próximo Quadro Comunitário de Apoio, mais alinhada com aquilo que é a estratégica da região Ou seja ,não adianta nós definirmos uma estratégia se depois o dinheiro que vem para a região bem em gavetas que não consubstancia essa estratégia. Cada região tem requisitos próprios mesmo dentro da região norte cada uma das Comunidades Intermunicipais tem necessidades próprias, mobilidade no Alto Tâmega não é a mesma coisa do que mobilidade no grande Porto, no Cavado ou no Tâmega e Sousa. E, portanto, o que os senhores Presidentes têm tentando exigir junto da CCDRN e, também, junto da senhora Ministra da Coesão é que no próximo Quadro Comunitário de Apoio para além do volume financeiro que venha para a região e nós desejamos que seja o mais possível sobretudo nos seja dada oportunidade de dizer em que gaveta nós desejaríamos utilizar esse dinheiro. Porque, se tal não for necessário ou não for possível ser feito podemos correr o risco como estamos a correr neste Quadro Comunitário de Apoio atual, em que algum dinheiro venha para gavetas que o Alto Tâmega desnecessariamente não necessitaria e noutras áreas aonde nós necessitaríamos de mais verbas não temos essas verbas aqui disponíveis. Essa negociação será feita neste próximo ano em 2021 e na minha opinião o sucesso dessa negociação vai condicionar fortemente os próximos anos em termos de evolução da própria região. Terminando, gostava de destacar que em 2021, creio continuar a efetivar cada vez mais um trabalho em rede um trabalho em equipa porque como todos saberão o Alto Tâmega tem dois e meio por cento da população da região norte se nós formos ver não a dimensão Supra Municipal mas apenas a dimensão Municipal cada um dos nossos Municípios representa uma taxa percentual em relação a população da Região Norte e mais ínfima ainda. E, portanto, se há regiões onde o todo pode permitir aceder a coisas maiores do que apenas cada uma das partes de forma individual a esta e nesse aspeto destaque novamente. Porque já aconteceu assim nos anos anteriores o grandíssimo ativo que esta Comunidade Intermunicipal tem de ter 6 Presidentes que conseguem concertar as suas posições e com isso conseguem quase sempre obter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

maiores vantagens do que em comparação com outras Comunidades Intermunicipais que não existe um exercício tão fácil de concertação e, portanto, existem dificuldades maiores em poder aceder àquilo que são os fundos comunitários tão necessários para a região. -----

Por último gostava de destacar que tivemos trabalho no que diz respeito à questão do combate ao Covid, continuamos a ter, acabamos de ouvir o senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, que acabou de referir uma iniciativa que o próprio Aquavalor, que vai poder ajudar em conjunto e depois de muita pressão feita pelos senhores Presidentes de Câmara e portanto vamos ver e que forma vamos ajudar, a população e as nossas empresas. Estou disponível para as questões que entenderem colocar-me. Muito obrigado”. -----

Após a intervenção do 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2020, seguiram-se alguns pedidos de esclarecimento por parte dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**. “Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, renovo os cumprimentos e, aproveito também, para cumprimentar o senhor 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Venho falar especificamente da área da Autoridade de Transportes como referiu na sua intervenção. O ano de 2019, foi um ano razoavelmente complicado nesta área, este é um processo já longo começou em 2007, com o Regulamento da Comissão europeia entrou em vigor em 2009. Depois a partir daí teve um encadeamento que se esperava ter concluído com a adjudicação em 2019. Mas que perante o incumprimento generalizado por parte das autoridades de transportes das peças de contratualização ou seja chegamos quase ao final do prazo, aliás chegamos a 15 dias do prazo e muitas Comunidades Intermunicipais, que são neste momento as principais Autoridades de Transportes a nível Regional no País, tinham lançado concursos e como tal o Governo em cima do joelho teve que dar uma prorrogação à revelia da legislação Europeia para que esses concursos fossem efetuados. A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, era uma das que estava nessa situação. A minha pergunta é simples disse que seria no próximo ano, nós só temos mais um ano para cumprir não estando presumível que o Governo fará uma nova prorrogação de prazo. Quando é que será feita a adjudicação? E quando é que será lançado o concurso do relativamente aos transportes de passageiros na Comunidade do Alto Tâmega? -----

Esclarecimentos que foram de imediato prestados pelo 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, **Professor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**. -----

“Passo a precisar: a Comunidade Intermunicipal não está em incumprimento. A Comunidade Intermunicipal a 4 de dezembro de 2019 submeteu à AMT o esboço das peças do procedimento que era o requisito obrigatório para cumprir naquela data. Houve realmente, algumas Comunidades Intermunicipais que não o fizeram, mas nós submetemos as peças do procedimento nessa data. O que acontece é que antes de haver um concurso público teve que haver um parecer prévio da AMT sobre as peças. A AMT, para terem uma noção respondeu-nos em maio deste ano com um parecer favorável sobre as peças. No entanto, o Covid e desculpem-me dar este tópico neste sentido também trouxe um aspeto positivo em relação aquilo que é um melhor conhecimento da rede de transporte do Alto Tâmega. Nós tínhamos uma rede e, quando fruto da situação de confinamento geral da população ocorrida em março deste ano se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

decidiu, também, como é óbvio parar todos os transportes do Alto Tâmega. Quando em maio voltamos a levantar as linhas de transporte do Alto Tâmega, nós percebemos pela primeira vez porque, nós falamos com os operadores em permanência, percebemos pela primeira vez que a rede que estava em causa não correspondia à rede que estava em funcionamento. Ou seja, havia rede que estava legislada digamos assim e concessionada que não era exatamente a rede que funcionava. Por outro lado, muitas vezes também, não era a rede que era necessária. Ou seja, também nos apercebemos que havia trajetos de rede que circulavam sem nenhuma pessoa porque não há pessoas para circular. Portanto, se há uma coisa que eu posso dizer que esse momento de confinamento nos trouxe foi um muito maior conhecimento dessa rede. Portanto, o que nós fizemos desde maio até agora foi readaptar aquilo que eram as nossas peças processuais e termos hoje uma proposta de rede mais verdadeira mais real, porque os próprios operadores infelizmente também demonstravam muita fragilidade na forma como nos transmitiam informação sobre a sua própria rede O que é algo que nos assustou. E foi para nós uma surpresa. Portanto, neste momento nós já temos as peças que tem um parecer já positivo, por parte da autoridade para a mobilidade e transportes. Só ainda não abrimos o concurso público internacional porque estamos a ajustar pequenos troços da rede. Faz toda a diferença, não seria economicamente e não será desejável eu incluir para os próximos 5 anos troços de rede que nem sequer tem passageiros. Estamos a otimizar as verbas como a rede é deficitária e, quanto mais otimizada for menor será o esforço que de cada um dos Municípios, para poder pagar o déficit provocado pela rede. Portanto, aquilo que nós vamos fazer agora muito em breve é fechar essas peças e abrir o concurso público internacional que é que nós desejamos? Primeiro os senhores Presidentes têm dito que, apareçam operadores interessados na nossa conceção, antes disso que o Tribunal de Contas se pronuncie, pois senão vai ter que se pronunciar a seguir, mas que apareçam operadores interessados e depois, os operadores que estejam interessados que o melhor deles vença que é um concurso público internacional. Esperemos que seja um operador que tenha a capacidade para pôr a rede em funcionamento. Depois em última instância que o Tribunal de Contas valide os contratos e que se faça a transição. Portanto nós estamos no processo, é verdade que como disse e bem este processo foi se calhar tratado pelo estado com bastante atraso a própria Autoridade para a Mobilidade e dos Transportes, sabendo que havia uma transposição europeia deixou-se ir quase até ao último momento. Claro também temos que reconhecer que as Comunidades Intermunicipais não estavam preparadas em termos de capacitação no início em que foi delegada uma competência, para poder assumir essa competência. Mas, não estavam as Comunidades Intermunicipais como também não estavam os Municípios, como também e desculpem-me, por fazer esta apreciação é apenas uma opinião pessoal minha, a própria Autoridade de Transportes, tenho dúvidas que à data há alguns anos atrás estivesse devidamente capacitada em relação ao dossier de uma complexidade tão grande como é este dossier. Portanto, isto está em curso. Quando é que vai estar concluído? Eu Espero que esteja concluído o quanto antes. Pois vai havendo aqui algumas etapas e com certeza que vai haver dificuldades ainda pelo meio, mas o nosso desejo é que lancemos o concurso que apareçam operadores que vença a proposta mais favorável e, que o operador tenha a capacidade para pôr a rede a funcionar de forma melhor, do que aquilo que tem vindo a acontecer com os operadores que temos no território. Temos uma rede de autocarros como todos sabem com uma dimensão e uma faixa etária digamos assim antiga e, com uma qualidade do serviço diminuta, nós vamos exigir mais qualidade de serviço autocarros mais recentes temos o estudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

económico financeiro que prova que é possível aparecerem operadores e que a nossa rede pode ser apelativa sempre contando com as taxas de comparticipação que a Comunidade Intermunicipal vai ter que fazer. Portanto os Municípios vão ter que fazer ou seja a nossa rede é deficitária e é bom que fique claro que é deficitária já o é hoje e será deficitária no futuro. Infelizmente para nós também gostava já agora de aproveitar, só para lhe dar conta, porque me escapou um tema que não falei foi o tema do Turismo. Portanto, neste momento é um tema que está quase que sem grande relevância no nosso território, mas o que nós esperemos nos próximos tempos é que possa voltar a reverter. É, um tema muito importante e nós estamos muito contentes por termos conseguido, cumprir algo que estava prevista para 2020, que foi para além de toda a presença em Feiras enquanto for possível a consubstanciação daquilo, que é um projeto emblemático único no país em que uma Comunidade Intermunicipal pela vontade dos seis Presidentes de Câmara, conseguem instanciar fisicamente um edifício apenas num território pago por todos. Este projeto tem sido reconhecidamente, também, dito como sendo um projeto exemplar tal como referi nesta dimensão, mas parece-nos ter sido um bom momento em 2020. Como é óbvio em outubro estávamos a receber 150 pessoas por dia, agora estamos a receber 20 pessoas por semana, mas o que nós desejamos todos é que no próximo ano, quando o Covid nos der algumas tréguas possamos novamente ter atividades substancial numa área que é importante para o nosso território”. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**. “Bom dia, cumprimentos renovados a todos e ao 1º Secretário da CIM – Professor Ramiro Gonçalves. A pergunta que nós sabemos e também, muito por influência do Partido Comunista, que houve uma série de apoios sociais aos transportes e houve, em determinado momento, uma acusação a meu ver injusta de que esses benefícios só eram acessíveis para as áreas urbanas. Penso que há mecanismos previstos para as outras áreas desde que os projetos e as propostas a eles se adequem. Em que medida isso se vai refletir nos projetos apresentados? -----

Esclarecimentos que foram de imediato prestados pelo 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Professor Ramiro Gonçalves. -----

“Muito bem senhor membro desta Assembleia é um gosto, também, ouvi-lo e vê-lo gostava de referir o seguinte: a apreciação que nós fazemos do programa que foi desenhado a nível central para a Mobilidade e Transportes, foi desenhado para as duas Grandes Áreas Urbanas do País ou, seja, foi desenhado para a Área Metropolitana de Lisboa e do Porto e depois por pressão de todas as outras Comunidades Intermunicipais acabou por ser distribuída uma verba que nós temos vindo a utilizar neste momento. Nós temos dois programas ativos que é o programa PARTE e o Programa PROTRANSP. Um deles mais ajustado do que o outro. O PROTRANSP tem permitido por exemplo financiar nesta altura do Covid, linhas que não têm neste momento viabilidade. É preciso ser dito que foi dada a possibilidade aos operadores neste momento de crise, que podiam cancelar todas as linhas onde não houvesse viabilidade económica para o operador. Ou, seja, apesar de eles terem um contrato de concessão que os obriga a ter uma rede ativa contando com as linhas melhores e, com as linhas piores. A situação da crise provocada pelo Covid permite ao operador unilateralmente terminar com todas as linhas que não sejam rentáveis e, portanto, nós temos usado o PROTRANSP, para mantermos as linhas que não são rentáveis, mas que são críticas para a Região não deixando cair praticamente nada em termos de rede que consideramos ser critica. O programa PARTE, que é um programa que visa fazer a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

redução daquilo que são os custos de transporte. Está muito mais bem desenhado para aquilo que são as grandes áreas urbanas do que para a nossa região porque? Porque, o nosso problema na nossa região não é o valor da bilhética nem é o não termos dinheiro para aumentar a rede é, sobretudo, de não termos passageiros para ser transportados. Portanto, nós estamos a usar essas verbas do PARTE, sobretudo, criando um passe que existe para jovens até 25 anos poderem ter até 25 euros por mês de financiamento, do seu próprio passe esta é uma iniciativa que claro está não pode substituir legalmente aquilo que já os Municípios fazem no que diz respeito ao transporte escolar. Também, apareceu essa situação de as verbas não poderem ser recebidas pelas Câmaras Municipais, ou seja, substituírem todos os apoios que eram feitos previamente pelos Municípios. É apenas um programa adicional permitiu-nos gastar dinheiro dessa verba, mas nós temos muita dificuldade em criar iniciativas num território como o nosso. Para utilizarmos um programa de redução tarifário. Vou dar um exemplo só para que todos fiquem conhecedores daquilo que o Alto Tâmega fez e, daquilo que outras regiões também fizeram à nossa volta. Nós optamos por criar um passe especial e, portanto, tivemos um controle exímio do número de passes que são vendidos e nós pagamos aos operadores esses mesmos passes. Com isso no primeiro ano de utilização desta rede ou deste serviço nós não gastamos a verba toda que tínhamos direito, mas tivemos uma gestão correta da verba, o que nos permitiu que essa verba nos pudesse ser afeta neste ano de 2020, pode ser utilizada por exemplo para suportar dobramentos de linhas. Agora em tempo de Covid, por exemplo há linhas em que havia apenas um autocarro que devido ao excesso de alunos que são transportados nós fizemos desdobramento de linhas e estamos a pagar com essas verbas desdobramentos de linhas aos operadores. Houve outras Comunidades Intermunicipais, que tiveram uma gestão mais agressiva desse dinheiro e fizeram uma coisa deste género, disseram aos operadores por exemplo que pagariam toda a bilhética, ou seja, transformariam os transportes na sua região como sendo transportes gratuitos, grosso modo. O que é que daí resultou como nós sabemos os nossos operadores também são frágeis, ou seja, nem sempre tem sistema de bilhética perfeitamente aferíveis. Posso lhes dizer que numa das Comunidades Intermunicipais teve que terminar com a iniciativa, porque os operadores apresentavam faturas de um número maior de utilizadores do que aquilo que era o comporte dos próprios autocarros, porque a bilhética não estava aferida. Ou seja, acabou por haver transferências de dinheiro entre Comunidades Intermunicipais para operadores sobre serviços que eu posso suspeitar que não foram realizados. Portanto, nós temos que contar aqui com iniciativas que nós gostávamos que fossem mais bem desenhadas para nós e, tentamos, sempre dentro daquilo que são as nossas oportunidades usar as verbas que temos que nos são afetas, usá-las de uma forma que favoreça as nossas populações. Se nós colocarmos uma redução de 50% da bilhética isso não vai acrescentar nada em termos de passageiros na nossa bilhética e isso tem um valor quase que residual. Para todos terem uma noção de qual é o modelo económico financeiro da rede de Transportes do Alto Tâmega 62% ou 64% da receita da bilhética de Transportes do Alto Tâmega é transporte escolar. Ou seja, se nós retirássemos o transporte escolar do transporte público regular a nossa rede tinha 64% da receita ainda menos, quando ela já é deficitária hoje. Essa parte está coberta por verbas que os Municípios afetam para o transporte escolar e que nós não os podemos substituir. Portanto, este programa PARTE, é um bom exemplo como uma medida que está bem desenhada para grande Porto, Área Metropolitana do Porto, Área Metropolitana de Lisboa, provavelmente Cavado e Ave, porque tem ligações muito próximas ao Porto. Para nós está mal desenhado. Porque não nos permite fazer coisas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

que nós podíamos fazer por exemplo, nós podíamos usar essa verba para pagar as compensações aos operadores. Deveria ser assim já que temos uma verba que serve para reduzir tarifário nós não conseguimos reduzir tarifário se calhar devíamos usar essa verba para pagar essa compensação mas não nos é permitido por lei, porque nos é dito que aquilo que os municípios já fazem em termos de transporte escolar nós não podemos substituir-nos a esse esforço que já é feito. Há sempre medidas que a nível Nacional são desenhadas que tem muito mais sentido nalgumas regiões muito menos sentido noutras regiões. Obrigado -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para efetuar alguns esclarecimentos. -----

“Muito bom dia. Cumprimento novamente a Mesa e todos os presentes desta Assembleia Municipal, naturalmente um cumprimento particular ao 1º Secretário da CIM, Professor Ramiro Gonçalves. Depois dessa nota bastante abrangente e pontualizada, relativamente às dimensões mais importantes em que a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega está concentrada e, da forma clara e objetiva como o fez e, também das explicações que foram dadas de forma supletiva quanto à questão dos transportes, penso que na minha perspetiva só saudá-lo e cumprimentá-lo e agradecer naturalmente a sua presença e os esclarecimentos que foram prestados. Muito obrigado”. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro** disse que queria agradecer ao Professor Ramiro Gonçalves, a clareza da sua intervenção e a sua presença necessariamente, desejar-lhe a continuação de um bom trabalho, ao nível da CIM do Alto Tâmega e desse espírito de trabalho conjunto de todos os Municípios que a compõem, desejar-lhe, também, boas festas e um bom ano. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, **Professor Ramiro Gonçalves**, disse. “Muito obrigado e também desejar a todos os membros desta Assembleia e às suas famílias, excelentes festas e que nos consigamos manter em saúde, porque esse é um aspeto como todos já referiram depende de cada um de nós individualmente. Desejo Boas Festas para todos e um Bom Ano 2021”. -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da Informação. -----

“A informação que se pretende levar ao conhecimento de todos os membros desta Assembleia está estruturada, como é habitual, em quatro dimensões distintas. Uma delas é constituída pelas atividades mais relevantes, que se desenvolveram entre a última Assembleia Municipal e esta. A situação económico-financeira à data do dia 10 de dezembro, constitui outra dessas dimensões. Também a dimensão do investimento no que concerne à execução de um conjunto de obras, bem como relativamente à evolução das mesmas, na dimensão física e cronológica. Contém também uma informação, ainda que sintética, mas actualizada sobre o contencioso do Município. Se mo permitirem, dispenso-me de fazer uma leitura destes documentos, porque os mesmos são do conhecimento de todos. Mas ficarei, naturalmente, disponível para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

prestar todo e qualquer esclarecimento que porventura esta informação venha a suscitar, junto dos membros desta Assembleia. -----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 4 - REFORÇO DAS MEDIDAS DE APOIO FINANCEIRO, MATERIAL E DE LOGÍSTICA ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS/NEGÓCIOS DO CONCELHO DE CHAVES, AFETADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19. PROPOSTA N.º 72/GAP/2020. Para conhecimento. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial, para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Bom dia. Esta proposta que vem ao conhecimento dos membros desta Assembleia traduz exatamente aquilo que foi a abordagem que este Executivo fez neste segundo momento de combate à pandemia. Devo recordar que no dia 25 de março foi aprovado um pacote abrangente de medidas relativas às intervenções de apoio nas dimensões social, económica e também de saúde e há pouco tivemos a oportunidade de identificar algumas, ou de relembrar, melhor dizendo, na intervenção do membro desta Assembleia, Rogério de Moura. Também, na altura, para além dessas medidas foram tomadas um conjunto de decisões relevantes, de higienização de espaços, de cooperação com um conjunto de atividades, enfim, todas as medidas que naturalmente em comunidade e com os recursos disponíveis, pode ser feito para que pudéssemos nessa primeira vaga, à base de grande esforço, dar uma resposta. Agora decorridos já mais de 9 meses, sabendo que os efeitos da pandemia têm sido crescentemente mais severos na nossa comunidade. Que efetivamente têm vindo a provocar danos, cuja dimensão não conhecemos, exatamente, mas sabemos serem muitíssimo relevantes e, porventura, não têm paralelo recente no que diz respeito a outros impactos económicos, sociais e financeiros na comunidade, nem tão pouco àquilo que foi a crise financeira do ano 2008, 2009, 2010 e 2011, penso que nem aí teremos paralelo. E, portanto, a nossa Comunidade, à semelhança de todas as comunidades, no País e no Mundo têm vindo a sofrer um conjunto de dificuldades, de diferentes índoles, diferentes questões, naturalmente transversais a toda a sociedade, sentidas de forma diferente por cada um dos cidadãos, em função da sua capacidade financeira e económica, da sua literacia e do acesso aos instrumentos modernos da comunicação, mas ainda assim severa para todos. Entendemos que, nesta matéria, a responsabilidade primária é naturalmente do Governo Central, que tem os instrumentos financeiros, as competências e, também, os recursos de acesso aos financiamentos europeus, para poderem ser canalizados um conjunto revelantíssimos de apoios de cariz social, mas também, de cariz económico. E é neste particular que o Governo tem uma relevância maior, por isso não podemos deixar de notar que temos assistido, por parte do Governo, a um conjunto de apoios à economia, às empresas e às pessoas, quer no primeiro trimestre, quer agora mais recentemente, digamos às atividades dos setores económicos mais tocados por esta crise, seja nas rendas, seja no apoio à restauração. E, um dos mais relevantes tem sido no apoio na área da saúde, nomeadamente o reforço colossal que se fez na saúde, para naturalmente dotar as instituições com recursos humanos e tecnológicos necessários. Mas, também, um contributo muito importante no apoio à economia e à manutenção da sua capacidade produtiva, que é o *layoff*, nas diferentes dimensões e com as diferentes soluções que foram concretizadas. Esperemos que em janeiro, venha também, o novo pacote para que efetivamente possamos ter aqui alguma capacidade de amortecimento. Dito isto, ainda assim, importa afirmar que o Município está comprometido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

naturalmente, com o esforço coletivo que todos fazem, os cidadãos, as empresas, as famílias, os empresários em nome individual. E, por isso, tendo em atenção aquilo que é a sua situação financeira e económica que é conhecida de todos, que há bem pouco tempo era de uma situação crítica e de saneamento financeiro. Estávamos a canalizar recursos sobretudo para a Banca e com dimensões muito importantes. Nesse enquadramento, temos que ajudar e, portanto, este é mais um esforço que o Município fará, que nós estimamos em meio milhão de euros, para os próximos três meses, de janeiro a março. Naturalmente de forma evolutiva, a intenção é ir acompanhando a evolução desta pandemia, também dos seus efeitos, e daquilo que são os instrumentos financeiros que o Governo coloca à disposição de todos os cidadãos, das empresas e das famílias, para que nós possamos de forma supletiva, sempre de forma supletiva naturalmente, utilizando os instrumentos legais existentes, para que possamos dar essa resposta. Como percebem a proposta que foi apresentada à Câmara e, que foi aprovada e, que agora trazemos ao conhecimento da Assembleia Municipal, está estruturada em três dimensões: numa dimensão social, numa dimensão de apoio mais económico às empresas e numa dimensão da saúde e de exigências financeiras, sobre as quais eu gostaria de dar nota de algumas muito rapidamente. No caso da Saúde, este processo que temos vindo a fazer de cooperação com todos os intervenientes desta área, Centro Hospitalar, ACES, mas também da Área social, acordámos na cooperação para a criação de um posto de testes rápidos com a Cruz Vermelha, que estão disponíveis para serem usados pela Comunidade, ou no caso de necessidade para podermos, também, complementar uma incapacidade de resposta que, por ventura, a saúde tenha no que concerne, a surtos da área escolar, nas IPSS, Forças de Proteção. Portanto, existe aqui uma capacidade suplementar, nesta disponibilidade que temos e que estamos a adquirir, para fornecer também equipamento individual para as IPSS, mantendo sempre, uma reserva estratégica suficiente, para que em caso de necessidade possamos acorrer a situações de falta deste tipo de equipamentos. Mas também temos, como sabem, dois acordos com dois hotéis, para que, em caso de necessidade, possamos acomodar os doentes não Covid que, porventura, tenham que ser deslocalizados, retirados dos lares. Também, nesta componente particular fizemos um esforço suplementar, este ano, para garantir a todos os alunos o transporte à hora do almoço. Foi uma medida, que resulta de uma necessidade suplementar por causa da organização dos tempos letivos em presença física, nas escolas em que houve necessidade de distribuir, de forma diferente, os tempos lectivos, em cada dia. Por isso, aumentou a necessidade de transporte, quer de ida quer de volta, à hora de almoço, o que representou um valor adicional, para além dos 100 mil euros. Na área social queria referir aqui uma medida, que está neste momento em fase de implementação que é o chamado *voucher* social, que vai substituir o fundo de emergência social. Uma das soluções que nós tínhamos em concretização, eram os chamados cabazes sociais e, neste particular, já foram distribuídos mais de 700 cabazes. Já fizemos distribuição em Valdanta, em Anelhe, Bustelo, em Calvão, em Soutelinho, em Cimo de Vila, em Curalha, em Ervededo, em Faiões, em Loivos, em Póvoa de Agrações, em Madalena Samaiões, em Moreiras, em Vila Verde de Oura, em Outeiro Seco, no Planalto de Monforte, em Paradela de Monforte, em Redondelo, em Sanfins, em Santa Cruz Trindade e Sanjurge, em Santa Leocádia, em Santa Maria Maior, em Santo Estêvão, em São Pedro Agostém, em Tronco, na União de freguesias de Vidago, Arcossó, Vilarinho das Paraneiras Selhariz, em de Vila Verde da Raia, em Vilar de Nantes e em Vilarelho. Dizer também, neste particular que vamos distribuir mais 300 ou 400 cabazes de Natal, de ajuda alimentar às famílias mais carenciadas sendo, que esta medida vai ser substituída, a partir de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

janeiro, por esta solução do *voucher chaves solidário*, que é uma medida que procura responder aqueles que tiveram uma quebra de rendimentos e, que mantêm, uma capacidade ainda insuficiente para aceder à aquisição dos bens essenciais. Com esta medida, que tem inicialmente uma dotação estimada de 250 mil euros, vão emitir-se vales a todos aqueles que se encontram nessa situação. Depois de uma avaliação naturalmente técnica e social, e permitindo que sejam os comerciantes locais (excluindo os Hipermercados), que aderiram a esta medida possam fornecer esses bens de primeira necessidade, para depois no final do respetivo mês, a Câmara Municipal liquidar esses vales. Sendo que neste caso concreto os beneficiários não vão utilizar dinheiro, digamos que vão ser adquiridos nos comerciantes locais aderentes e vão ser bens de primeira necessidade, desde vestuário até bens de higiene pessoal, higiene do lar, roupa, vai ser também possível a aquisição de alimentos confeccionados ou não, estarão aqui excluídos basicamente aqueles que não são incluídos nos bens de primeira necessidade, como telemóveis, jogos, gasolina e outras que entendemos que não se enquadram nesta função de primeira necessidade. Sendo que, é uma medida que naturalmente, depois de três meses será avaliada a sua continuidade e, também, a necessidade de ajustamento. Também, aqui, temos mais uma medida que vai vigorar no primeiro trimestre que é a redução de 10% no preço da água, no 1º e 2º escalão para toda a população, redução de 20% que pode acrescer à anterior no preço de água, saneamento e resíduos sólidos, no primeiro trimestre de 2021, a um conjunto de cidadãos que demonstrem uma quebra de rendimentos superiores a 25%. Temos também uma ampliação do programa de apoio financeiro à aquisição de medicamentos, por mais 90 dias, e também um reforço e uma ampliação no prazo e no montante do programa de apoio à renda social. Depois na questão das medidas económicas, pelo facto de este ano com o enquadramento do regulamento de benefícios fiscais vamos permitir, que as empresas, com sede no Concelho, possam não ser sujeitas à Derrama, desde que cumpram os critérios até ao valor de 300 mil euros. Também haverá uma redução de 50% no valor da renda de todos os estabelecimentos comerciais e de negócios, instalados em espaços municipais, no primeiro trimestre de 2021. Também a isenção de taxas municipais relativas às esplanadas e publicidade, de todos os estabelecimentos comerciais, no primeiro trimestre de 2021. Naturalmente o reforço do compromisso de pagamento aos nossos comerciantes, porque efetivamente isso é importante para reforço da sua tesouraria. Também temos desenvolvido um processo de disponibilização de embalagens e bolsas térmicas para os estabelecimentos de restauração que fazem *Takeaway*. Há ainda outras medidas, que estão aí evidenciadas, mas das que queria dar mais nota são estas três dimensões. -----
Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS. “Renovo os cumprimentos. No quadro de uma nova ordem mundial, de resposta a uma pandemia, o poder público é convocado a agir, e é para onde todos se viram quando a urgência aperta. A pandemia da covid19 aprofundou o problema do desemprego estrutural, e torna-se urgente, para os governos locais, a elaboração de políticas que potenciem os fatores locais, transformando-os em vantagens competitivas. A redefinição do papel do Estado, nas últimas décadas, tem assentado em premissas que contribuem para a revalorização do poder local, designadamente através de propostas de descentralização. Os governos locais desempenham hoje, mais do que nunca, um papel de catalisador no processo de desenvolvimento local, em virtude da sua legitimidade democrática, da sua proximidade aos cidadãos e da sua capacidade de mobilização dos atores locais. A situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

pandémica que suscitou a aprovação de medidas de apoio às famílias e às empresas, no pretérito mês de abril, tem-se agravado nas múltiplas dimensões da nossa vida comunitária, designadamente na sanitária, social e económica. Os efeitos perniciosos desta pandemia são, podemos já afirmá-lo, muito severos e persistentes, afetando famílias e empresas. Sabemos que esta catástrofe irá acarretar grandes quebras na economia do país e no nosso concelho, com o conseqüente encerramento de muitas empresas e/ou estabelecimentos comerciais. A Câmara Municipal de Chaves, apresentou através da proposta 72/GAP/2020, uma panóplia de medidas de reforço ao apoio às famílias e empresas, aprovada em reunião de Câmara extraordinária no passado dia 30 de novembro. Medidas de natureza social, económico e de prevenção e combate aos impactos em saúde. Entre as quais, num total de 29, se destacam as medidas de: -----

- “Apoio Social para Aquisição de Bens de primeira necessidade, o “Vale Chaves Solidário”, -----
 - Suspensão do pagamento das rendas, em todos os fogos municipais, durante os meses de dezembro, de 2020, e janeiro e fevereiro de 2021, -----
 - Redução em 10% e 20% do preço/tarifas da água, conforme os casos, -----
 - Redução em 50% da renda para todos os estabelecimentos instalados em espaços municipais nos primeiros 3 meses de 2021, -----
 - Isenções no imposto de derrama, -----
 - Suspensão das tarifas devidas pelo estacionamento de superfície, -----
 - Isenção do pagamento de taxas a todos os feirantes, vendedores ambulantes e operadores de mercado municipal, com sede fiscal no concelho de Chaves, -----
 - Criação em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa (Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha do Alto Tâmega e delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa), um posto de testagem à Covid-19, destinado à realização de testes rápidos de antigénio, -----
 - Fornecimento de material de proteção individual, designadamente, máscaras cirúrgicas, luvas e batas, aos bombeiros, forças de segurança e trabalhadores de IPSS, -----
 - Disponibilização de estruturas de retaguarda, através da contratualização de camas/quartos em unidades hoteleiras do concelho, destinadas ao acolhimento e permanência temporária de utentes de IPSS e de entidades do setor privado, com escopo lucrativo, que sejam titulares de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), em caso de emergência, resultante da necessidade de transferência de utentes e trabalhadores, por confirmação de surto de Covid19, -----
 - Reforço do apoio financeiro às freguesias destinado à higienização e desinfeção de espaços escolares de estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo, bem como à aquisição de soluções alcoólicas, para desinfeção de salas, higienização das mãos dos alunos, do pessoal docente e não docente, etc, etc, etc...-----
- Mais meio milhão de euros à disposição dos flavienses, a juntar ao milhão já disponibilizado, reforçando a resposta da autarquia, e para que ninguém fique para trás. A Câmara está atenta e continuará a estar fazendo um enorme esforço, e sacrificando se necessário for, outro tipo de investimentos em 2021. As pessoas estão sempre primeiro.” -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**. “Obrigado senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, venho desde já afirmar que concordamos com a generalidade das medidas aprovadas em sede de reunião de Câmara Municipal. No entanto, sem qualquer tipo de picardias, e coloco já isto *A priori*, venho fazer um apelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

ao abrigo do artigo 35º do Decreto-lei 99 de 2020, de 22 novembro, que permitiu novas possibilidades de intervenção das Autarquias, junto das empresas em tempo de pandemia. O CDS, vem por este meio solicitar que se estude e não estou aqui a impor nada, que se estude uma solução do tipo de fundo Municipal de emergência empresarial, à semelhança daquilo que é aplicado em Sintra, uma Autarquia Socialista. Por isso a medida nem sequer é pioneira com dotação e duração a definir pela Câmara e consoante as possibilidades financeiras da mesma. Pois consideramos nomeadamente quer no comércio tradicional, mas em cima de tudo, na restauração, as restrições implementadas pelo Governo, têm criado constrangimentos que colocam em causa a manutenção de postos de trabalho, a sua própria insolvência, que em outras circunstâncias seriam empresas absolutamente saudáveis, dinamizadoras da nossa economia, promotoras de emprego e geradoras de riqueza. É este o apelo que eu quero fazer neste âmbito, sem qualquer tipo de disputa política, e, acima de tudo, em ambiente de cooperação” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**. “Bom dia, tal como disse antes, o combate a esta crise, creio que de alguma maneira o Presidente da Câmara, também o disse, tem uma componente Nacional de proteção do emprego, de proteção e melhoria dos salários, de forma a que a textura social e económica do País possa resistir o melhor possível a uma crise que nós sabemos grave. E isto porque, em todas as regiões do País, se as pessoas não tiverem salários, ou tiverem os seus salários reduzidos, agora com o layoff a 100%, permite recuperar essa situação. Se estiverem no desemprego ou não tiverem acesso ao subsídio de desemprego, o consumo baixa numa vertente, que já não é só a vertente das restrições pelo medo da pandemia, além de algumas restrições impostas por decisões governamentais. Portanto, essa componente é uma componente essencial. Sabemos que virão tempos difíceis e que todas as Autarquias, independentemente das cores políticas que estão no poder, encontram ou procuram formas de solução. Por isso eu disse que podia ser útil da parte da Autarquia (eu pessoalmente não tenho capacidade para isso) uma pesquisa da diversidade de soluções que existem, de soluções que nem sempre são necessariamente encargos económicos, mas que inevitavelmente muitas delas implicam encargos económicos. Nós sabemos isso. É preciso ir ao encontro, ouvir os comerciantes, ouvir os profissionais da restauração da região e, conseguir formas de ajudar a manter uma estrutura de pequenas empresas, que não é fácil e volto a dizer, não é fácil, que essa solução se encontre, e muito menos se pode imaginar que a Autarquia vai despejar todo o dinheiro, que é de todo impossível, para sustentar o comércio, a restauração e outras pequenas empresas da região, que muitas vezes são menos faladas. Já tive algumas conversas com alguns comerciantes e com alguns donos de restaurantes, e do comércio, pois são os pequenos e médios empresários que precisam perceber quem é que com esta crise está ao lado deles. E como é que as grandes empresas na área da distribuição, dos hipermercados, das grandes superfícies, aproveitam estas oportunidades. E, como é que nós temos que encontrar mecanismos que possam atenuar esta situação. Porque nós sabemos que as grandes superfícies vendem, cada vez mais, vendem de tudo e, numa situação destas, saem beneficiadas proporcionalmente à crise do comércio local. Eu disse e penso que até fui, de alguma maneira, mal interpretado que o facto de nós não fazermos a Assembleia Municipal presencial, damos o sinal errado, porque se conjugarmos o que foi a intervenção do membro desta Assembleia, Francisco Taveira, a intervenção do próprio senhor Presidente da Câmara e outras, vemos que a responsabilidade individual, não nos deve levar a disseminar o medo. Todos nós que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

temos atividade e eu por exemplo, tenho atividade profissional como médico, já vi muitos doentes com o Covid na consulta, embora não trabalhe na área Covid. Até agora felizmente não fui contaminado, porque tento cumprir as normas de distanciamento social, mas continuo a trabalhar e, nós podíamos fazer o mesmo na Assembleia Municipal, dando um sinal às pessoas que, desde que se respeitem as regras, não têm nenhum perigo em irem aos comércios comprar produtos, em irem aos restaurantes almoçar ou jantar, desde que se respeitem estritamente as normas de convívio de distanciamento. E, por isso, alertava que deste conjunto de medidas, uma campanha específica em relação ao Natal e á forma como comemorar o Natal. A maior parte das pessoas e ainda há muita gente que não ouviu as mensagens todas ou que não compreendeu as mensagens todas. Apoio a Autarquia em todas as medidas que tem tomado. Chamo a atenção que não deixem de ver medidas de outros Municípios, que possam ser úteis no apoio na parte do comércio e da restauração e das pequenas empresas locais. Manter uma rede de apoio social é importante, mas é bom que não nos esquecermos que a responsabilidade do apoio social é do Estado Central e do Ministério da Segurança Social. É importante mantermos uma atitude pedagógica de que o mundo não está fechado. Recordo que foi possível fazer uma festa do Avante, onde as pessoas foram, estiveram, respeitaram as normas, apesar de todo o esforço que muita gente fez, para encontrar um floco de contágio. A Festa do Avante foi possível porque as pessoas foram mentalizadas de que podemos estar, podemos conviver, podemos fazer compras, podemos ir a restaurantes, desde que todos cumpramos, estritamente as normas. É preciso que os cuidados primários de saúde não estejam paralisados. É preciso ver doentes presencialmente, respeitando a distância tocando-lhes, mexendo-lhes e desinfetando as mãos no fim. Senão, vamos criar uma situação nos próximos meses, no próximo ano, em que o País vai ter muita dificuldade em resistir, em resistir do ponto de vista de saúde psiquiátrica, de saúde mental, em resistir economicamente, em resistir socialmente e nós temos que fazer pedagogia pelos nossos atos. É essa a mensagem e como é evidente eu penso que o senhor Presidente da Câmara tem a consciência disso. A CDU, e eu individualmente como força política estaremos sempre do lado da solução, sempre procurando a cooperação e, seguramente, que nunca faltará o apoio da CDU, para nenhuma das medidas que se entendam implementar”.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia, novamente. Quanto a estas medidas que aqui apresentamos, resultam de uma avaliação que vamos fazendo, de um conjunto de medidas que vão sendo criadas, pensadas e estruturadas, em cada um dos concelhos, naturalmente com a adequação àquilo que é a nossa realidade. Também, deve dizer-se que, na resposta à pandemia nem todos os Municípios, estão exatamente na mesma situação, ou seja, há aqui também muitas capacidades e diferenças que, na prática, se traduzem em incapacidades financeiras de concretização. Gostaria muito, por exemplo, de poder implementar medidas como têm as Câmaras de Sintra ou de Oeiras, que são quem mais gasta com o combate à Covid. Também é verdade que a sua situação financeira não tem nada a ver connosco, pois não podemos esquecer que o Município de Chaves estava até há bem pouco tempo, 2 anos, em situação de saneamento financeiro e, permitam-me um desabafo, também agora, no mês de setembro, fomos confrontados com mais 327 mil euros de juros às Águas do Norte. Trata-se de uma importância avultada, que não fazia parte da nossa previsão, não tinha sido identificada, nem na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

famosa auditoria, nem pela área financeira, e, portanto, nós num mês tivemos uma prenda de Natal de 327 mil euros, que não estava acautelado em lado nenhum. São juros, que se somam aos milhões de juros que o Município pagou, nos últimos anos, quer seja às Águas do Norte, quer seja à Banca. Ou seja se a situação financeira do Município de Chaves hoje fosse a mesma como, por exemplo, de Municípios parecidos como Vila Real ou de Bragança, se nós tivéssemos a situação económica- financeira que estes Municípios têm, porventura hoje teríamos capacidade para triplicar ou quadruplicar o apoio, não estaríamos a falar de medidas de meio milhão, estaríamos a falar de medidas de 2 milhões, quiçá. Mas, a verdade é que nós não podemos levar novamente o Município para uma situação de desequilíbrio porque, senão nós não conseguimos ajudar quem precisa. Portanto, a nossa estratégia, tem sido gradual, ir acompanhando a evolução para que, a cada momento, nos possamos fazer os apoios necessários porque, se concentramos os apoios todos no momento, na fase seguinte, não temos condições financeiras para continuar o apoio. -----

Dito isto, quanto à sugestão que foi apresentada aqui pelo membro da Assembleia Gonçalo Alves, que agradeço, a mesma será estudada e estruturada, na sua dimensão, mas também quanto à sua dotação financeira. Quantos operadores económicos existem no Concelho que precisam de ser apoiados? São centenas. Qual é o montante que cada um deles precisaria e sendo relevante para que, efetivamente, tivesse utilidade na manutenção e continuação dessa atividade? Cinquenta euros, cem euros, duzentos euros, mil euros? Então se são mil euros, multipliquem por quinhentos ou seiscentos e vêm logo o valor que estamos a falar. Além disso, tenho muitas dúvidas sobre a legalidade desta proposta. Temos vindo a pedir ao Governo para que faça sair legislação que diga claramente se também os Municípios podem nesta matéria dar apoio às empresas, fazer apoios a fundo perdido. Porque é disso que estamos a falar é de subsídios a fundo perdido, porque os Municípios até agora, apenas têm competência para apoiar este fundo perdido por razões sociais. Tenho lido e relido a lei, quer nas atribuições, quer nas competências dos Municípios e tenho muita dificuldade às vezes em perceber algumas medidas. Por isso é que no nosso caso concreto, adotámos uma solução de apoiar as famílias com uma situação económica crítica mas, ao mesmo tempo, garantir também que essa medida apoie a economia local. Porque não podemos esquecer que a compra de bens de primeiras necessidades, são destinados efetivamente às famílias carenciadas, mas depois só podem ser comprados no comércio local, excluindo os hipermercados. Portanto, é uma medida que tem fundamento social, mas tem um duplo objetivo. O objetivo social e o objetivo económico e por aqui, sentimo-nos confortáveis. Ainda assim devo dizer que estamos disponíveis, como é óbvio, para estudar esta medida e outras, mas sempre numa lógica de responsabilidade financeira. Acho que ninguém deseja voltarmos às práticas do passado, e termos de entregar à Banca, os três milhões de euros em juros de mora, entregar mais três milhões de euros às Águas do Norte. Acho que não é esse o caminho que temos que fazer, mas sim o caminho da responsabilidade financeira e social. Estas medidas são para 3 meses. Se efetivamente ao fim de 3 meses, nós percebermos que existem condições financeiras e há necessidades na nossa economia, nas nossas famílias e, sobretudo, há mandato legal, então é o momento para nós acrescentarmos mais medidas a estas, é isso que nós temos que fazer. É essa a discussão que nós temos que fazer para que, de facto, seja uma solução útil, que aproveite a todos nessa lógica, e reafirmo a visão do membro desta Assembleia Manuel Cunha, subsidiária que os Municípios têm, quer no âmbito social, quer no âmbito de apoio direto à economia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

local.-----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**. “Só uma coisa pequena a dizer. Já foi reivindicada, por alguns comerciantes, uma campanha, mais visível, mais ativa e mais imaginativa de consumo dos produtos locais? Não sei se existe, em articulação com a ACISAT, uma forma de encontrar um incentivo. Poderia ter um orçamento fixo, uma determinada verba que não fosse especialmente elevada e, dentro dessa verba, se encontrasse uma forma para essa campanha, que poderia ser por vales. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, quanto a este assunto respondeu: “Aceitamos ideias, dos próprios comerciantes e estamos disponíveis para ouvir propostas concretas. Temos feito campanhas nas redes sociais, temos feito uma campanha de promoção institucional e estamos disponíveis para a incrementar. Agora, se estivermos a falar de soluções imaginativas, soluções úteis que possam ajudar e que representem dezenas de milhares de euros, acho que todos nós estaríamos de acordo que era uma boa ideia, desde que naturalmente tenhamos condições e competência para o fazer. Fica aqui a ideia que pode ser partilhada com todos e, através de todos os membros desta Assembleia, partilhar com as nossas redes, dizendo que estamos disponíveis para ajudar neste contexto, digam-nos como. E nós fá-lo-emos, com certeza. Fica também uma medida que é meramente simbólica, e que consiste em quinze dias sem pagamento de estacionamento, para apoio à economia local”. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 5 – MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA, NOS TERMOS DO SNC-AP) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2020. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/DGF/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta traduz uma revisão e modificação orçamental em baixa, relativamente à receita e ao investimento. Portanto, trata-se de uma revisão orçamental, que visa fazer um ajustamento, agora no final do ano, relativamente àquilo que foram as previsões no final do ano passado. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Pelo Grupo Municipal do PS, votos a favor: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Nuno André Monteiro Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Domingos de Moura Alves, Maria Adalgisa P. F. Silva Babo, José Francisco de Resendes Carreira, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocência Imaginário; Rogério Alberto Amorim Reis Moura; Luiz Mário Alves Carneiro, José Manuel Sarmento Morais Caldas e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada, Anabela Maria Neves Martins, Jaime Esteves de Abreu e Gilberto Gomes Alves -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha e Raúl Miguel Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira; Anelhe - Arlindo Santos Costa; Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro; Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar; Ervededo – André Lourenço da Silveira; Faiões - Octávio Rodrigues Bastos; Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto; Mairós - Adriano Vieira Rodrigues; Nogueira da Montanha - António Lopes; Outeiro Seco – Carlos Alberto Batista Xavier; Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus; Planalto de Monforte(Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia; Redondelo - Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira - Rui Alberto Trinta Pintor; Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira; Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva; Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos; São Pedro de Agostém - Pedro Manuel Pereira Barroco; São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos; Travancas e Roriz – Filipe Maldonado Pinto; Valdanta – Jorge José Pereira de Carvalho; Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues; Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia - António Carvalhal dos Reis; e em representação de Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação, os seguintes membros: Fernando Luíz Lopes Moreira, do PS; Ernesto Salgado Areias, do PS; Eduardo Júlio Alves Brás, do PS; Clara Maria Pinto Dias Lopes, do PS; e Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, do PSD. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Calvão e Soutelinho da Raia – António Manuel Rua Reis; Cimo de Vila da Castanheira – Lígia Maria Chaves Silva; Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Fernando Alberto Barreira de Moura; Lama de Arcos - João Ramos Duro; Loivos e Póvoa de Agrações - Cecília Maria Silva A. Alves; Moreiras - António José Lopes; Santa Leocádia - João Manuel Teixeira Pereira Borges; Santo Estêvão - Maria José Sena Barros; Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha; Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro; e Vilela do Tâmega - Ramiro Figueiredo dos Santos.-----

Logo de seguida, por volta das treze horas e vinte minutos, foi interrompida a sessão para o almoço, sendo os trabalhos retomados às catorze horas e quinze minutos. -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou que face à ausência da secretária, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, por motivo de força maior, a mesma foi substituída, nas suas funções, pelo membro da Assembleia Municipal, Cristina Maria Inocência Imaginário. -----

PONTO 6 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2021, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2021-2025). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO À NORMA DE CONTROLO INTERNO. PROPOSTA Nº 71/GAP/2020.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Muito boa tarde. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssimos e distintos vogais da mesma, com um cumprimento particular à membro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

desta Assembleia, Cristina Imaginário, pelo exercício dessas funções. Cumprimento a senhora Vereadora e os senhores Vereadores, todos os membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta e todos aqueles que permitem que esta reunião possa ser feita desta forma telemática. Na expectativa que tenhamos tido todos um bom almoço, vou apresentar os documentos previsionais para o próximo ano, que dão certamente tradução àquilo que são as nossas prioridades e que permitiram concretizar muitos dos projetos e naturalmente satisfazer muitas das nossas necessidades. Portanto, vou fazer uma apresentação, sumária, como já fiz na Câmara que é a seguinte: “O ano que finda e aquele que agora perspetivamos, aliás como muito provavelmente os seguintes, têm como denominador comum a incerteza e a imprevisibilidade, porquanto não é ainda possível prever se e quando a pandemia da Covid-19 será erradicada e avaliar com exatidão a extensão e severidade dos efeitos económicos e sociais provocados pela mesma. -----

Na verdade, a pandemia que vivemos provocou forte contração da economia nas diferentes escalas, global, europeia e nacional, que tem sido combatida com recurso a política orçamental expansionista, ou seja, com recurso a robustos pacotes de estímulo à economia. Ao nível do município, ainda que não existam tais mecanismos de política económica e financeira, é também desejável que a estratégia esteja alinhada com a definida à escala europeia e nacional, concretizada em forte investimento municipal, aliada a alívio fiscal, que possa reanimar a economia regional e local e manter o nível de empregabilidade, atingido e ao mesmo apoiando as famílias mais vulneráveis. ----- É neste contexto, cujas perspetivas económicas estão dependentes da evolução da pandemia, que o investimento público municipal deve ser incrementado e o estímulo ao consumo favorecido, em vista à almejada retoma, mas, sempre, em contexto de responsabilidade financeira interjeccional. Os relevantíssimos investimentos públicos em execução, reforçados pelos previstos para 2021 e anos seguintes, permitirão reforçar o desenvolvimento económico, turístico e cultural deste concelho, bem como o seu papel central e mobilizador no Alto Tâmega. -----

O sucesso da orientação estratégica prosseguida nos últimos três anos impele-nos a prosseguir esse caminho, reforçando o investimento municipal nas áreas mais deficitárias, mas sobretudo naquelas que tenham maior potencial de criar emprego e gerar riqueza. Os investimentos a realizar continuarão a dar corpo à proposta de intervenção no concelho sufragada nas urnas há três anos, a qual assenta num conjunto de políticas, organizadas em oito eixos estruturantes, a saber: o emprego; o turismo; o ambiente; a educação, cultura e desporto; a agricultura e floresta; o centro histórico e comércio local; ação social; equipamentos e serviços municipais; saúde, mas também a inovação e o conhecimento. A opção pelos eixos de intervenção identificados continua a ser clara, devendo estes consolidar-se como os pilares da construção de uma estratégia que permita um futuro diferente, um futuro melhor, apoiado numa economia sustentável e humanizada. -----

Foi desígnio dos flavienses que Chaves seja um concelho diferente, moderno e inovador. Sabemos que a economia contemporânea é marcada pela incerteza, evidenciado pela pandemia que vivemos, pelo que o caminho do endividamento municipal e da despesa sem sentido estratégico não dará bons frutos. É também ilusório pensar que se pode assegurar a prosperidade e o tal bem-estar dos flavienses sem gerar riqueza ou estimular um contexto de dinamização económica. -----

Neste pressuposto, mostra-se acertado destinar meios do município que venham a propiciar condições para que todos os que queiram investir produzam riqueza, para, posteriormente, ser redistribuída. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Estamos no caminho certo, estribado num novo modelo de desenvolvimento sustentável. Temos a perfeita consciência de que o exercício de 2021 continuará ainda mais condicionado pelos compromissos do passado, que a autarquia, enquanto pessoa de bem, deve cumprir, de forma escrupulosa, no respeito pela lei. -----

A proposta de orçamento apresentada para 2021, respeita a assunção pela câmara municipal dos compromissos que já estavam assumidos, o que, pelas limitações orçamentais existentes e pela necessidade de não condicionar o acesso futuro a fundos de financiamento externo, nos vários programas nacionais e europeus, limita fortemente a efetivação de um conjunto mais alargado de novas propostas e, mesmo assim, obrigará a obtenção de recursos financeiros externos, já contratualizados junto do BEI, em condições muito vantajosas, mas também, eventualmente, junto da banca comercial. -----

No próximo ano, o investimento municipal será, pois, muito expressivo, o que permitirá concretizar a estratégia supra enunciada, nas múltiplas dimensões em que se densifica, pois o orçamento previsional global é de 53.370.273,26 euros, sendo que a despesa de investimento, 25.546.382,24 euros, supera a despesa corrente, e 25.493.888,68 euros, ainda que muita desta não possa deixar de ser qualificada como verdadeira despesa de reprodutiva e, portanto, de investimento. -----

Nota de relevo, neste particular, é a crescente poupança corrente, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que vem crescendo desde o início do mandato, e que se prevê que atinja, no ano de 2021, o expressivo valor de 9.104.758,13 euros, sinal inequívoco da boa gestão autárquica. -----

No que concerne à dimensão orçamental, na componente da receita corrente, cuja rubrica mais relevante assenta nas transferências correntes, 18.454 367,93 euros, seguidamente os impostos diretos, com a dotação de 6. 521.727,27 euros, a venda de bens e serviços, com 5.135.582,89 euros, as taxas, multas e outras penalidades, com 2.121.530,05 euros rendimentos de propriedade com 1.810.513,21 euros, outras receitas correntes, com uma dotação de 553.925,89 euros. -----

No que, concerne ao Plano Plurianual de Investimentos, que compromete 23.776.589,76 euros, do total do orçamento previsional da despesa, a alocação, em função das funções do PPI, é a seguinte: -----

Funções Gerais: 2.071.562,90 euros; Funções Sociais: 10.349.297,89 euros; Funções Económicas: 11.005.928,97 euros; Outras Funções:349.800,00 euros. As Funções económicas (46,29%) e sociais (43,53%) representam, em conjunto, a componente mais expressiva do investimento municipal para o ano de 2021, pois representam 89,82% do total do PPI, e 40,01% do orçamento total. -----

Importa, neste contexto, destacar os projetos/ações mais relevantes, pela natureza ou expressão financeira do investimento, inseridos em cada das funções em que se estrutura o Plano Plurianual de Investimentos: -----

Portanto, nas funções gerais, 2.071.562,90 euros, temos neste contexto, que identificar sobretudo os seguintes projetos: -----

Centro Ecuménico de Chaves – Casa Mortuária, com a dotação de 200.00,00 euros; -- Aquisição do imóvel e terreno da Cooperativa Agrícola de Chaves – Quinta do Pinheiro (Leasing), cujo pagamento se conclui em 2021, com a dotação de 195.789,36 euros; Aquisição e reparação de máquinas e viaturas, com a dotação de 348.540,19 euros; -- Aquisição, reparação e beneficiação de equipamentos, mobiliário e utensílios, com a dotação de 151.000,00 euros; *Aquae Saludem*, com a dotação, para o ano de 2021, de 446.079,07 euros. Por último, temos ainda nesta componente das Funções Gerais ---- O Centro Municipal de Proteção Civil de Chaves, com a dotação de 266.163,64 euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

No capítulo das Funções Sociais, apresenta uma expressão financeira muito relevante com 10.349.297,89 euros. -----

Temos no que diz respeito à Educação (ensino não superior), com a dotação global de 2.136.719,88 euros, que se desagrega, no essencial, nos seguintes projetos: -----

- Requalificação da Escola EB 2,3 de Vidago, com a dotação de 442.714,26 euros; -----

- Escola Secundária Fernão Magalhães (apetrechamento), investimento suplementar, ao que aconteceu recentemente com a dotação de 268.943,77 euros; -----

- Escola Básica de Vila Verde da Raia (apetrechamento), com a dotação de 100.000,00 euros; -----

- Escola Secundária Dr. António Granjo (apetrechamento), com a dotação de 150.000,00 euros; -----

- Escola Básica Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (apetrechamento), com a dotação de 500.000,00 euros; -----

- Escola Básica de Santa Cruz/Trindade (apetrechamento), com a dotação de 218.291,53 euros; -----

- Escola EB de Santo Amaro e JI do Cino-Chaves (apetrechamento), com a dotação de 220.000,00 euros. -----

Na componente da Habitação Social, com a dotação global de 2.452.022,09 euros, que se desagrega, no essencial, nos seguintes projetos: -----

- Beneficiação do edificado do bairro social dos Fortes (reabilitação integral de 13 habitações da CMC), com a dotação de 259.950,60 euros; -----

- Beneficiação do edificado do bairro social de Casas dos Montes, com a dotação de 1.900.534,08 euros; -----

- Reabilitação do espaço público do bairro social de Casas dos Montes, com a dotação de 121.529,41 euros; -----

- Planeamento, com a dotação global de 392.324,75 euros; -----

- Infraestruturas de urbanização, com a dotação global de 480.078,02 euros; -----

- Reabilitação urbana, com a dotação global de 223.197,54 euros; -----

- Saneamento, com a dotação global de 247.216,95 euros; -----

- Abastecimento de água, com a dotação global de 1.091.783,71 euros; -----

- Património Cultural Edificado, com a dotação global de 2.610.103,13 euros, que se desagrega, no essencial, nos seguintes projetos: -----

- Reabilitação do Museu da Região Flaviense e do Castelo, com a dotação de 444.368,94 euros; -----

- Musealização das Termas Romanas, com a dotação de 856.768,50 euros; -----

- Reabilitação do edifício do Cineteatro de Chaves para instalação de Centro Multiusos, com a dotação de 1.101.889,69 euros; -----

- Conservação e restauro da capela de Santo António – Arcossó, com a dotação de 54.926,00 euros; -----

- Conservação e restauro da Igreja da Nossa Senhora da Azinheira – Outeiro Seco, com a dotação de 130.000,00 euros; -----

- Infraestruturas para práticas desportivas, com a dotação global de 90.206,54 euros; --

- Infraestruturas de recreio e lazer, com a dotação global de 429.754,74 euros, que se desagrega, no essencial, nos seguintes projetos: -----

- Requalificação da “Praia de Vidago”, com a dotação de 210.000,00 euros, dizendo que já temos disponível o terreno para poder fazer esta intervenção e o projeto está em curso; -----

- Jardim Público de Chaves, ainda com uma pequena intervenção com a dotação de 157.030,12 euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Na Função Económica e como já se percebeu que é a função sob o ponto de vista financeiro, que tem uma expressão maior, pouco maior que a social e ainda assim, um pouco mais relevante 11.005.928,97 euros. -----

- Iluminação pública, com a dotação global de 106.385,96 euros; -----

- Energia renovável, concretizada no projeto denominado por “Ampliação da rede urbana de calor da cidade de Chaves, de origem geotérmica com a dotação global de 1.161.657,12 euros; -----

Eficiência energética, com a dotação global de 2.353.457,54 euros, que se traduz, no essencial, como tivemos oportunidade de dizer no início do mandato um dos três Pilares da eficiência, aqui está a eficiência energética, já falamos da eficiência financeira, terei oportunidade de a reiterar, como já falamos da eficiência dos sistemas de água e de saneamento, mas neste caso particular tem a ver com a eficiência energética, e concluída que está a primeira fase da eficiência energética da iluminação pública, temos agora para concretizar a eficiência energética, na parte do edificado e das habitações, e aqui temos a intervenção a fazer: -----

- No Edifício principal da Câmara Municipal, com a dotação de 185.141,41 euros; -----

- No Edifício dos Paços dos Duques de Bragança, com a dotação de 200.382,82 euros; -----

- Eficiência energética do bairro dos Aregos, com a dotação de 1.515.807,42 euros; -----

- Biblioteca Municipal, com a dotação global de 106.043,90 euros; -----

Na dimensão da Atividade Industrial, com a dotação global de 1.151.055,18 euros, que se densifica, no essencial, nos seguintes projetos: -----

- Desenvolvimento industrial, a segunda fase da “Terraplanagem do Campo Queimado”, com a dotação de 308.963,50 euros; -----

- No Desenvolvimento tecnológico, concretizado no projeto “Aquanatur Palace”, com a dotação de 792.091,68 euros; -----

Temos numa das funções muito relevantes e que está em execução tem a ver com a componente dos transportes e comunicações, com a dotação global de 6.009.194,25 euros, que se concretiza, no essencial, nos seguintes projetos e alguns deles foram conquistados no Orçamento Participativo, mas que o anterior executivo não conseguiu, concretizar e nós finalmente em 2021, teremos capacidade financeira, para os levar a bom porto e para concretizar, neste contexto temos um conjunto de investimentos, interessantes e relevantes que foi feito nos últimos anos e queremos continuar a fazer respetivamente: -----

- Pavimentação e beneficiação de arruamentos e estradas, com a dotação de 600.000,00 euros; -----

- Requalificação da EM 550 – Vidago a Arcossó, com a dotação de 255.036,72 euros; -

- Ecovia do Tâmega, 3.ª fase – Vidago ao limite do concelho de Vila Pouca de Aguiar, e que permitirá, também, fazer o troço mais urbano dentro da Vila de Vidago com a dotação de 428.541,82 euros; -----

- Ecovia do Tâmega - Chaves a Vidago, para concluir a 2.ª Fase, que está em execução, em bom ritmo de execução, que se concluirá em 2021 com a dotação de 257.695,32 euros; -----

A seguir temos a concretização dos projetos que estava pendente no âmbito do Orçamento Participativo e, tem a ver com: -----

- A Requalificação Urbanística da rua do Ermida, em Vidago, com a dotação de 151.777,90 euros e queremos iniciar já, no início do novo ano. -----

- A Requalificação da Praceta da Rua General Luís Pimentel Pinto, com a dotação de 130.140,15 euros; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

- A Requalificação da Praça do Arrabalde - Praça do Imperador e será a cobertura do edifício das Termas Romanas e que esperamos poder vir a reforçar com a dotação de 50.000,00 euros; -----
 - A Requalificação urbanística do KMO da EN2, com a dotação de 106.000,00 euros; ---
 - A Requalificação Urbanística da rua Direita, com a dotação de 100.000,00 euros; ----
 - A Cobertura da rua de Santo António, com a dotação de 200.000,00 euros; -----
 - A Requalificação da rotunda do Raio X, com a dotação de 58.300,00 euros; -----
 - A Requalificação da rotunda do Casino, com a dotação de 250.000,00 euros; -----
- E, ainda, naquilo que tem vindo a ser uma intervenção muito requalificante dos vários PAMUS: -----
- No PAMUS 1 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes – Zona Urbana Central, lotes 1, 2, 3, 9, 10, 11 e 13, com a dotação de 299.850,98 euros; -----
 - No PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes - Zona Urbana Nascente, lotes 1 e 5, com a dotação de 1.086.997,95 euros; -----
 - No PAMUS 3 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes – Zona Urbana Poente, lotes 4, 6, 8 e 12, com a dotação de 727.014,00 euros; -----
 - No PAMUS 9 - Requalificação da Avenida Pedro Álvares Cabral, com a dotação de 216.610,90 euros; -----
 - No PAMUS 10 - Requalificação da rua 1.º de Dezembro, com a dotação de 132.141,88 euros; -----
 - No PAMUS 2.3 - Requalificação Parcial da Avenida Heróis de Chaves, lote 7, com a dotação de 486.933,42 euros; -----
- No Turismo valorização do espaço público, com a dotação global de 145.020,48 euros, que se desagrega em dois projetos, Caminho de Santiago, o da Via da Prata e o Caminho Interior. -----
- Queria, também, aqui notar que continuamos a fazer um apoio muito importante às freguesias, que gostaríamos de forma progressiva incrementar, mas que no conjunto de investimentos já representa um milhão de euros. -----
- Os inúmeros e significativos investimentos municipais apresentados, nos domínios das funções gerais, económicas e sociais, na requalificação urbana e ambiental, densificados em projetos e ações no reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades económicas, na requalificação urbana e ambiental, na qualificação e apetrechamento de equipamentos escolares, na eficiência energética, no reforço da oferta cultural e no incremento da promoção turística, sem descuidar o incremento da rede colaborativa de ensino e investigação. Temos aqui um conjunto de projetos muito importantes que certamente vão contribuir para maior qualidade de vida dos nossos concidadãos, maior atratividade da nossa cidade, mas também, uma maior capacidade de afirmação territorial do nosso concelho. -----
- Os documentos previsionais em apreço, como resulta da expressão financeira patente no PPI, 10.349.297,89 euros, conferem à dimensão social uma particular atenção, que revela a sensibilidade social deste executivo. -----
- Estamos certos de que, no contexto atual, em face dos recursos financeiros disponíveis, em particular do desenho do programa de fundos europeus em vigor, as propostas constantes dos documentos previsionais para o próximo ano económico respondem às principais necessidades deste concelho e aos anseios da nossa gente, pelo que os submetemos à apreciação do órgão deliberativo municipal, na expectativa de que os flavienses e a sua qualidade de vida sejam o alfa e o ómega, na apreciação e votação dos mesmos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Portanto, basicamente é isto, certamente teremos uma dinâmica e uma interação com as Bancadas, para se poder debruçar sobre outros aspetos. Não falei aqui, porque já falamos há pouco tempo daquilo que tem a ver com a componente social, mais de apoio diretos às famílias e à economia local e que estão traduzidos naturalmente no Plano de Atividades Municipais mais relevantes e como já se percebeu, chamo a uma atenção particular, também diretamente às famílias e àqueles que mais sofrem e mais dificuldades têm neste momento de dificuldade coletiva. -----
Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras. Boa tarde senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento os dois secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, caros membros da Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta, boa tarde a todos. É com enorme satisfação que vejo aqui a apresentação por parte do senhor Presidente da Câmara, no que diz respeito às obras previstas para a minha Freguesia. Não podia deixar de enaltecer este vasto programa de execução não só para Vidago, mas para a União das Freguesias. É certo que temos aqui algumas obras que é dentro daquilo que são as compensações das barragens, nomeadamente a execução na Capela em Arcossó, também, o arranjo da Praia de Vidago mas também a requalificação da Estrada 505, o Protocolo que vai ser assinado com a Junta de Freguesia, no sentido de reflorestarmos uma área de cerca de 40 hectares, que rondará o valor total de 360 mil euros. Na qualidade de Presidente da União das Freguesias, quero destacar esta execução e, por outro lado, também, a satisfação de poder ver concluídas as obras por que há muito tempo nos batemos, que têm a ver com a questão da ciclovía entre Vidago e Sabroso, ao limite do Concelho de Vila Pouca e, também, a execução de uma obra que estava dentro do Orçamento Participativo que é a Rua da Ermida. Portanto, estamos a falar de um valor que poderá ultrapassar os dois milhões de euros de execução, incluído neste orçamento. Por outro lado, também queria destacar aqui a questão do Protocolo que de facto, foi cumprido na sua globalidade, durante estes quatro anos. Portanto, estamos a falar do Orçamento para o último ano de mandato, quatro anos passam depressa, e que nos permitiu a nós e à Freguesia com algumas poupanças que nós fizemos, relativamente, àquilo que é o nosso orçamento fazer a execução de algumas obras. Por isso, era esta a nota positiva que queria deixar aqui, no que respeita à execução do orçamento para o ano de 2021.

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. “Boa tarde a todos, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros membros Eleitos, senhores Presidentes de Junta, caros vizinhos. Compreendemos a dinâmica, transparência, democracia e tolerância, sendo que o Presidente da Junta que nos antecedeu, em estreita articulação com o Grupo Municipal, entendeu expor a sua visão dos interesses para a sua freguesia, sendo que os interesses da sua freguesia se sobrepõem aos interesses do Partido e convivemos bem com essa diferença de opiniões. Portanto, passarei a defender a posição oficial do Grupo Municipal do PPD, que traduz a visão oficial também da Comissão Política e, obviamente, da articulação devida com o próprio Grupo Municipal. O Grupo Municipal do PPD/PSD entende que este orçamento não está à altura dos desafios a que o tempo COVID e pós-COVID nos convoca. O Grupo Municipal do PPD/PSD considera tratar-se de uma oportunidade perdida ao não apostar na modernização dos serviços, na descarbonização e na digitalização de processos. Este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

orçamento prevê a aplicação dos mesmos pressupostos de sempre e com isso espera obter resultados diferentes. Não acreditamos nesta proposta. O ensino, a saúde, o desporto amador e a economia, especialmente a social, não mais serão como antes. Os setores mais dinâmicos da sociedade, entre os quais destacamos os empresários, fortemente castigados pela Pandemia, serão peças nucleares da recuperação económica do Conselho. Serão eles e os seus hotéis, restaurantes, fábricas, produções agro-pecuárias, que irão criar e restituir os níveis de emprego. Sem empresas e empresários, a recuperação económica será uma miragem. Infelizmente. O Grupo Municipal do PPD/PSD entende que os tempos exigem novas e diferentes abordagens. Este orçamento traduz exclusivamente a visão e eventuais compromissos assumidos pelo Partido Socialista e por essa via não acompanhamos, quer os pressupostos, quer as suas prioridades de atuação. Pelo exposto, o Grupo Municipal do PPD/PSD entende votar contra a proposta”.

Fátima Liliana Fontes Correia, pelo **PS**, “Endereço os meus cumprimentos, ao senhor Presidente da Assembleia, senhora secretária, senhor secretário, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, a todos os membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta, muito boa tarde. Desde já, aproveito para desejar, Boas Festas a todos, naquelas que serão diferentes este ano, mas esperamos que toda a gente esteja em saúde e em segurança.

Após um ano de 2020 totalmente imprevisível, com todos os impactos nefastos que a pandemia provocou e continua a provocar não só na atividade económica, como a nível social e de bem-estar da população em geral, mas principalmente nos mais vulneráveis, olhamos inevitavelmente para os instrumentos previsionais de 2021 com uma incerteza acrescida. Os instrumentos orçamentais por si só incorporam, naturalmente, elementos de incerteza e de imprevisibilidade. Mas nunca tal incerteza foi tão acrescida como perante esta situação em que vivemos atualmente e cujo fim não conseguimos com segurança perspetivar embora, pessoalmente, olhe para o segundo semestre do próximo ano com grande esperança. Ainda assim, no meio de tanta incerteza, foi possível encontrar espaço dentro deste orçamento para salvaguardar os interesses dos concidadãos flavienses, espaço para acomodar e dar resposta às necessidades sociais do concelho. E espaço também para o investimento que irá, indubitavelmente, reforçar o desenvolvimento económico, turístico e cultural do concelho, sinónimos de esperança de um breve futuro promissor. Estamos, de facto, perante um documento ambicioso e com expressão financeira relevante, que, em linha com os orçamentos dos últimos três anos, segue uma estratégia consubstanciada em oito pilares estruturantes: emprego, turismo e ambiente, educação, cultura e desporto, agricultura e floresta, centro histórico e comércio local, ação social, equipamentos e serviços municipais e saúde, com medidas definidas e concretas para cada um deles. Verificamos através do relatório que acompanha o orçamento que se tem registado um aumento da poupança corrente desde 2019 e também agora perspetivada para 2021, fruto não só do aumento das receitas correntes, mas também da estabilização das despesas correntes, pese embora os significativos incrementos do salário mínimo registados nos últimos anos. Desta forma, foi possível atingir-se uma tesouraria robusta, que consegue dar resposta às necessidades mais prementes das pessoas e dos negócios locais, permitindo liquidar de forma célere os compromissos do Município com os seus fornecedores e permitindo orçamentar para 2021 uma variação de 90,88% de crescimento das transferências correntes para as famílias, de forma a proporcionar o apoio e auxílio que precisam, principalmente tendo em conta os impactos perversos da pandemia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Sim, o rigor e eficiência na gestão orçamental e financeira do Município fizeram de Chaves um dos municípios portugueses com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos, uns dos que regista maior diminuição do Passivo Exigível e o 10º município com melhor Resultado Operacional, dados passíveis de consulta no Anuário financeiro dos municípios portugueses referente a 2019. -----

No que concerne às Grandes Opções do Plano, onde são definidas as linhas de desenvolvimento do Concelho, é notória a intenção do Município em canalizar investimento para as Funções Sociais e Económicas, representando 43,53% e 46,29%, respetivamente, o que significa, no seu conjunto, que estas duas funções representam aproximadamente 90% do total do plano plurianual de investimento e 40% do valor do orçamento total, isto é, cerca de 21 milhões e 355 mil euros. -----

São inúmeros os projetos e ações inscritos no plano plurianual com distinta relevância na persecução de uma estratégia de desenvolvimento local em todas as suas dimensões, económica, turística, ambiental, cultural e social, em que nos revemos, e que permitirão proporcionar um maior bem-estar e qualidade de vida a todos os flavienses. O Sr. Presidente da Câmara na sua apresentação do Orçamento já enumerou os mais relevantes pelo que me vou abster de o fazer novamente de forma a não os maçar. -----

Mas queria realçar 3 destes projetos: Requalificação Urbanística da rua da Ermida, em Vidago, a Ecovia do Tâmega, no troço que liga Chaves a Vidago e o Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia. E destaco estes três pelo simples facto de terem um denominador em comum, os três foram projetos vencedores do Orçamento Participativo na sua componente do investimento material, vencedores nos anos de 2015, 2016 e 2017 e que, incompreensivelmente e erroneamente, o anterior Executivo não dotou de orçamento e não executou. Acrescem ainda os Balneários do Campo de Futebol de Praia, vencedores no ano de 2014 e cuja concretização se verificou já com este Executivo. Durante quatro anos os cidadãos flavienses foram desrespeitados, por quanto foram chamados a participar, apresentando e votando propostas que depois não foram consideradas nem cabimentadas pelo Executivo anterior, numa total demonstração de falta de sentido democrático. -----

Congratulo este Executivo na pessoa do seu Presidente Dr. Nuno Vaz, por cumprir com os compromissos que outros deixaram e, desta forma, honrar a democracia participativa num instrumento em que são os cidadãos quem, diretamente, definem as suas prioridades. -----

Não posso terminar a minha intervenção sem salientar o ato incoerente, mas que, infelizmente, já nos vem habituando, o Partido Social Democrata que, em sede de discussão das Grandes Opções do Plano não apresentou nenhuma proposta alternativa às do Executivo, mas que, posteriormente, em reunião de Câmara vota contra os instrumentos previsionais, por julgar que estas opções e investimentos não são os que respondem de forma mais eficiente aos problemas concretos da comunidade. Mas se não concordam com as propostas do Executivo não seria normal apresentarem alternativas ou propostas de melhoria? Não seria esse o comportamento mais coerente na prossecução de um melhor futuro para o concelho? Estou em crer que não apresentam propostas porque, de facto, não as têm e é sempre mais fácil criticar do que construir. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista não tem dúvidas de que a estratégia preconizada nos instrumentos previsionais e nas grandes opções do plano vêm de encontro às necessidades mais prementes da população flaviense, tendo em consideração os recursos disponíveis e a ênfase na prossecução de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

desenvolvimento sustentável, apostando na economia, no social, no ambiente, na educação e na inovação pelo que, obviamente, merecerá a nossa aprovação.” -----

Gonçalo André Nascimento Alves, pelo **CDS**, “Senhor Presidente da Mesa e demais membros da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores caros e caros Presidentes de junta, membros desta Assembleia Municipal, pessoal de apoio. Renovo os cumprimentos matinais. Concordamos com alguns movimentos no âmbito da fiscalidade realizados por esta Autarquia, neste Orçamento da redução da taxa do IMI para o limite mínimo legal. No entanto, consideramos que a manutenção da taxa de participação fixa no IRS não devolvendo rendimentos aos flavienses, é uma oportunidade perdida. Discordamos da falta de cumprimento dos compromissos eleitorais das Grandes Opções do Plano que os senhores asseguraram em 2017, que tinham em consideração os custos e as dificuldades que acarretavam e as suas potenciais vantagens, caracterizando-os como razoáveis e alcançáveis. Ao analisar o balanço do lado da receita, a imprevisibilidade do cenário macroeconómico em 2021, leva a um conjunto de dúvidas relacionadas com a capacidade de execução de cobrança de impostos e taxa. Segundo os documentos previsionais será cobrado mais IMI, apesar da estagnação do mercado imobiliário, será cobrada mais Derrama. Apesar da redução da atividade económica em especial no turismo, um setor com grande implementação no nosso território, e um espetável aumento de insolvências, mesmo assim, serão cobrados valores superiores em rubricas como mercados e feiras, loteamentos e obras ou saneamento, por comparação com o orçamento de 2020. Do lado da despesa, salientamos, com agrado a diminuição dos juros e outros encargos entre 2020 e 2021. Outro aspeto a salientar é o reforço das verbas das comparticipações destinadas ao financiamento de despesas de investimento de instituições sem fins lucrativos. Constitui uma preocupação a atribuição do subsídio no valor de 100 mil euros à Empresa Municipal GMS, devido à constatação de um retrocesso no que diz respeito à evolução financeira da empresa e ao impacto que o ano 2020 trouxe na sua atividade. Concluindo dado que as escolhas do Executivo Municipal não correspondem ao conjunto de promessas eleitorais a que se comprometeram em 2017, as quais fizemos chegar na reunião de direito de oposição, por não corresponderem às prioridades que considerávamos essenciais, neste contexto o nosso voto será negativo”.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Boa tarde, reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia e a todos os membros presentes. Vou prestar aqui alguns esclarecimentos, sendo certo que os pedidos de esclarecimentos e interpelações não foram feitos, foram feitos sim um conjunto de considerações e de apreciações, umas críticas e outras menos críticas. Por isso, gostaria naturalmente de pontualizar algumas, corrigir outras e dar a minha perspetiva sobre este assunto. Em primeiro, referente à intervenção do senhor Presidente da Junta da União de **Freguesias de Vidago, Rui Branco**: registar com apreço a intervenção que aqui nos trouxe, que traduz o sentido da responsabilidade e o sentido de verdade, dando duas notas que para mim são fundamentais. Primeiro, este mandato está marcado por um princípio do cumprimento da relação com as Freguesias, porque os acordos que foram definidos, desde o primeiro ano, foram cumpridos de forma quase religiosa e, portanto, não temos com nenhuma das nossas Freguesias nenhum incumprimento relativamente, aquilo que foi o caderno de encargos e a assunção de compromissos relativos aos montantes financeiros, que fomos mobilizando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

para as Freguesias, para que pudessem cumprir as suas competências e, por essa via, naturalmente, darem resposta mais cabal àquilo que são as necessidades das respetivas populações. Fizemo-lo, desde a primeira hora e vamos continuar a fazê-lo, também, em 2021, porque temos dotação suficiente para que isso aconteça, dizendo que faremos todos os incrementos que a boa situação financeira económica o possa permitir. Disse-o no passado e reafirmo-o hoje. Entendo que neste momento o objetivo que temos com as transferências para as Freguesias, ainda não é o suficiente, ainda não é o adequado, ainda não é o que nós almejamos, queremos mais e disse-o desde o princípio, que a nossa meta seria sempre para cima de 1,5 milhões de euros e ainda não chegamos lá. Mas eu acredito que, depois de caminho bem caminhado, com certeza vamos ter tempo de poder discutir essa perspetiva. Depois, dizer outra coisa, se no passado durante muitos anos, os Executivos do PSD, não cumpriram os compromissos formais, mas também informais e compromissos feitos com as comunidades de Vidago e de Arcossó, relativamente às compensações financeiras que foram assumidas no âmbito das barragens do Alto Tâmega, essa situação mudou radicalmente com este Executivo Municipal. Desde a primeira hora que fizemos, e temo-lo feito sempre, quando foi possível compensar sobretudo os territórios que têm impactos negativos decorrentes da construção das barragens, fosse pela via do investimento fazendo já um conjunto de investimentos que estão feitos e foi possível fazer até aqui. Mas também alguns que vão ser ainda feitos em 2021. Foram bem enunciados pelo senhor Presidente da Junta, da praia de Vidago, mas também de uma capela em Arcossó, mas também a ligação entre Vidago e Arcossó, vamos fazê-la e a dotação é suficiente para que, naturalmente, essa intervenção possa ser concretizada. Mas também no que diz respeito à intervenção que não está tão explícita e que tem a ver com o acordo de Protocolo de reflorestação, com algumas medidas de prevenção na área florestal. Privilegiamos também as Freguesias que foram atingidas e que serão afetadas pelas barragens e, portanto, a União de Freguesias, porque têm muito impacto nesta dimensão. Vai ter projeto de reflorestação, quer em Vidago, quer seja em Arcossó, mas também nas Freguesias confinantes. Portanto, fica esta nota de apreço, porque de facto quando nós temos uma apreciação justa e correta daquilo que é o relacionamento, temos que naturalmente enaltecer. Nem sempre acontece, é verdade, mas fica essa nota positiva, justa e merecida quanto a este assunto. -----

Depois, o que dizer sobre a intervenção do **membro desta Assembleia Municipal, Carlos Afonso**. Percebo bem que tenha que votar contra, e que mesmo que não tenha razões vai votar contra nós, percebemos, porque independentemente das considerações, das fundamentações e da falta delas, o objetivo é votar contra, portanto, se o sentido é votar contra, temos que tentar arranjar alguns argumentos. Vejamos então os argumentos, aquilo que foi dito pelo membro desta Assembleia Municipal, para votar contra e perceberemos, de seguida a incoerência dessa argumentação, mas também da coerência com aquilo que foi a governação do PSD, nos ciclos Autárquicos anteriores. Então a resposta que nós temos não é uma resposta adequada à Pandemia? Então não é uma resposta que, só para três meses, tem na componente pública de despesa corrente 500 mil euros? Não é uma resposta adequada? É uma resposta insuficiente? Sim, certamente, mas para ser avaliada e continuada, na sua concretização. Depois é mais incoerente porque chamados a participar na discussão e na elaboração no âmbito do Orçamento, naquilo que é o direito de Oposição, apresentaram propostas zero, não houve um único contributo. Portanto, significa que não têm pensamento formado, que não têm pensamento estratégico, que não têm ideias claras sobre aquilo que devem ser as prioridades deste Concelho, desta Cidade, desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Região para o futuro. Se efectivamente as têm, têm-nas muito bem guardadas, devem ser muito preciosas, muito dóceis e, portanto, não podem ser partilhadas e, também aqui, a Oposição tem esse dever, naturalmente, de contribuir para a melhoria dos documentos de gestão e designadamente este. Mas, a verdade é que não o fizeram, não deram um único contributo objectivo. Mesmo nas considerações que fez, não se referiu a qualquer resposta concreta. Vejamos, então, a expressão referida “é uma oportunidade perdida, na modernização dos serviços”. -----

Caro membro desta Assembleia Municipal, certamente esteve desatento nos últimos dois ou três anos de execução, pois neste Orçamento nós já gastamos mais de 600.000 mil euros na modernização administrativa e foi isso, felizmente, que nos permitiu que, em contexto de pandemia, os Serviços municipais possam ter funcionado, em muitos momentos com mais de 120 pessoas, a trabalharem em regime de teletrabalho. Só um serviço muito robusto tecnologicamente, e capacitado não só tecnologicamente, mas também na formação das pessoas, foi possível continuar a garantir todos os serviços à Comunidade, ainda que numa situação de dificuldade. Portanto, de modernização administrativa, acho que esta resposta, responde claramente àquilo que é a nossa visão e, entendemos que não é preciso continuar a gastar mais dinheiro. Ainda assim, posso dizer que nessa componente vamos gastar dezenas ou centenas de milhares de euros de modernização administrativa, mas no apoio às escolas. A dotação que nós estamos a prever para as escolas a nível do apetrechamento, tem muito a ver com tecnologia, tem muito a ver com os novos instrumentos que permitam, em situações de impossibilidade de presença física, poder haver continuidade da atividade letiva digital. Porventura, não teve oportunidade ou não quis ler com atenção os documentos, mas ainda assim, podia ter-me eventualmente interpelado, que certamente teria a oportunidade de ficar esclarecido. Depois fala em “descarbonização”, vai desculpar-me, não sei por qual dos projetos em concreto nós podíamos avançar, para além dos que já estão em execução no âmbito da ADRAT, que se chama “TROCO 2”, que está em ensaio, muito importante no que diz respeito a este mercado de carbono, a esta troca de direitos de carbono. Mas, ainda assim, acha que damos pouco contributo, quando vamos gastar mais de 3 milhões de euros em eficiência energética? Não estamos a dar um contributo importante para a descarbonização? Vai desculpar-me, mas sinceramente não lê os documentos, porque senão não afirmaria que nós não fazemos e que as nossas propostas não têm como prioridade a descarbonização. É não perceber a importância que tem naturalmente esse investimento, quer nos edifícios, mas também, no que foi na iluminação pública, no que diz respeito à eficiência energética. Depois, na digitalização dos processos, acabei de responder agora, porque de facto foi possível ter mais de 120 pessoas em teletrabalho, isso é porque claramente os processos estão digitalizados e têm, não só os instrumentos tecnológicos, como também, as pessoas estão capacitadas para utilizar esse tipo de ferramentas. Bom exemplo é este a que nós estamos a assistir, estamos a fazer uma Assembleia Municipal com 69 pessoas a intervir e a verdade é que o fazemos todos, com toda a naturalidade, com toda a normalidade. Está, portanto, aqui mais um bom exemplo da desmaterialização dos processos. Depois, não apostamos nas Associações e nas Entidades desportivas? Vai-me desculpar, apoiamos de forma decisiva e muito, e mesmo num ano como 2020, não houve qualquer atividade desportiva, nós estamos a apoiar as Associações na razão de 60% daquilo que era o apoio financeiro nos anos anteriores, sem nenhuma atividade. Portanto, sem nenhum custo associado ainda assim por uma questão de manutenção da capacidade operacional, administrativa e logística. Estamos a fazê-lo e vamos continuar, ainda fazê-lo na próxima reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Câmara com dezenas de milhares de euros para Associações da área cultural recreativa e de outras. Certamente, também não só o fizemos em 2020, como também as dotações que estão inscritas nos documentos previsionais, no caso concreto, no orçamento da despesa, expressam bem aquilo que é a nossa prioridade, relativamente a essa matéria. Esta é exatamente uma proposta que foi feita por causa desta realidade social que vivemos, uma proposta que naturalmente parte da incerteza, de uma grande incerteza que, naturalmente, marca qualquer percurso institucional, em contexto de pandemia marca ainda mais, mas faremos os ajustamentos que se tornem necessários, dotando e criando os instrumentos financeiros, se necessário for contratando empréstimos bancários, para que nós possamos concretizar, em cada momento, respostas necessárias e absolutamente essenciais para a nossa Comunidade. Depois que dizer sobre o apoio aos empresários locais? Então qual é o melhor apoio que se pode fazer à economia, o investimento público? Curiosamente, aqueles que agora dizem que o investimento público não é a solução, são aqueles que há pouco reclamavam que tinham que ter investimento público de apoio à economia e à sua atividade normal. Então em que ficamos? Já percebemos claramente que é o Estado que aqui naturalmente tem um papel importante, curiosamente, quer os tempos decorrentes da crise financeira do *subprime*, quer estes agora, já se percebeu que aqueles que defendem menos Estado, são agora os que reclamam mais Estado. É curioso, ou talvez não. Fica aqui esta nota: A melhor forma de nós apoiarmos os nossos empresários, os que se dedicam às atividades agrícolas, às atividades comerciais, à restauração, à hotelaria, é mantermos a actividade e, no momento certo, fazermos uma grande promoção porque eu acredito que Chaves no Alto Tâmega, mas em particular Chaves, tem e continua a ter, debelada que seja esta pandemia, uma nova oportunidade. Faremos aquilo que estávamos a fazer sim, em 2019, tinha sido um ano excepcional, a nível turístico, hoteleiro e de restauração e acreditamos vai ser possível novamente atingir esses objetivos. Com certeza que não serão a curto prazo, demoramos de 2, 3, a 4 anos, mas acredito que sim porque temos os instrumentos, as infraestruturas, os recursos, os produtos e as pessoas e, naturalmente, também a energia necessária para fazer esse trabalho e para concretizar esses objetivos. Portanto, contrariamente ao que defende, dizemos que sim, temos essa capacidade e temos essa determinação para o fazer. Depois, dizer-lhe que tem uma diferente abordagem, diferentes prioridades, vai-me desculpar, mas não as conheço, não foram explicitadas na discussão em sede de reunião de Câmara, e não foram explicitadas hoje, não conhecemos as vossas prioridades, não conhecemos os vossos projetos. Portanto, não conhecemos claramente, do conjunto muito significativo dos projetos que temos quais eram os que sacrificavam, os que não deixavam de fazer, e quais aqueles que fariam. Isso, sim estava à espera que a proposta dissesse, não concordamos com o projeto A, B, C e D. Estes dez projetos têm uma poupança de 10 milhões de euros, de 3 milhões de euros e entendemos que as nossas prioridades são estas, e esta. Claro que este é um Orçamento do PS, sim orgulhosamente um Orçamento do PS, porque mal estaríamos se fosse mais um orçamento do PSD. -----
Porque, se assim fosse, estaríamos certamente a falar de mais despesa sem ser produtiva, sim eu queria aqui recordar então já que falamos daquilo que eram as prioridades do passado, o que é que se fazia no apoio às Freguesias? Prometia e não se pagava, ou como aconteceu, prometia-se e demorava-se dois, três, quatro anos a pagar as transferências para as Freguesias. No último Executivo Municipal do PSD, durante dois anos, não houve um cêntimo de transferência para as Freguesias, é esse o caminho que querem seguir? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Portanto, eu estava à espera, por exemplo, que houvesse uma palavra de apreço no sentido de dizer ok, este Executivo em 4 anos consegue fazer várias coisas, consegue fazer investimento, consegue descer aos impostos, consegue apoiar as famílias, consegue reduzir os custos financeiros na ordem de um milhão e quatro mil euros para cento e sete ou cento e quatro mil euros, estava à espera desse raciocínio, mas infelizmente a política não permite que muitas vezes as pessoas tenham que dizer aquilo que resulta da gestão, da evolução e dos documentos. E, depois, também gostaria de dizer ainda que efetivamente a política tem destas coisas, quando não se tem argumentação fazem-se umas considerações apressadas e atabalhoadas, apenas para fundamentar o sentido de um voto contra. É certo que se percebe algum desconforto, quando um Autarca de umas das Freguesias do PSD fez, sem grandes ícones, sem grandes considerações elogiosas, mas que se submete àquilo que é a realidade. Depois dizer outra coisa, nós não queremos prometer para que outros façam. Por isso nós vamos fazer hoje e aí uma palavra, relativamente, à lembrança que o membro desta Assembleia, Fátima Pinto aqui trouxe, que foi o compromisso com os cidadãos, decorrente do Orçamento Participativo de Investimento. Fizeram os compromissos, sim, mas depois não cumpriram o essencial, que era dotar financeiramente esses investimentos com as dotações suficientes, para que as obras acontecessem, mas não, tiveram que ser outros. Portanto, claramente que este Orçamento é um Orçamento do PS, claramente é um Orçamento que é orgulhosamente do PS. Sim é esse o caminho que queremos trilhar, não queremos voltar atrás, não queremos gastar milhares ou milhões de euros em despesa desnecessária, com juros bancários, ou juros à banca. Não queremos voltar atrás com prazos de pagamento muito longos, não queremos voltar atrás com o Orçamento faz de conta, em que não se registam verdadeiramente todas as responsabilidades e todas as dívidas, não queremos voltar atrás queremos seguir em frente, porque o nosso caminho é da afirmação e é da liderança do Alto Tâmega. -----

Depois dizer, ainda quanto à intervenção **do membro desta Assembleia Fátima Pinto**, que fez umas considerações, que naturalmente agradeço, designadamente algumas lembranças e algumas notas que deixou aqui, que eu não tive oportunidade de as referir. Relativamente, **ao membro desta Assembleia, Gonçalo Alves**, reconhece que nós fizemos um esforço importante e relevante no que diz respeito à diminuição da carga fiscal, mas já não o acompanho no raciocínio que diz que deve defender a redução de IRS, isso não. A redução de IRS, iria prejudicar quem menos tem. Porque se nós reduzíssemos o IRS, seriam as pessoas, os cidadãos, os contribuintes, que mais recursos têm, que mais capacidade financeira têm, que iam ser premiados, entre eles eu. E, portanto, naturalmente não me identifico com essa visão liberal, identifico-me com mais uma visão social. Este milhão de euros vai ser para apoiar a economia local. É para apoiar os nossos comerciantes, é para apoiar a dimensão social, é para apoiar a renda, os medicamentos e outras coisas. Sim, é deste modo que se faz justiça social, uma justiça distributiva, porque de outra forma estaríamos sobretudo a devolver dinheiro a quem mais pode, não é essa a nossa visão, não é esse o caminho, sinceramente. O Município, tem aqui uma função de distribuição, daquilo que são os recursos públicos que são de todos, e que devem ser alocados a quem mais precisa. Depois, dizer-lhe outra coisa que começou por dar nota, e que depois não concretizou, nomeadamente sobre a redução que tivemos nos juros e nos encargos, particularmente, nos juros relacionados à banca, com a dívida pública. Como já percebeu foi uma redução absolutamente excepcional, provavelmente das maiores recuperações que aconteceram a nível dos 308 Municípios do País. Depois dizer que o investimento é muito grande,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

nós temos provavelmente o maior Orçamento real, sem falsos incrementos de receita, por via que sabemos que não existem, e é um grande Orçamento que permite fazer muito do que é necessário, não vai permitir fazer tudo é certo, mas vai permitir fazer muita coisa que é necessária e que, certamente, terá utilidade para os nossos concidadãos. Depois, dizer-lhe, relativamente às GEMC, senhor membro desta Assembleia, o esforço não vão ser cem mil euros, vai ser mais, e mais, porque como é que é possível, depois de uma trajetória muito positiva, sim depois de um incremento muito significativo de utentes, depois de uma melhoria da situação financeira, como é que a GEMC, Empresa Municipal que não pode aceder ao *layoff*, que não pode aceder a apoios públicos desta natureza, estando inativa um grande período de tempo, não tendo receitas num período significativo de tempo por parte dos parquímetros, mas também sobretudo com um decrescimento da atividade da área do termalismo que sabemos todos superior a 60%, como é que podia dar um resultado positivo. Não, não vão ser cem mil euros, vão ser mais, sabe que vamos agregar à rubrica que para quando houver prestação de contas e será em abril, o Município possa naturalmente acomodar financeiramente e dar resposta para que a atividade desta empresa tão relevante e, que não se esgota na atividade operacional, possa continuar a ser mantida e possa ajudar a dar o salto de crescimento de afirmação da nossa economia que tanto precisamos. Depois dizer sim sabemos que há compromissos que ainda não cumprimos, que estão identificados, continuam a ser objetivos que nós queremos perseguir. Sim são coisas que fazem falta, são coisas que há muito tempo deviam estar feitas, mas ainda não estão feitas, mas nós temos a energia e a vontade de as poder concretizar. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. “Caro senhor, Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, caros membros eleitos, caros Presidentes de Junta, caros vizinhos. Obviamente, que aceitamos o desafio de a seu tempo, apresentarmos as propostas e desafios que as eleições autárquicas do próximo ano nos colocam, juntamente com o nosso candidato. Teremos o nosso programa e uma coisa vamos exigir, e já exigimos publicamente ao nosso candidato: assim que for eleito Presidente de Câmara, tem seis meses para falar do passado. Findo esse tempo, deve indicar-nos um futuro, com uma proposta de esperança em que seja o Presidente de todos os flavienses e que não seja assumidamente o Presidente apenas dos que o elegeram. Era isso senhor Presidente”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efetuar alguns esclarecimentos. -----

“Será muito bem-vindo ao combate Autárquico, queremos naturalmente todos ter toda a disponibilidade para discutir as prioridades e o conhecimento real do Concelho. Estaremos disponíveis para discutir o passado, o presente e o futuro, sem ataduras, sem limitações, discutiremos planos. Mas como eu acredito que serei candidato que ainda não sou, nessa altura, naturalmente terei toda a disponibilidade para discutir todas essas questões. Senhor membro desta Assembleia Municipal, quem não conhece o passado, não merece ter futuro. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com quarenta e sete votos a favor, catorze votos contra e quatro abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, António Manuel Pires de Almeida, Fernando Luíz Lopes Moreira, Nuno André Monteiro Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Júlio Eliseu dos Anjos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Domingos de Moura Alves, Maria Adalgisa P. F. Silva Babo, José Francisco de Resendes Carreira, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Luiz Mário Alves Carneiro, José Manuel Sarmiento Morais Caldas e Ricardo Vassal Coutinho.-----

Presidentes de Junta de Freguesia: Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira; Anelhe - Arlindo Santos Costa; Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro; Calvão e Soutelinho da Raia – António Manuel Rua Reis; Cimo de Vila da Castanheira – Lígia Maria Chaves Silva; Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Fernando Alberto Barreira de Moura; Ervededo – André Lourenço da Silveira; Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto; Mairos - Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras - António José Lopes; Outeiro Seco – Carlos Alberto Batista Xavier; Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus; Planalto de Monforte(Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia; Redondelo - Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira - Rui Alberto Trinta Pintor; Santa Leocádia - João Manuel Teixeira Pereira Borges; Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira; Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva; Santo Estêvão - Maria José Sena Barros; São Pedro de Agostém - Pedro Manuel Pereira Barroco; Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha; Travancas e Roriz – Filipe Maldonado Pinto; Valdanta – Jorge José Pereira de Carvalho; Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues; Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia - António Carvalho dos Reis; em representação das freguesias de Vilela Seca e Vilela do Tâmega, Luís Jorge Martins Fernandes e Ramiro Figueiredo dos Santos, respetivamente.-----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, André Fontoura Faria, Anabela Maria Neves Martins, Jaime Esteves de Abreu e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Adelino Júlio Ramada Parada. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Raúl Miguel Matos Cunha. -----

Juntas de Freguesia: Loivos e Póvoa de Agrações - Cecília Maria Silva A. Alves e São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação, os seguintes membros: Maria Aline Silva Ferreira Caetano, do PS; Ernesto Salgado Areias, do PS; Clara Maria Pinto Dias Lopes, do PS; Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, do PSD; Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar; Faiões - Octávio Rodrigues Bastos; Lama de Arcos - João Ramos Duro; Nogueira da Montanha - António Lopes; Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos e Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro. -----

O membro desta Assembleia Municipal, **Gilberto Gomes Alves**, do **PSD**, fez a seguinte declaração de voto: “Deste instrumento eu queria elogiar uma coisa que é a eloquência com que o senhor Presidente nos transmite uma ideia, pelo facto de que se trata de uma gestão autárquica altamente elogiável, um autarca de excelência, isso eu tenho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

que elogiar. No plano, parece-me que o Concelho só é constituído por Chaves e Vidago. Acho que há muitas aldeias desprotegidas, há muitas estradas que estão em muito mau estado. Não posso votar a favor de um instrumento que para mim apresenta estas deficiências. A minha declaração de voto é que votei contra, porque não concordo com o Orçamento”. -----

PONTO 7 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021. PROPOSTA Nº 62/GAP/2020. --

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Muito boa tarde, renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e naturalmente, a todos os eleitos. Dizer que a proposta, quanto aos considerandos que a estruturam e que a explicitam, têm vindo a ser os mesmos desde há três anos e, que traduzem uma diminuição da taxa que está ao alcance do Município, neste caso para o valor mínimo. Dissemos em 2018 que era nossa intenção chegar ao fim do ciclo autárquico deste mandato, para podermos concretizar e fixar a taxa no valor mínimo e aí está a proposta que prometemos que íamos fazer e se concretiza na taxa legal mais baixa do IMI, de 0,30%. Estamos a falar de uma proposta que traduz o final de um processo que gostaríamos que se mantivesse assim para o futuro e que tem permitido, às famílias que têm habitações e, portanto, têm obrigação de pagar IMI, uma redução significativa dos encargos com este imposto. Eu permitia-me dizer que nos 4 anos de mandato deste Executivo, naturalmente, foi possível poupar a estes proprietários, valores ainda assim consideráveis. Se nós pensarmos por exemplo num imóvel com o valor de 50.000 €, no prazo dos 4 anos, estaremos a falar de uma poupança no valor de 62 €, mas num imóvel com um valor de 100.000 €, estaremos a falar de uma poupança de 124 € e assim sucessivamente. E claro está naquilo que são as edificações que tem o valor patrimonial mais relevante, se por exemplo tiver o valor de 200.000€ estaríamos a falar 248 €. Mas, queria também aqui deixar nota de outro aspeto que me parece merecer destaque tem a ver com o facto de esta proposta da nossa política fiscal ter objectivos de justiça equitativa e distributiva porque, apesar de termos reduzido o encargo para os contribuintes cumpridores, também conseguimos trazer para o sistema aqueles que não cumpriam, e deste modo fez-se a curvatura do círculo, que é diminuir a taxa mas aumentar a receita e, portanto, tem sido este objectivo numa lógica de fazer com que haja mais justiça fiscal. Isto tem sido possível, e posso hoje dizê-lo, porque desde o primeiro ano contratamos em avença, uma pessoa que está nas finanças e tem como tarefa prioritária tornar mais eficientes os tributos, os impostos de cariz Municipal. Tinha eu a noção há muito tempo que o Estado que é a entidade que cobra os impostos municipais e, que por isso é remunerado por esse serviço, renegava para o fim os impostos municipais e o que nós quisemos foi dar relevância também a estes impostos. Portanto, estamos perante uma proposta que reduz a taxa e, conseqüentemente, o imposto a pagar para quem já pagava, e faz entrar para o sistema aqueles que habitualmente não pagavam. Estamos num contexto de pandemia, de redução de receitas fiscais porque, efetivamente a situação financeira económica do Município vinha melhorando, atrevo-me a dizer que teremos conseguido, no final de 2021, uma redução de cerca de 17 ou 18 milhões de euros de dívida. Isso é muito importante e quer dizer que que ganhámos novamente autonomia e capacidade para novamente contratar empréstimos, e fazer os investimentos que tão necessários são, ainda, no nosso Concelho como, por exemplo, uma piscina descoberta há tanto tempo ambicionada e nunca executada, desbaratando sucessivamente capacidades e fundos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

de financiamento absolutamente generosas e outros. Estamos, portanto, a falar da receita e isto é claramente o resultado, na minha perspectiva, de uma gestão responsável e criteriosa”. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo **PS**. “Boa tarde a todos, renovo, naturalmente os meus cumprimentos. Em relação a este imposto, dizer o seguinte: o Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista propõe assim pelo quarto ano consecutivo, a redução da taxa do Imposto Municipal sobre imóveis para os prédios urbanos, fixando-o em 0,30 para o ano 2020 a liquidar naturalmente em 2021, estimando-se uma receita de 4.259.611,57 cêntimos. O Imposto Municipal, IMI, como sabem, é um imposto incidente sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos, constituindo receita dos Municípios onde os mesmos se encontram localizados. Assim ao propor a diminuição da taxa de IMI de 0,313, para 0,30, a Autarquia abdica de 185 mil euros e de mais de 2 milhões de euros caso aplicasse a taxa máxima permitida por lei. Uma medida que tem permitido diminuir a carga fiscal sobre as famílias, flavienses contribuindo para o aumento do seu rendimento familiar, particularmente relevante no atual contexto de pandemia. Mas que, sobretudo, traduza execução do compromisso eleitoral assumido pelo Partido Socialista, com os flavienses nas últimas eleições autárquicas. A proposta mantém, também, o benefício fiscal para a família com filhos com redução de 20, 40 e 70 euros em função do número de dependentes, um, dois, três ou mais, respetivamente, que compõem o agregado familiar do proprietário. Mas importa também realçar a visão e a estratégia da Autarquia, consubstanciada nesta proposta para a regeneração Urbana e revitalização do Centro Histórico da cidade, através da redução de 15% da taxa de IMI em prédios urbanos localizados, na ARU, que não estejam, em ruína, degradados ou devolutos e, da redução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos, arrendados, localizados na ARU, do centro histórico, que pode ser cumulativa com a anterior. Em relação a esta matéria, também a Autarquia demonstra claramente a sua sensibilidade social, ao não manter a majoração de 30% da taxa de IMI a aplicar a prédios urbanos degradados e, de não triplicar a taxa de IMI prevista para prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de 1 ano, tendo em conta, naturalmente, a atual conjuntura económica. Em resumo esta proposta, para além de observar o compromisso assumido, tem como objetivo apoiar as famílias flavienses face aos constrangimentos provocados pela pandemia de Covid-19, juntando-se às medidas já lançadas e anunciadas anteriormente, no Ponto 4 de apoio àqueles que têm menos recursos. Dizer que o Município de Chaves, foi um dos 52 Municípios que em 2019, decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar nas cobranças no ano 2019. Apesar de a decisão em reduzir o valor da taxa de IMI, o Município de Chaves lidera e faz parte dos 5 Municípios que apresentaram um aumento do valor da coleta. Portanto, de 4 milhões 268 mil 579 euros em 2018, para 4 milhões 421 mil 176 euros em 2019. Resultado de uma maior justiça fiscal e social, como foi tão bem explanado, pelo senhor Presidente da Câmara. Os dados constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Nesta publicação, para além, daqueles que já foram referidos também, no ponto anterior. Dizer que Chaves, surge na 17ª posição a nível Nacional dos Municípios que apresentaram uma maior diminuição da dívida total. Embora se entenda que, o Município também não tem como objetivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação resultados económicos apresentados, sobretudo os resultados operacionais, onde Chaves figura na 10ª posição dos Municípios, com melhor resultado operacional em 2019. Assim e porque tem sido uma gestão Autárquica, rigorosa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

criterosa, mas sobretudo, eficiente, protagonizada pelo atual Executivo Autárquico, tem permitido aliviar os encargos das famílias flavienses, ao mesmo tempo que se realiza um importante e significativo investimento, como referido anteriormente pelo senhor Presidente da Câmara. Pelo exposto o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará naturalmente, a favor da proposta, mas ao contrário até dos argumentos invocados pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia de dezembro de 2019, não votamos a favor porque esta proposta não tem qualquer efeito nas receitas do Município, votamos a favor desta proposta porque ela tem, sobretudo, efeito no orçamento das famílias flavienses”. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. “Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, caros membros leitos, Presidentes de Junta, caros vizinhos. Analisado o teor da presente proposta, e tendo em consideração a aplicação da taxa mínima de 0,3% de imposto municipal sobre imóveis para os prédios urbanos, as minorações de 15% da taxa de IMI previstas, bem como a não aplicação temporária das majorações previstas nos termos do CIMI, por força da atual conjuntura económica que resulta da pandemia COVID-19, o Grupo Municipal do PPD/PSD entende votar favoravelmente a proposta apresentada. Todavia, o Grupo Municipal do PPD/PSD entende fazer notar que apesar da proposta de redução da Taxa de IMI a receita prevista para este imposto (4.259.611,47 € – 2021) é superior em 7.218,04 € ao valor orçamentado em 2020 (4.252.393,43 €)”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas: -----
“Muito boa tarde, novamente. Cumprimentos reiterados. Para dizer, somente que percebemos claramente, a posição do PSD, com resistência e com esta dificuldade de votar a favor, ainda tem aqui um considerando, *um todavia*, *um contudo*. Só para dizer a esse *todavia* e a esse *contudo*, que há regras relativamente aos documentos previsionais e há regras relativamente no que concerne à receita. E, portanto, é na aplicação criteriosa desses critérios antes do POCAL, agora SNC-AP que se fazem essas contabilizações. Dizer-lhe também, que na minha visão particular o incremento da receita é uma nota positiva e não uma nota negativa, por duas razões: primeira, porque traduz maior justiça fiscal, significa que quem não pagava, passou a pagar e segunda porque permite ao Município fazer a tal justiça distributiva e a tal compensação social, e é esta nota que me parece importante, dizer. Como sabem há também muitas famílias que têm isenção de IMI. E, portanto, as famílias que têm os rendimentos de trabalho de valor reduzido e que têm imóveis com valor inferior a 67 ou 70 mil euros não pagam IMI, portanto, significa que estamos a falar naturalmente de famílias que têm capacidade financeira que antes não pagavam e que tinham isenções que não deviam ter e que agora em resultado de algumas atualizações, têm um encargo. Mas eu entendo que as sociedades serão mais justas e mais equilibradas quando efectivamente, quem mais tem, mais deve contribuir para esse esforço coletivo”. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2020 E A COBRAR EM 2021. PROPOSTA Nº 63/GAP/2020. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

“Boa tarde, reitero os cumprimentos. Dizer que esta proposta, que está estruturada sob o N°63/GAP/2020, tem um conjunto de considerandos, quanto aos fundamentos em que se escora. Mas no essencial e de forma muito sintética, podemos dizer que esta proposta hoje apresentada é feita num contexto distinto da que foi feita a ultima do ano anterior, porque é feita tendo já em atenção um regulamento municipal de benefícios fiscais, que foi aprovado pelos órgãos deste Município e, nesse contexto, tendo em atenção que naturalmente e com algum grau de incerteza, relativamente, àquilo que é a receita que possa ser associada a este imposto, estamos a falar de um imposto que só é devido para as empresas que tenham lucro. Portanto, as empresas que não tenham lucro, não pagam este imposto, como é sabido, pois trata-se de um adicional ao IRC. Esta proposta protege sobretudo a economia local, e os empresários locais, porque diz respeito apenas às empresas que tenham sede fiscal no Concelho de Chaves, estando isentas do pagamento desta Derrama todas aquelas que tenham um valor de negócios igual ou inferior a 150 mil euros. E, relativamente às empresas com sede fiscal no Concelho que tenham entre 150 mil euros e 300 mil euros, também estão isentas do pagamento deste imposto de Derrama, desde que tenham nos últimos dois anos tenham criado e mantenham um posto de trabalho, no caso das microempresas, três postos de trabalho no caso das pequenas empresas e seis postos de trabalho no caso de médias empresas. E, portanto, é como já se percebeu um imposto que sobretudo procura introduzir mais justiça social, no sentido que as empresas que tenham naturalmente um lucro significativo e que não se enquadram nestes limiares que foram antes enunciados, naturalmente possam contribuir para aquilo que é o esforço da comunidade coletiva, para os investimentos que são necessários nas várias dimensões. Preferencialmente, o que nós estamos aqui a propor é que efectivamente, no caso concreto, esta receita possa ser alocada no Âmbito da Proteção Civil, estando nós a equacionar construir, para o ano, um Centro Municipal de Proteção Civil. Mas também, a aquisição de alguns equipamentos, sendo que é um esforço importante, ao mesmo tempo que temos um projeto importante de reabilitação do centro histórico que está neste momento em fase de diagnostico e com certeza serão bem-vindos todos os investimentos. Por isso temos a expectativa este ano, com base nestas condições, que o PSD nos acompanhe sendo certo que no passado não o pode fazer pelas razões que todos conhecemos”. -----
Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**. “Muito boa tarde, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Membros da Assembleia, funcionários de apoio, comunicação social e público presente. Em relação a esta questão da Derrama, há aqui tal e qual como pôs o senhor Presidente da Câmara a sílaba tónica, o esforço do erário municipal tem sido uma preocupação deste Executivo. A essa circunstância não será alheio o facto da edilidade há muito se encontrar bastante comprometida por compromissos financeiros assumidos pelos anteriores Executivos. Além dessas obrigações que, podendo surgir como herança natural apesar de não desejável, a verdade é que V. Ex.^a, senhor Presidente, bem como os vereadores, têm trabalhado de forma árdua e assertiva, o que possibilitou a melhoria geral do estado das nossas finanças. A esse louvável e notável esforço têm acrescentado um empenho em termos organizacionais que merece o devido destaque. No caso em apreço a Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais prevê a criação de regulamento de atribuição dos benefícios fiscais do Município, o que vieram agora concretizar, ou seja, sete anos após



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

a publicação desta lei, trazendo assim à luz do dia um mais eficaz e transparente meio de obter a cobrança de receitas. Parabéns, senhor Presidente. Relativamente à proposta em si, estabelece a mesma uma situação equitativa, justa e que traz benefícios quer às empresas, quer aos cidadãos, funcionando como um estímulo à instalação de novas empresas no concelho de Chaves. Por tais motivos o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente esta proposta e, mais uma vez aqui nos regozijando, por todo o excelente trabalho desenvolvido”. -----

Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos. “Muito boa tarde, a todos. No seguimento da proposta que está aqui a ser apresentada queria pedir aqui dois ou três esclarecimentos, em termos de enquadramento. Estamos perante uma proposta que é um imposto que vai incidir sobre o IRC das empresas embora, aqui estejam definidos critérios para a isenção das empresas sediadas no Concelho de Chaves. Temos aqui a questão dos 150 mil euros e dos 150 mil euros a 300 mil euros conforme seja a categoria da empresa micro, pequena, ou média empresa. Mas o certo é que nós no nosso Concelho, temos diversas empresas que ultrapassam estes valores, nomeadamente, farmácias, empresas de distribuição, hotelaria. Eu gostava de questionar como é que foi definida a questão de microempresas com um posto de trabalho; no caso das pequenas empresas, três postos de trabalho e nas médias empresas, seis postos de trabalho. O que define o IAPMEI não é assim, porque não foi atendida essa situação, em que nós temos como microempresas todas as empresas até nove trabalhadores, as pequenas empresas de nove quarenta ou cinquenta trabalhadores e daí para cima as médias empresas. Portanto, aqui a nível do critério, acho que deveríamos salvaguardar as empresas do nosso Concelho. Quando o membro desta Assembleia, Rui Pinheiro, diz que poderão ser um incentivo à instalação de empresas no nosso Concelho. Temos que ter em atenção que para nós termos empresas com alguma dimensão também temos que ter alguns incentivos. E se nós olharmos para o volume de facturação, embora todos nós sabemos que o imposto vai incidir sobre os resultados positivos e sobre o IRC, sujeito a tributação, mas o certo é que me preocupa este 1.5, nesta fase difícil das empresas. Todos nós sabemos, de uma forma geral, que as empresas irão ter uma quebra este ano, com esta situação da pandemia, mas como é lógico, queria deixar aqui este alerta e esta preocupação, principalmente deveríamos alargar um pouco mais esta questão do volume de faturação das empresas, sediadas no nosso Concelho. As empresas que não estão sediadas no nosso concelho aí sim essas devem ser taxadas de acordo com o que está aqui a ser discutido. Apenas um pequeno esclarecimento e um alerta que deixo aqui”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
“Boa tarde, gostaria naturalmente de poder esclarecer aqui algumas das questões que foram suscitadas, pelo senhor Presidente de Junta da União das Freguesias e dar aqui umas notas que serviram para esses esclarecimentos. Dizer que as questões destes parâmetros, relativamente às isenções, constam do Regulamento Municipal de benefícios fiscais que tive oportunidade de falar há pouco. Quaisquer alterações a essas condições ou a esses requisitos, têm que ser feitos em sede própria, na alteração a este regulamento. E, portanto, se essas propostas podem fazer sentido, tinham que discutidas e apresentadas no momento em que este documento foi apresentado, discutido e validado na Assembleia Municipal. A alternativa é entre fazer e não fazer e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

portanto, entre conceder essa isenção e não conceder essa isenção. Essa discussão, não pode validamente ser tida neste momento, porque, como já perceberam, no ano passado um dos motivos pelo qual nós não pudemos isentar a zero as empresas com sede no Concelho, foi pelo facto de não termos este regulamento, facto que até motivou um voto contra do PSD e algumas considerações que fizeram na comunicação social, na minha perspetiva pouco fundamentadas. Portanto, cá está o regulamento e este enquadramento e nesta medida bastante explicitada quanto aos fundamentos. É num contexto de regulamento que se definem esses critérios e não temos necessariamente de tomar por referência aqueles que o IAPMEI, toma ou porventura que outras entidades de apoio fazem. Naturalmente foi uma discussão, que fez parte da proposta inicial e que foi aceite pelos membros da Assembleia Municipal de forma unânime. Dizer também que, efectivamente, estamos perante um imposto que incide sobre as empresas, portanto, só é um imposto que existirá se houver lucros. Porque, se no caso em concreto desse exercício não houver lucro, e estamos a falar num contexto, num ciclo financeiro e económico de grande dificuldade que naturalmente, levará muitas empresas a apresentar prejuízos, essas naturalmente não irão pagar Derrama. Porque a Derrama, incide só sempre, e quando exista lucro. Por outro lado, nós também não podemos fixar Derrama sobre as empresas que não têm sede no nosso Concelho, uma das condições que existe para que possam pagar Derrama, é ter sede no Concelho. As que têm sede fora do Concelho pagam Derrama sim, no Concelho onde têm a sede social, se porventura nesse Concelho estiver fixado este imposto. Depois, dizer também, que o tal Regulamento ao abrigo do qual se faz esta proposta de isenção pretende naturalmente abranger mais empresas com sede em Chaves, no sentido de efetivamente fazer uma discriminação positiva. Também esse mesmo regulamento tem um conjunto de incentivos fiscais que permitem a fixação de empresas, por exemplo, permite que algumas empresas, nestes últimos anos, tenham beneficiado de terrenos a preços simbólicos; tenham beneficiado por exemplo de reduções até 95% ou 90% das taxas municipais; que beneficiem, por exemplo, de benefícios fiscais no que concerne ao IMI e ao IMT. É esse Regulamento Municipal de benefícios fiscais que enquadra tudo aquilo que são a panóplia, o quadro, o enquadramento fiscal do Município a nível dos benefícios fiscais, para perceber exatamente qual é a receita que se deixa de ter por causa disso mesmo. Isso também consta nos documentos previsionais, está aí um documento que diz qual é a receita que nós estimamos perder com algumas isenções fiscais que concedemos. Portanto, são estas as razões naturalmente e por isso quer me parecer que ainda que se possa discutir no futuro a questão da amplitude dos critérios, e designadamente a afetação em termos de trabalhadores em função da dimensão das empresas. Neste momento isso não pode ser feito pelas razões que eu antes expliquei”.

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. “É só para definir o nosso sentido de voto, tendo em conta que as empresas com sede em Chaves, poucas ficam isentas das exceções, vamos abster-nos na votação deste ponto”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efetuar, um pequeno esclarecimento sobre esta última intervenção, do membro desta Assembleia, Carlos Afonso. “Se nós quiséssemos isentar todas as empresas com sede em Chaves, isso significaria que não podia haver Derrama. É só isto que digo, se isentássemos todas as empresas com sede em Chaves, significa que não lançaríamos a Derrama e iria naturalmente em linha de contradição sobre as muitas decisões que os executivos do PSD, fizeram no passado. Fica aqui esta nota”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do PSD. “A argumentação que acabei de referir, vai de encontro à argumentação que eu referi anteriormente, na votação do orçamento”.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara ausentou-se, para participar numa reunião por videoconferência com o Conselho Regional do Norte da CCDRN, ficando a substituí-lo, **Francisco António Chaves de Melo**, Vice-Presidente da Câmara. Antes da sua saída, fez a seguinte saudação: “Aproveito esta oportunidade para desejar a todos, sem exceção, um final de ano em segurança e em saúde. Umas festas de Natal e de Ano Novo, também em segurança mantendo todos os cuidados que possam garantir a segurança, sobretudo daqueles que têm mais riscos para a sua saúde. Sendo, embora, umas festas diferentes dos outros anos, que seja um final de ano feliz, auspicioso e que em 2021, possamos ter um ano diferente do que estamos a terminar. Obrigado a todos e boa tarde”.

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e seis votos a favor e treze abstenções.

PONTO 9 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2021. PROPOSTA Nº 61/GAP/2020.

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal.

“Cumprimentos a todos. Dizer que sobre as taxas de direito de passagem, a necessidade de as criar tem a ver com o facto de as anteriores taxas de ocupação do subsolo, terem sido consideradas após várias decisões dos Tribunais como não estando na esfera da Autarquia aplicá-las, por isso constituir uma dupla tributação às empresas. Como tal a Autarquia tem poderes para aplicar taxas de direito de passagem sobre a rede de serviços eletrónicos. É isso que se pretende fazer, é óbvio que os valores referentes a estas taxas de direito de passagem são muito inferiores às antigas taxas de ocupação do subsolo. Contudo, prevê-se que aplicando a taxa de 0,25% sobre a percentagem da faturação mensal das empresas desta área, seja possível uma receita praticamente insignificante na ordem dos 10 mil euros ano. Contudo, é importante a recolha desta receita tanto mais que a ação das empresas na utilização do subsolo para serviços electrónicos, e de redes, acabam sempre por criar restrições e alterações do próprio piso, das vias que depois têm que ser reparadas e eles normalmente reparam-nas, mas não ficam bem. E estes 10 mil euros, quase nem chegam para esse serviço de reposição, após terem sido feitos os primeiros trabalhos, como é do conhecimento de todos. Por isso, a Autarquia pede à Assembleia Municipal, que possa aprovar a aplicação desta taxa de 0.25%, sobre a percentagem da faturação mensal das empresas, para as redes de serviços electrónicos”.

Não houve intervenções.

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 10 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº78/GAP/2020.

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. “Boa tarde, continuação de bons trabalhos. Sobre o Conselho Municipal de Segurança, darmos nota que em 1998, saiu legislação que propiciaria à sua criação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

contudo ele só reúne pela primeira vez em 2008 e depois dessas reuniões não houve grande atividade desde conselho. Foi a Lei que habilitou a criação destes conselhos, a lei é de 1998. Na sequência desta lei, é criado pelo Município em 2008, o conselho municipal de Segurança do Município de Chaves que reuniu uma vez ou duas vezes. Posteriormente, nunca mais reuniu. Em 2015, saiu uma nova lei que gere o modo de constituição e funcionamento. Contudo, também não foi alterada em 2015, a composição porque ele próprio não reunia. Em 2019 surge uma nova alteração, que cria um novo formato neste conselho municipal de Segurança, que tem um formato alargado onde é que participam várias entidades e depois um formato restrito que reúne mais vezes e que tem uma quantidade de entidades menor. De tal maneira que já se fez uma primeira reunião, dos membros que estão designados a partir da própria lei para se criar um regulamento que atualize a composição do conselho municipal de segurança e que o adequa às novas normas legais, nomeadamente às alterações que sofreu a lei em 2019. Essa proposta foi vista e revista por esses membros que estão diretamente designados. Contudo há alguns membros que só podem ser designados após a aprovação deste regulamento pela Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara. Por isso o que se pede à Assembleia Municipal é que se pronuncie sobre este regulamento no sentido de o aprovar para que o conselho municipal de Segurança se possa constituir já com o novo figurino legal. Enquanto a Assembleia Municipal não se pronunciar não é possível constituirmos o conselho municipal de segurança sobre a nova lei. Por isso pedimos que votem a favor desta proposta que foi à reunião de Câmara para que se possa depois instalar, quer o conselho alargado, quer o conselho em formato restrito. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. “Muito boa tarde, um cumprimento a todos os membros, e um cumprimento especial ao senhor Presidente em exercício Francisco Melo, é com gosto que interagimos. Da minha perceção da sua explicação pareceu-me entender que houve apenas uma única reunião do conselho municipal de Segurança no atual formato. Percebi bem?” -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, efetuou um pequeno esclarecimento, sobre a questão colocada pelo membro da Assembleia Municipal, Carlos Afonso, afirmando que no atual formato, nunca reuniu. Como era necessário construir um documento para se apresentar à Assembleia Municipal, que venha a dizer como é que o conselho vai funcionar, entendemos fazer uma reunião prévia à sua instalação, porque a lei, define que há determinados membros, como por exemplo, o senhor Presidente da Câmara que preside, um delegado do ministério Público, que é membro, os Bombeiros, etc, ou seja, que estão definidos claramente na lei quem são, então convocamos essas pessoas com a finalidade de se debruçarem sobre um texto de regulamento, para propormos à Assembleia Municipal. Essas pessoas propuseram por exemplo, na definição do representante das atividades económicas, culturais e desportivas que houvesse um representante de cada um dos sectores. Podiam ter resolvido que tinham que ser cinco representantes de cada um desses setores, ou seja, porque a lei não determinou o número mínimo. Nessa altura propôs-se três, isto é, o que nós entendemos é que se esses membros que são obrigatoriamente membros por força da lei, no conselho municipal de Segurança se pronunciassem sobre o resto da composição que não está naturalmente definida em lei, nos quantitativos e nas entidades. Depois, quando este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

regulamento estiver aprovado, essas pessoas já podem designar as que faltam, que não estão expressamente designadas em lei, para que o conselho se constitua integralmente. Por isso, não é que tenha havido uma reunião do conselho municipal de Segurança, só pode reunir depois deste regulamento estar aprovado. Quem reuniu foram os membros, que já são membros independentemente deste regulamento. Ou seja, a maioria dos membros que vai constituir este conselho já foi ouvida e acertaram nesta proposta, contudo, é uma proposta a que a Assembleia Municipal pode sugerir alterações ou outras visões sobre isto, que depois terá que ser apreciado novamente por estas pessoas. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, fez um esclarecimento. “Tomei parte nessa reunião, de facto a lei diz concretamente quais são os membros que a própria lei consigna, designadamente o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal, o representante do Ministério Público e outros. E, nessa reunião em que eu participei, o que ficou combinado e acordado, por consenso entre todos, foi esta proposta, que aqui vem a esta Assembleia. Necessariamente que a competência de aprovar este regulamento é da Assembleia Municipal. Portanto, vem aqui para isso e a proposta é nesse sentido. É apenas uma pequena contribuição que queria dar para este debate.” -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo **PSD**. “Sim, vou ser breve. Obviamente manifestar concordância com a proposta, votaremos favoravelmente. Todavia gostávamos que ficasse registado em Ata, que fazemos um apelo veemente para que este conselho Municipal, ao contrário de outros, reúna efetivamente. Até pelo contexto que vivemos era importante que quanto antes fosse instalado, funcione e reúna efetivamente. Desejando que daí resultem, digamos, conclusões importantes para a segurança dos cidadãos e vizinhos da nossa Terra. É um apelo que faço, face à proposta que nos é aqui apresentada”. -----

Nuno André Monteiro Coelho Chaves, pelo **PS**. “Em relação a esta proposta de Regulamento naturalmente, que o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará favoravelmente e acompanha também aqui a posição do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, no sentido de que este conselho, efetivamente reúna. Apesar de estar definido também no regulamento a obrigatoriedade de o conselho restrito ter que reunir bimestralmente e o conselho alargado trimestralmente. No entanto gostaria também, face à importância e à pertinência do tema de tecer aqui um conjunto de considerações. Isto porque as questões de segurança têm naturalmente assumido uma importância acrescida naquilo que diz respeito à qualidade de vida dos cidadãos e, em particular dos nossos concidadãos. Claro está que Chaves é um Concelho seguro não é com índice de criminalidade inferior a 26 crimes por cada 1000 habitantes mas, a ocorrência de determinados crimes que pela sua gravidade contribuem naturalmente para que se instale um sentimento de insegurança por parte da população e em particular da população mais idosa e vulnerável. No Município de Chaves nos últimos 5 anos, foram registados pelas forças de segurança em média 1081 crimes anualmente. Portanto, dos quais cerca de 34 dizem respeito à furtos em veículos motorizados, 59 crimes de furto em residências e 40 crimes de furto em edifícios comerciais ou industriais. Mas globalmente tem se registado uma tendência de descida. em sentido contrário. Portanto, os crimes de violência doméstica tem registado uma tendência de crescimento e, portanto, o Concelho de Chaves regista em média 83 crimes de violência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

doméstica nos últimos 5 anos. Estes números devem merecer a nossa especial atenção e a nossa preocupação no sentido que se proceda à avaliação dos dados relativos a este tipo de crime com a consequente apresentação de propostas de ações que contribuam naturalmente, para a sua prevenção e mitigação através da definição, clara de estratégias de prevenção, sensibilização e informação numa lógica de desconstrução. Portanto, são estas ações e propostas que contribuam para a mudança de atitudes e comportamentos, bem como, assim do reforço da proteção das vítimas de violência doméstica e da criação de uma efetiva rede articulada de respostas que corresponda às necessidades do Município, no sentido de serem reforçadas as respostas de proximidade nomeadamente nas escolas e, nas Freguesias. Em relação à sinistralidade rodoviária com alguma frequência ocorrem acidentes, de onde resultam feridos nalguns casos de grande gravidade em resultado de despistes e atropelamentos. Mas queria também, chamar a atenção para a problemática dos incêndios florestais, Chaves entre 1 de janeiro e 15 de outubro de 2020, foi o quinto Concelho com maior extensão de área ardida com 72 incêndios rurais. Aqui terá que haver naturalmente a definição de uma estratégia, clara que tem que passar forçosamente pela prevenção e sensibilização, da população para este problema. Portanto, considerando as ocorrências registadas e sobretudo, atendendo à sua diversidade é, fundamental efetuar o levantamento dos fatores que as podem potenciar e tomar medidas adequadas para a sua redução e possível iluminação, sendo necessário adequar os organismos municipais a esta realidade através, de uma estreita articulação entre todas as entidades que têm intervenção ou que estão envolvidas na prevenção da segurança da nossa população. Respeitando, evidentemente aquela que é competência de cada uma destas entidades. Por isso o conselho municipal de segurança de Chaves terá de ser uma entidade que no âmbito Municipal, com funções de natureza consultiva de articulação, informação e cooperação aprofunde o conhecimento, formule propostas e emita pareceres relativamente, aos problemas de segurança, criminalidade e exclusão social na área do nosso Concelho e, que tenha como principal objetivo contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do Município reconhecendo que das ações concertadas entre as várias entidades envolvidas nesta matéria seguramente se conseguiram atingir os objetivos com mais eficácia”. -----

António José dos Santos, pelo **PSD**. “Sendo tão importante o conselho municipal de segurança porque só agora é que alguém se lembrou de vir com este conselho municipal para fazer alterações ao seu regulamento? Então durante este tempo todo e nalgumas intervenções minhas já tinha feito esse apelo a que reunisse o conselho municipal de Segurança. Nunca ninguém quis saber, nunca fez falta e agora de repente vem-se a constatar que é um órgão importantíssimo e que faz muita falta, já houve incêndios, já houve o Covid e muitas coisas mais. Mas, no passado, nunca ninguém quis saber disso. Portanto, é bom que nós nos lembremos de que as pessoas deixaram passar o tempo, já passaram 3 anos principalmente dos membros da Assembleia Municipal, que faziam parte deste grupo e que nunca reuniram. Isto é que é de lamentar, 3 anos que nunca reuniu e vêm agora com tanta pressa, é só por isso que deixo aqui o meu reparo”. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo** usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas: ---
“Boa tarde, novamente. A questão dos *timings* é uma questão interessantíssima, porque se a lei é de 1998 e, a primeira reunião foi em 2008, na altura Governo do PSD e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

passaram de 1998 para 2008, 10 anos. Depois em 2015 saiu uma nova lei e na altura o Governo era do PSD não adaptaram o regulamento de funcionamento do conselho à nova lei. O que significa que nós apanhámos depois um conselho que não podia funcionar nos moldes em que estava constituído, com designações dos membros da Assembleia Municipal, e outros porque, efetivamente, a lei já não previa esse tipo de participantes na composição do órgão. Depois, houve uma alteração também, como sabe das competências das Autarquias Locais e por exemplo este órgão não tem grande competências na apreciação das questões de incêndios, das competências que tinha atribuídas anteriormente. Tinha mais a ver com questões de violência doméstica e algumas questões de acidentes rodoviários e outras deste género. Por exemplo, questões de incêndios de riscos, de inundações, não estão na esfera da competência de atuação deste órgão. Contudo, o órgão é livre de falar sobre aquilo que entender. Em 2019 que foi o ano passado saiu esta nova alteração ao regulamento. Estamos agora no final de 2020, passou um ano já se fez a reunião, fez-se o trabalho é óbvio que podia andar mais rápido mas, o facto, é que nós andamos mais rápido em 3 anos do que o PSD, andou desde 1998 até 2017, que não fez nada praticamente. Nós em 3 anos já temos uma proposta para ser aprovada e ao estar aprovada, este órgão vai reunir. Podia andar mais depressa, como tudo pode andar mais depressa, mas não teve nada a ver com o facto de agora esta circunstância do Covid, mas sim com o facto de cumprirmos com a lei e fazermos aquilo a que estamos obrigados. Tanto mais que este é um órgão que não tem competências específicas, por exemplo, na gestão de pandemias ou nas alterações legislativas, por exemplo de confinamento, isolamento de territórios não tem nenhuma competência nessas matérias. Contudo o que conta é aquilo que se faz e agora se a Assembleia Municipal, concordar será aprovado este regulamento. O conselho municipal de Segurança poderá agora funcionar em formato restrito, o que permite a convocação de reuniões mais rápidas e, estar mais atento aos assuntos. O formato em reunião restrita também está perfeitamente vertido na lei e isso vai permitir um melhor aconselhamento do senhor Presidente da Câmara, sobre aquilo que é a visão de mais pessoas e de mais entidades, sobre os problemas de segurança que nos afetam. Mas o processo é este, não é uma questão de estarmos parados neste aspeto, mas sim uma questão de adaptação, de assunção das novas responsabilidades para os Municípios decorrentes das novas leis, relativas às transferências de competências, que agora são mais amplas”. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, fez um pequeno esclarecimento. “Nunca competiria à Assembleia Municipal tomar a iniciativa, porque quem preside ao Órgão restrito e ao Órgão alargado é a Câmara, é o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vice-Presidente. Esse Órgão é que tem que apresentar à Assembleia Municipal uma proposta para debate e aprovação. Portanto, não competia ao Presidente da Assembleia Municipal, nem à Mesa, nem à Assembleia Municipal, tomar a iniciativa. Eu, pessoalmente até discordo desta lei, porque se é a Assembleia Municipal o Órgão que aprova este regulamento, deveria ter outra representatividade neste Órgão, mas é a lei que existe e é essa que temos que respeitar. O Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, não são minimamente responsáveis por qualquer atraso, como disse e reafirmo a competência para presidir a esse Órgão é do senhor Presidente da Câmara ou do seu representante legal. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

PONTO 11 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDEIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. – ANO 2021 PROPOSTA N.º 74/GAPV/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“As propostas que aqui vêm agora, têm a ver com a aplicação de meios resultantes dos resultados da empresa Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso. Todos os anos é comum haver da parte da empresa face ao seu objeto social, investimentos quer nos Concelhos e em cada Concelho que, para isso, individualmente, faz um protocolo de cooperação com a EHATB, para aplicação de meios. Por isso na proposta que é relativa apenas ao Município de Chaves, o que a EHATB se propõe investir são 550 mil euros, penso que é ligeiramente inferior ao ano passado, salvo o erro, em 50 mil euros e tem um pouco a ver também com a diminuição de receitas na EHATB, motivadas pela cessão de alguns contratos de energias renováveis que mudaram os preços por causa do final do prazo de desenvolvimento dos projetos. Basicamente propõe-se, como no ano anterior, que os valores de 550 mil euros sejam aplicados na pavimentação e arranjo de três vias: um caminho entre Sesmil e a Estrada Regional 314; outro entre Bobadela e Vilar de Iseu; e outro entre Soutelo e Sanjurge. Que se continue a financiar nos mesmos moldes dos anos anteriores o evento Festa dos Povos de Aquae Flaviae, evento romano que este ano não se realizou porque a pandemia não permitiu, mas contamos que em agosto do ano que vem já seja possível retomar este tipo de eventos. Por isso o que se propõe a esta Assembleia Municipal, é então a aplicação destes meios que têm a ver com o objeto social da EHATB em parceria com o município de Chaves. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, pelo **PSD**. “Dar nota de que acompanhamos e votaremos favoravelmente, uma vez que parte dessas receitas serão investidas nas freguesias e, portanto, terão um bom destino certamente. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-EMPREENDEIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2020/APROVAÇÃO DE MINUTA. PROPOSTA Nº 75/GAP/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Esta proposta que vem aqui para aprovação, tem a ver com a celebração de um contrato-programa intermunicipal, entre os Municípios do Alto Tâmega e a empresa EHATB. O valor do contrato programa representa 146 mil euros que se destinam à realização de estudos, para a Gala e o concurso do empreendedor, projectos ligados ao empreendedorismo e à atividade económica e, também, para a promoção do Alto Tâmega no seu conjunto, bem como a realização de um Congresso, no espaço do Alto Tâmega. Por isso o que se propõe a esta Assembleia Municipal, é então a aplicação destes meios que têm a ver com o objeto social da EHATB, em parceria como os municípios do Alto Tâmega. -----

Não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 - AJUSTE DIRETO COM BASE EM CRITÉRIO MATERIAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CHAVES. PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISOS PLURIANUAIS. – O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Esta proposta vem à Assembleia Municipal, para retificação, já que a partir de 1 de dezembro foi necessário estabelecer esta prestação de serviços que tinha acabado. Resultam esta necessidade e esta urgência imperiosa do facto de o concurso, que foi lançado no final de 2019 e que decorreu, vindo a ser ganho pela empresa Ecoambiente e Anteros Empreitadas que criaram um Consórcio a Ecoambiente e Anteros. Contudo, os restantes concorrentes não concordaram e impugnaram judicialmente a adjudicação à empresa Ecoambiente e Anteros por 8 anos da recolha, tratamento, limpeza de caixotes do lixo, desinfecções, tudo o que é relacionado com a recolha de resíduos sólidos. Como tal neste momento não é possível adjudicar o serviço deste concurso à empresa Ecoambiente e Anteros porque o Tribunal de Contas, exige que o Tribunal decida em termos finais se as empresas que reclamaram têm ou não têm razão e, se a Autarquia pode adjudicar à Ecoambiente e Anteros, o serviço de recolha tratamento e arranjo dos sistemas de recolha do lixo. Como tal havia uma primeira fase em que se contratou desde a altura da adjudicação até dia 30 de novembro o serviço a esta empresa Ecoambiente e Anteros, mas esse período acabou no dia 1 dezembro. Torna-se agora necessário prolongar por mais 10 meses este serviço, visto que os Tribunais podem demorar a decidir. Porque calculamos que nos próximos 10 meses haverá uma decisão judicial que diga quem é que tem ou não tem razão neste processo, e adjudicar definitivamente os serviços à empresa que ganhar. É óbvio que isto obrigou então a uma urgência imperiosa de deitar mão de um ajuste direto, para o qual se fez antecipadamente a consulta de preços a três empresas, que fornecem este tipo de serviços e, dentro das 3 empresas, das que se pronunciaram, a que propôs preço mais barato no valor de 72.911,84 €, foi a empresa Ecoambiente Anteros. Nesta consulta que se fez ao mercado, foi das três consultadas a que apresentou valor mais baixo. De tal forma, que nós pensamos que finalizando o contrato até 31 de setembro de 2021 mais 10 meses é possível que os Tribunais, entretanto decidam a causa e no período se adjudique. Se decidirem antes de 30 de novembro de 2021, isto não se executa durante 10 meses, mas sim no período que decorrer. Se até lá não houver decisão judicial, veremos na altura se é necessário prorrogar este procedimento, ou se os Tribunais se pronunciarem a indicar outro. Mas, agora o facto é que não podemos estar, como é óbvio, sem recolha do lixo em virtude de no âmbito do concurso se ter levantado esta ação judicial entre os concorrentes. Por isso a Câmara pede à Assembleia Municipal, que ratifique este procedimento de contratação por ajuste direto, recorrendo à figura dos concursos públicos urgentes nos termos em que foi informada a Assembleia. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, pelo PSD. -----

Queria, fazer uma declaração de voto sobre a minha abstenção que tem um carácter pessoal e profissional. Sobre esta matéria como cidadão, tenho conhecimentos sobre o setor e sobre o funcionamento do setor que me permitiram, por exemplo, na Assembleia Municipal de setembro 2019, aquando da discussão, de abertura do concurso que agora aqui está em causa, fiz a minha intervenção de improviso e, na qual alertava o Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

para a litigância do setor, que está em Ata. Fi-lo enquanto cidadão, com o conhecimento de causa sem vaidades e manifestei as minhas preocupações sobre a necessidade de um caderno de encargos robusto e que, além do preço conferisse outras garantias. Infelizmente tive razão e os meus receios tiveram adesão à realidade. Esta situação que aqui nos é colocada, sob o ponto de vista do que nos é agora pedido de ratificação, representa um custo potencial de 729.198 mil euros em 10 meses, e se isso se concretizar, a pagar pelos munícipes. Acho que é uma necessidade, como o senhor Vice-Presidente referiu e, certamente apoiaremos a ratificação deste pedido, mas eu enquanto cidadão vou abster-me. Tendo justificado o sentido da minha abstenção, os motivos enquanto membro da Assembleia Municipal de me abster são no meu contexto enquanto cidadão e enquanto profissional.” -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ---
“A questão que está aqui em análise não é um pagamento a mais. Isto é, se no concurso não tivesse havido problemas, estaria adjudicado o serviço à Ecoambiente e Anteros e, também, se cobrava por ele. Ou seja, eu pessoalmente não fiz as contas do diferencial de valor que decorre para o Município se o serviço fosse já pago pelo contrato que está agora em litígio, ou por este contrato. Não fiz essas contas, não está na minha área de intervenções a questão da recolha e não sei dizer, mas não há-de ser muito. Ou seja, porque nós tínhamos na mesma que pagar o serviço. A empresa que ganhou o concurso em agosto, se tivesse feito o serviço até agora e se o fizesse para a frente também se cobrava pelo mesmo. Este é o serviço que pagamos porque o outro contrato não está a decorrer. Em todo o caso, havia sempre que pagar. Não sei se fica mais caro assim ou se é mais caro com o outro modelo, isso já não sei nem sei a diferença, mas é possível calcular-se esse diferencial, porque como o contrato tinha um caderno de encargos, é possível saber quanto custaria e, quanto é que vai custar. Agora, uma coisa é certa, ninguém nos livra de que no âmbito de um concurso publico haja litígio, e o facto de haver litígio não quer dizer que o Júri ou o caderno de encargos esteja mal, vamos esperar pela decisão judicial. Ou seja, o Tribunal há-de dizer se realmente os cadernos de encargos estariam bem ou não, ou se o Júri não ajuizou bem sobre qual era a melhor proposta, ou se a empresa que está agora a reclamar não tem razão. Não vamos agora antecipar-nos ao Tribunal a dizer que estava mal. Penso que o senhor membro desta Assembleia, Carlos Afonso, não pode concluir já que o reclamante tem razão, que é particamente o que esteve a dizer. A Autarquia acha que o procedimento lhe será favorável, mas isso é a nossa convicção, a do Tribunal ver-se-á na altura. Por isso, isto não se trata de uma despesa a mais, trata-se de uma despesa que se faz em substituição e por conta de um contacto que não pode ser executado, porque está em litígio judicial. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada, por maioria, com 57 votos a favor e duas abstenções. -----

PONTO 14 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2020/2021. INFORMAÇÃO Nº50/DEAS/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

A Autarquia compreendendo que sendo competência das Juntas de Freguesia o fornecimento dos materiais de limpeza às escolas, entende, também, que face à concentração de alunos nalgumas Freguesias, mas oriundos de outras Freguesias que têm as escolas fechadas, pese embora, tenha um benefício de ter uma escola e os cidadãos dessa Freguesia estarem mais próximos do local onde é que os filhos estudam, têm encargos no orçamento dessa Freguesia. Como tal, o Município entendeu custear as despesas que cada Freguesia, que tem uma escola com ensino primário ou ensino pré-escolar no seu território, fique dispensada por assim dizer das despesas que decorreriam para o Orçamento da Freguesia desse valor. É mais uma forma de apoiar as Freguesias e libertar fundos que as Freguesias teriam que aplicar nas escolas para outras finalidades que sejam também necessárias na Freguesia. Como tal o Município vai disponibilizar vinte e oito mil novecentos e noventa euros, para que as Freguesias que têm escolas possam pagar estas despesas. Este ano o valor aumentou porque disponibilizamos também meios para que as Freguesias forneçam às escolas, para além dos materiais de limpeza do chão, das mesas, das cadeiras, também, materiais de desinfeção, no âmbito da pandemia e do Covid. Também gel para higienizar as mãos, para que as jovens crianças possam higienizar as mãos nas escolas. Por isso, há um acréscimo este ano do valor com a disponibilização desses meios para que nada falta em termos de higienização do espaço escolar. Por isso pedia às Juntas que têm crianças e escolas na sua área de influência depois sejam diligentes na verificação da aplicação destes meios na boa higienização, quer dos espaços, quer para as soluções para as mãos das crianças. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO. APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2020/2021. PROPOSTA Nº 79/GAP/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

A Câmara Municipal, aprovou por maioria uma proposta para atribuir 3 mil euros à Junta de Freguesia de Santo Estêvão, para despesas com uma trabalhadora que a Junta contratou e que essa trabalhadora presta meio tempo de serviço na EB1 de Santo Estêvão e no Jardim de Infância de Santo Estêvão. Por causa desse meio tempo e para que a Junta de Freguesia não suporte a despesa relativa à utilização de pessoal da Junta, na própria escola, a Autarquia entendeu por maioria atribuir este apoio. Pedimos à Assembleia Municipal que aprove a atribuição deste apoio financeiro para despesas com pessoal da Junta de Freguesia de Santo Estêvão. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL "SOLAR THERMAL INSTITUTE" - DECISÃO DEFINITIVA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA SOBRE O PARECER EMITIDO PELA CTAAF-PIM NO 4.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO, DE 04/08/2020 (DELIBERAÇÃO DE REUNIÃO DE CÂMARA DE 31/08/2020), - INFORMAÇÃO Nº 20/DDE/2020, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 27.11.2020. -----

O relatório foi apresentado previamente e por escrito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**. “Renovo os meus cumprimentos. Quanto ao projeto de interesse Municipal, designado por *Solar Thermal Institute*, saúda-se a informação neste caso soube que foi prestada por escrito. Para além do interesse que reveste em termos locais, é um projeto que tem igualmente uma nuance social e de lazer, mostrando que a cidade e o Concelho se mantêm atrativos para o investimento, neste caso estrangeiro. Tempos duros e difíceis se adivinham, pois, o mundo está a ser abalado por uma pandemia que jamais se imaginou poderia ocorrer neste século, quando todos nós julgávamos que efetivamente estávamos isentos de qualquer contrariedade. Mas neste caso o que aqui vemos e que veio contrariar aquilo que já muitos tinham por verdades dogmáticas, vemos que o concelho de Chaves continua a ter interesse para o investimento. Confesso que, a título pessoal, temi que essa circunstância viesse a provocar um êxodo e um hiato temporal na execução de projetos como este, mas pelos vistos os investidores continuam a depositar confiança naqueles que regem o destino do Concelho. Assim sendo, saúda-se o senhor Presidente da Câmara e a sua equipa, como é evidente. Senhor Presidente essa solidez e essa confiança a si se devem. Um bem-haja”. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 17 - ANÁLISE DO RELATÓRIO QUE COMPREENDE O 3º E 4º SEMESTRES DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 18/DDE/2020, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 26.11.2020. -----

O relatório foi apresentado previamente e por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento -----

PONTO 18 - PEDIDO DE UM LUGAR DE CARGA E DESCARGAS – JUNTO À FARMÁCIA BARREIRO E AO CAFÉ SANDY – SANTA MARIA MAIOR – MUNICÍPIO DE CHAVES – PROCESSO Nº 406/20 - INFORMAÇÃO Nº 339/DPM/2020 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENGº BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/09/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. “Esta proposta é para a criação de um lugar de cargas e descargas na Avenida Dr. António Granjo, no sentido ascendente em direção ao monumento logo à direita junto ao café Sandy. Vão ser ocupados dois lugares de estacionamento para cargas e descargas para poderem estacionar camiões e carrinhas maiores.” -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

PONTO 19 - ALTERAÇÃO AO TRÂNSITO NA ALAMEDA DE TRAJANO – REORGANIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO – RUA DO TABOLADO, SANTA MARIA MAIOR – ARMAZÉNS GALTÂMEGA, LDA – PROCESSO Nº 182/20 – INFORMAÇÃO Nº 383/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. “Esta proposta, tem a ver com a alteração à sinalização na Avenida Trajano e na Travessa da Alameda do Trajano. Nesta área foi feita uma intervenção recente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

mudaram as circulações já, não se pode passar debaixo da ponte romana, pelo que se criaram situações que urge agora resolver, nomeadamente a necessidade de criar uma zona de estacionamento para residentes que não havia e não estava consignada. Vão ser criados 5 lugares de estacionamento para residentes o mais próximo da ponte romana. Criação de 3 lugares de estacionamento para cidadãos com deficiência que não havia, não estavam marcados e uma alteração do lugar de paragem de cargas e descargas de autocarros, para a Travessa da Alameda do Trajano. Alteração, também, nesse local, da forma de estacionamento paralelo à via, que passa a ser em espinha, para conseguir maior número de lugares de estacionamento. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

PONTO 20 - PROPOSTA PARA A INSTALAÇÃO DE UM SINAL NA “ZONA 20” NO BAIRRO DOS FORTES – SANTA MARIA MAIOR – CHAVES – PRACETA DOS FORTES – INFORMAÇÃO Nº 396/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO ENGENHEIRO FRANCISCO RODRIGUES ALVES, DATADA DE 05/11/2020. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. “Esta proposta tem a ver com a sinalização de circulação a 20 quilómetros hora no Bairro de Fomento dos Fortes, no estacionamento interior, que vai limitar a circulação a 20 quilómetros por hora, porque costumam andar por ali crianças. Com esta limitação, resolve-se o problema de não andarem ali veículos a circular a maior velocidade.” -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

PONTO 21 – PROPOSTA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA EM 502 E COLOCAÇÃO DE UMA PASSAGEM PARA PEÕES JUNTO AO ESTABELECIMENTO ESCOLAR – TROÇO DA ESTRADA MUNICIPAL Nº 502 EM MAIROS, CHAVES – JUNTA DE FREGUESIA DE MAIROS – PROCESSO Nº 839/19 – INFORMAÇÃO Nº 371/DPM/2020, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Francisco António Chaves de Melo**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Esta proposta, tem a ver com a colocação de 20 sinais de trânsito na aproximação à aldeia de Mairos. A aldeia de Mairos tem muitos caminhos rurais, há tratoristas que avançam a grande velocidade para a via e é necessário colocar-se o sinal de STOP, nas vias de acesso à estrada que dá acesso à aldeia e, também, ao Infantário de Mairos. Colocação de passadeiras com algum desnível, por forma a que o trânsito não circule a grande velocidade, à saída da escola. Colocação junto ao café, este tipo de sinalização por forma a aumentar a segurança das pessoas que circulam na aldeia de Mairos. Basicamente são 20 sinais de trânsito, entre STOP e de passadeiras, que é necessário colocar”. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**. “Boa tarde, senhor Presidente da Assembleia, e na sua pessoa, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o senhor Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

Presidente, senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidente de Junta, membros da Assembleia Municipal, colaboradores da Autarquia, público presente. -----
O Grupo Municipal do PPD/PSD, votará favoravelmente a presente proposta uma vez que somos, naturalmente, favoráveis a todas as melhorias das condições de segurança viária, somos favoráveis ao reforço da sinalização de trânsito e somos favoráveis à colocação de passagens para peões, junto aos estabelecimentos escolares sejam na povoação de Mairós, como é o presente caso, sejam nas demais povoações que, porventura, o necessitem. -----

Aproveitar esta oportunidade, para em nome do Grupo Municipal do PSD, a todos desejar umas Festas Felizes, bem como às vossas famílias, em segurança e no cumprimento rigoroso das normas e regras de saúde, emanadas pelas autoridades competentes e que o ano de 2021 seja o melhor possível. -----

Votos de um Natal com paz, tolerância, afeto, compreensão e solidariedade. -----

De facto, vivemos um ano de 2020 conturbado e caracterizado pela incerteza, e é por isso que, além dos desejos formulados, acrescentamos o desejo de que o cenário pandémico que presenciamos em 2020 possa, senão desaparecer por completo, pelo menos ser minorado em 2021, para bem das populações. -----

Para terminar, fazemos uma sugestão: se possível, que todos nós, dentro das possibilidades de cada um, ajudemos a restauração local e o nosso comércio tradicional, através da realização de compras de bens e serviços nos estabelecimentos locais”. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

No uso da palavra o Vice-Presidente, **Francisco António Chaves de Melo**, aproveitou para em nome do Executivo Municipal, desejar a todos os membros desta Assembleia e família Festas Felizes, com saúde e harmonia no vosso lar, dentro das possibilidades que os momentos que vivemos, o possibilitem. Também, queria desejar um Ano Novo prospero, livre desta ameaça que afeta não só o nosso Concelho e o nosso País, mas também o mundo inteiro. Que o ano 2021, seja um ano de limpeza desta grande doença que nos ameaça a todos. Votos de sucesso no Novo Ano e que este Natal, seja aquilo que é possível ser, mas que no coração de todos esteja a necessidade da presença e a necessidade de termos connosco, aqueles que nos são queridos. Obrigado pela participação de todos vós nesta Assembleia Municipal”. -----

Cumpridos todos os pontos da Ordem de trabalhos para esta Sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs que fosse aprovada a ata, sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata, tendo a respetiva deliberação sido tomada por unanimidade. -----

No uso da palavra, **Rogério Alberto Amorim Reis Moura**, pelo **PS**, disse que O Grupo Municipal do PS, deseja um Feliz Natal, a todos os membros desta Assembleia Municipal, a todo o Executivo e suas famílias, principalmente com saúde, nestes tempos conturbados e de pandemia. -----

Por último, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Queria em meu nome pessoal e em nome da Mesa, congratular-me com o funcionamento desta Assembleia Municipal durante este ano. Aqui praticou-se a democracia, com opiniões diferentes, por vezes com debates acalorados, mas é isto a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724

E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 5 – 16/12/2020

democracia, foi para isto que se fez o 25 de abril e se constituiu todo este processo democrático no nosso País. Peço desculpa em nome da Mesa, por algum excesso na análise de qualquer um dos problemas que tenham aqui sido colocados e que da nossa parte não tenha sido analisado da melhor forma, não foi com intenção. A nossa intenção é que a Mesa, represente um elemento neutro, no sentido de que não tem opções, que está aqui para conduzir os trabalhos da melhor forma, tendo um critério igual para todos os representantes nesta Assembleia. Desejar, em nome da Mesa um Feliz e um Santo Natal a todos e deixarmos uma esperança no Novo Ano, que seja um ano cheio de realizações pessoais e profissionais e um ano melhor do que o que estamos a viver, e que sejamos capazes de ultrapassar esta vaga de pandemia que atingiu o País e o Mundo, e que também tem atingido o nosso Concelho e a nossa Região, que vamos vencer necessariamente, embora seja um processo difícil. Apelo à contenção de todos, e de cada um, das vossas famílias, durante estas Festas, no combate a esta pandemia. Dou por encerrada a sessão da Assembleia Municipal. -----

Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a redigi e, também, assino.

O Presidente da Mesa: _____

O Primeiro Secretário da Mesa: _____

O Segundo Secretário da Mesa: _____

A Trabalhadora afeta à AM: _____